Avante!
Biblioteca

Órgão Central do Partido Comunista Português

Avante!

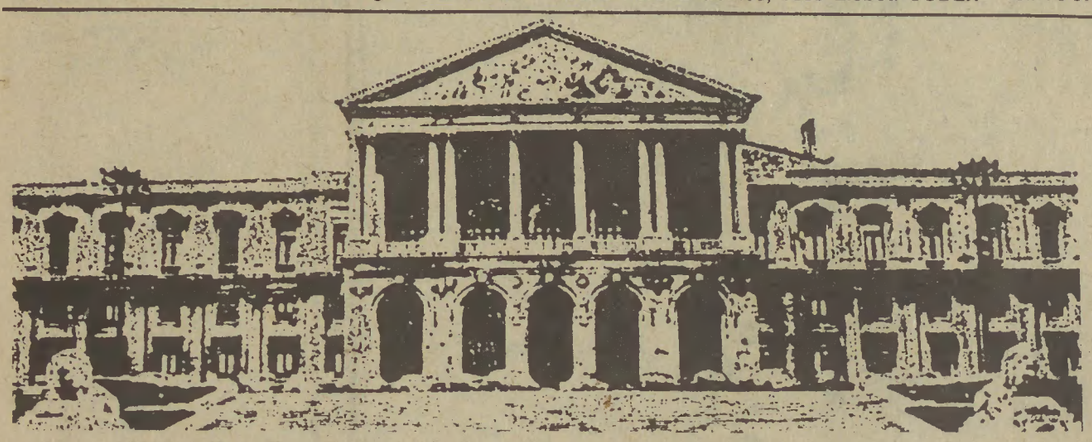
Proletários de todos os países UNI-VOS!

Semanário

Director: António Dias Lourenço

Ano 53 – Série VII – N.º 621
21 de Novembro de 1985
Preço: 40$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa



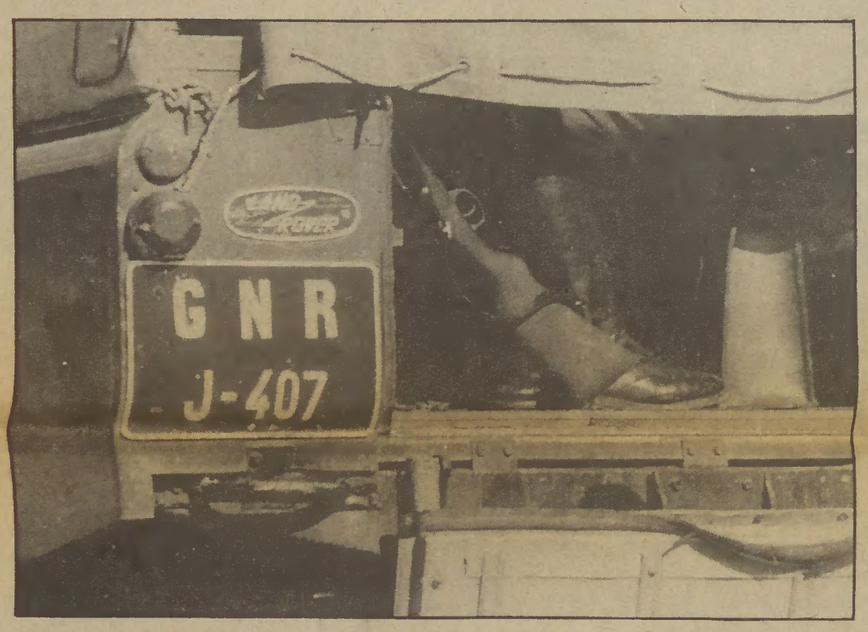
PCP apresentou moção de rejeição do Governo Cavaco

Págs. 1, 2 e 3/**Semana**

Luta popular força governo a decretar insuficiente aumento de pensões e reformas

● **Intervenção de Zita Seabra na Assembleia da República**

Pág. 3/**Semana**



GOVERNO QUER ENTREGAR AOS AGRÁRIOS 50 MIL HECTARES DE TERRA

Os processos de extorsão de terras, os leilões e as chamadas acções de reivindicação de propriedade, os processos de penhora de bens por alegadas dívidas ao Estado, as ilegalidades e a corrupção (majorações indiscriminadas, reservas para «todos» e mais alguns membros de cada família, mulheres de agrários transformadas em «agricultoras», documentos falsificados, etc.), as acções previstas e a disposição de resistência e de luta dos trabalhadores, as propostas da Reforma Agrária para o desenvolvimento da produção em clima de paz, a posição dos pequenos e médios agricultores — o ponto da situação neste «**Avante!**» — Páginas centrais/**Semana**

Em Coimbra, primeira sessão de Ângelo Veloso

«O consenso aparece portanto como uma condição essencial para a vitória da democracia, para a unidade dos democratas; aparece como um elemento essencial para a vitória do candidato democrata, não só necessária como, em certo sentido, imprescindível»

Pág. 5/**Semana**

DEZ ANOS DE INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

Entrevista ao «Avante!» do camarada Mawete João Baptista, embaixador da RPA em Portugal — Pág. 14/**Semana**

COMÍCIO COM ÁLVARO CUNHAL

AMANHÃ
21 horas
PAVILHÃO DOS DESPORTOS

●

Terça-feira, 26
contacto com as populações
19h na Charneca
21.30h nos Olivais

●

Reportagens das sessões do cinema Alvalade, Montijo e Almada realizadas na passada semana nas págs. 4/**Semana**

Encontro A. Cunhal-A. Natta

De 12 a 14 de Novembro, uma delegação do Partido Comunista Português constituída pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e o camarada Vítor Neto, membro suplente do Comité Central, visitou a Itália a convite do Comité Central do Partido Comunista Italiano.

Realizaram-se conversações com uma delegação do PCI dirigida pelo camarada Alessandro Natta, secretário-geral, e da qual faziam parte Giancarlo Pajetta, do Secretariado e responsável do departamento internacional, Antonio Rubbi do Comité Central e responsável da secção externa e Claudio Ligas da secção externa.

Procedeu-se a uma ampla troca de informações e opiniões sobre a situação existente em Portugal e na Itália e a actividade dos dois partidos e sobre as posições respectivas acerca dos problemas mais importantes da situação na Europa e no mundo.

As conversações decorreram num ambiente de amizade e cordialidade.

Ambos os partidos expressaram a vontade de intensificar as suas relações de amizade e cooperação.

No final da visita, o camarada A. Cunhal realizou uma conferência de imprensa a que assistiram numerosos jornalistas italianos e de outros países na sede da imprensa estrangeira em Roma.

Em Foco / Avante! Ano 53 – Série VII N.º 621 21 de Novembro de 1985 3.º Caderno
cultura
POVO UNIDO
DOSSIERS
• APU/honestidade
• APU/diálogo
• APU/competência
• APU/cultura
• APU/a nossa parte
• APU/experiência
• APU/futuro

Editorial

Avante!
Ano 53 – Série VII
N.º 621
21 de Novembro de 1985
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Unidade democrática essencial para novas vitórias

É um facto verificado que a situação nacional, no rescaldo das eleições de 6 de Outubro e da séria derrota sofrida pela coligação de direita PS/PSD, dirigida por Mário Soares, entrou, como era de prever, em nova fase de intensa movimentação política envolta num clima social potencialmente turvado por tensões de vária ordem.

O novo Executivo minoritário de direita do PSD, dirigido por Cavaco Silva, entrou em funções. Na Assembleia da República, a culminar um aceso debate parlamentar sobre o Programa do Governo, iniciado com a intervenção do Primeiro-Ministro, vai hoje proceder-se à votação de moções de rejeição que ditarão a sorte imediata da nova equipa governante.

Noutra área de transcendente importância política foi derrotada na primeira instância em 28 Tribunais de Comarca a totalidade dos processos de impugnação das listas da APU às eleições autárquicas, movidos pelo PS, PSD e CDS que, sob uma falsa capa jurídica — mas de facto configurando uma grosseira golpaça política —, tentaram a eliminação pura e simples da Aliança Povo Unido da disputa eleitoral de 15 de Dezembro.

Tornou-se evidente que os três partidos que nos últimos nove anos compartilharam as responsabilidades da execução do projecto restauracionista anti-Abril temeram agora uma nova grande derrota nas eleições autárquicas a que tentaram furtar-se por meio de um baixo expediente pseudojurídico.

Também no caldear deste conturbado processo, assumem crescente importância política as eleições para a Presidência da República que parecem ter entrado agora numa fase de grande activação e clarificação com o anúncio de uma nova candidatura democrática — a do ex-dirigente socialista Salgado Zenha.

A apresentação e o debate do Programa do novo Governo vieram confirmar a justeza da oposição do PCP ao Executivo de Cavaco Silva, desde que ao PSD e ao seu novo chefe foram confiadas a composição e a condução do aparelho governativo.

A oposição do PCP não se fundamentava apenas na precariedade da base parlamentar e política minoritária do novo Governo, na sua incapacidade congénita para uma solução democrática da grave crise em que os sucessivos governos de direita mergulharam o País.

Radicava-se também na sua previsível política, no facto de o Governo do PSD se estruturar na ala mais reaccionária e representativa da direita restauracionista, nas forças mais agressivas do processo da contra-revolução que recebeu a terminante reprovação do povo português em 6 de Outubro.

O Programa que Cavaco Silva apresentou na AR e as linhas gerais da política que desenvolveu e se propõe levar à prática retomam as chamadas «reformas de estrutura» do plano contra-revolucionário interrompido pela derrota da coligação PS/PSD nas eleições legislativas do mês passado.

«Apostar-se-á inequivocamente na iniciativa privada como a fonte autêntica e insubstituível do desenvolvimento económico e social»... «Reconduzir-se-á o Estado ao seu papel supletivo na economia do mercado, eliminando-se (o sublinhado é nosso) a exorbitância do seu património» — diz-se no Programa do Governo.

E de facto, todo o Programa, pontilhado por uma ou outra afirmação de carácter demagógico, é um obituário do sector público e nacionalizado, um tratado de imediata alienação ao capital privado das fontes principais e mais rentáveis da nossa economia, de destruição da Reforma Agrária, da rápida reconstituição dos monopólios e dos latifúndios que foram eliminados no processo da Revolução de Abril.

Neste sentido é um documento declaradamente anticonstitucional.

O Programa repõe em forma programática os celerados «pacotes» legislativos que a ruptura da coligação PS/PSD e a dissolução da AR em 14 de Julho fizeram cair — os «pacotes» laboral; das leis rurais; do Poder Local; da legislação eleitoral antidemocrática e outros.

É um «programa» tecnocrático que preconiza soluções económicas e financeiras subordinadas aos interesses dos monopólios, perfiladas numa sobranceira desconsideração pelas suas consequências económicas e sociais na situação dos trabalhadores e das camadas intermédias da nossa população.

Toda a sua «filosofia» se inspira e assenta na «conquista da confiança empresarial» e dos «investidores», desprezando em absoluto a confiança dos trabalhadores.

O novo ministro das Finanças, na abordagem da «estratégia macroeconómica do Governo», promete «a correção a prazo, dos grandes desequilíbrios macroeconómicos: o desemprego, a inflação, o défice externo» para mais à frente afirmar que «a redução da inflação e do desemprego são objectivos dificilmente compatibilizáveis no curto prazo». São problemas adiados para as calendas gregas nas previsões «a prazo» do ministro.

Nenhuma esperança de intervenção e de solução prática imediatas do escândalo dos salários em atraso e do ataque imediato ao grave problema do desemprego se vislumbra nas declarações programáticas dos novos governantes.

Cavaco Silva e o ministro das Finanças escudam-se sempre nas exigências prévias da «produtividade» do trabalho e nenhumas medidas de emergência são apresentadas no Programa para a liquidação ou atenuação imediatas destes graves problemas sociais.

Cavaco é taxativo: as empresas inviáveis que têm salários em atraso devem ser encerradas, os seus trabalhadores inscritos no desemprego para terem direito aos subsídios (!) (que, como se sabe, só são pagos a cerca de 13% dos desempregados).

Ao mesmo tempo preconizam enfaticamente a supressão dos «entraves legais aos despedimentos». Deste Programa, da sua filosofia tecnocrática, da sua feição anticonstitucional, nada há a esperar para uma solução nacional e democrática da crise económica e para o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores.

Cavaco, iludindo a gravidade real da situação da imensa maioria dos reformados e pensionistas e as suas reivindicações concretas, mas obrigado pela sua luta persistente, dispõe-se a aumentar as pensões de reformas até ao máximo de 25%, claramente insuficiente para lhes garantir o mínimo de condições dignas de existência.

É um Programa que não deveria passar na AR onde se produziram alterações favoráveis substanciais de carácter democrático. As três moções de rejeição se colhessem a maioria dos votos dos deputados possibilitariam a busca de outras soluções políticas e de governo adequadas.

Os que, situando-se numa perspectiva democrática, se preparam para permitir a passagem do Programa — e portanto do Governo — na AR contraem, por razões de ordem interna, uma responsabilidade lesiva dos seus próprios interesses e projectos.

As eleições autárquicas mobilizam já no plano nacional centenas de milhares de portugueses. Indiferentes à golpaça política do PS, PSD e CDS, os candidatos da APU, principalmente nos concelhos mais populosos do País, apresentaram os seus programas e as suas propostas e intenções para a dinamização do Poder Local.

O contacto com as populações locais — uma norma já consagrada dos eleitos da APU — realiza-se desde já de maneira intensa e está encontrando o maior acolhimento das massas populares de cada Concelho e Freguesia.

Nas autarquias APU, onde se verificaram as impugnações golpistas dos partidos de direita (incluindo o PS, principal instigador de tais antidemocráticas iniciativas) e onde a honestidade, a competência e o trabalho devotado dos eleitos da APU deram as suas provas, é visível a indignação de vastos sectores da população contra o baixo expediente dos inimigos do Poder Local democrático.

É de admitir que os custos desta chicana política saiam caros aos seus autores nas eleições de 15 de Dezembro.

O esforço dos activistas da APU deve intensificar-se no esclarecimento e mobilização das populações, na inventariação das carências e problemas locais, na busca de soluções para os de maior incidência social, como os do saneamento básico, da habitação, da saúde, do ensino, das comunicações, do equipamento social, da cultura, do desporto, dos problemas da infância e da terceira idade.

Carências e problemas que não são objecto do interesse eleitoralista para os candidatos da APU mas uma preocupação constante e aturada da sua actividade de cidadãos.

Em plena pré-campanha para as eleições de 15 de Dezembro impõe-se reter que o trabalho de esclarecimento e mobilização populares da Aliança Povo Unido não é, contudo, uma tarefa exclusiva ou mesmo de maior empenhamento dos seus candidatos aos órgãos de Poder Local: é uma tarefa de todos os aderentes da APU, de todas as organizações empenhadas na participação e fortalecimento do Poder Local que se integram na área política da APU, de todos os que se propõem defender sem reservas as conquistas democráticas do 25 de Abril.

A disputa das eleições presidenciais que ganharam uma nova dinâmica com a apresentação de um candidato do PCP — o camarada Ângelo Veloso — e a candidatura democrática do ex-dirigente do PS, Salgado Zenha, entrou numa fase decisiva.

A candidatura de Ângelo Veloso, defendendo a convergência final dos votos num só candidato da Democracia, integra-se rigorosamente na realização dos dois objectivos centrais imediatos das forças democráticas e patrióticas, visados pelas eleições à Presidência da República. São eles:

1) Fazer eleger um candidato da Democracia;

2) Derrotar o ou os candidatos da direita, designadamente Mário Soares e Freitas do Amaral.

É, pois, um candidato do PCP para definidas tarefas e limitados objectivos entre os quais não se situa, obviamente, o apoio solicitado de outras forças políticas, designadamente, e para já, dos aliados do PCP na Aliança Povo Unido, à sua candidatura.

A apresentação da candidatura de Salgado Zenha e os apoios que imediatamente concitou mostram que à sua volta se esboçam consensos sem os quais é impossível fazer triunfar um candidato democrático.

O PCP, consciente que a unidade e a convergência entre todas as forças e correntes democráticas interessadas na defesa e consolidação do 25 de Abril são essenciais, segue atentamente o processo de candidaturas às eleições presidenciais, age consequentemente para que preconceitos personalistas e voluntaristas ou propósitos que na sua essência atingiriam e exorbitariam as competências constitucionais do Presidente da República não possam desviar os democratas portugueses de uma vitória que está manifestamente ao seu alcance.

Entre os portugueses patriotas interessados no progresso económico e social da sua Pátria e do seu Povo é imperioso a cada passo sofrear as ambições pessoais, subordinar a pessoa aos interesses e ao bem-estar colectivos, impedir que barreiras de agressividade se ergam e se cristalizem entre as forças democráticas, cujo entendimento sobre as questões essenciais do momento actual é decisivo.

Resumo

13
Quarta-feira

Os Açores constituem uma importante base operacional para luta anti-submarina, para a aviação táctica e para o reabastecimento de navios e aviões, disse em Lisboa o almirante W. McDonald, que em breve vai deixar as funções de comandante supremo aliado no Atlântico ■ O PCP considera inadiável a baixa do preço dos medicamentos imposta pelo governo PS/PSD, dado que o Estado e os doentes pagam cada vez mais e as multinacionais ganham cada vez mais ■ MDP propõe no Parlamento aumento dos poderes da Alta Autoridade contra a Corrupção ■ Em conferência de Imprensa realizada em Roma, Álvaro Cunhal considera úteis e sinceras as conversações entre delegações do PCP e do PCI ■ É denunciada a existência na Tabaqueira de uma rede de contrabando de tabaco, podendo a fraude atingir os três milhões de contos ■ Em editorial, o **The New York Times** pronuncia-se contra o apoio à Unita por parte dos Estados Unidos ■ Cerca de 300 presos políticos de todas as raças encontram-se em greve da fome na África do Sul ■ Comentando as grandes manifestações realizadas em Espanha contra a NATO, um alto dirigente do PSOE manifestou a esperança dos dirigentes socialistas de que o povo espanhol «compreenda que o objectivo de permanecer na Aliança é contribuir para a paz entre os povos».

14
Quinta-feira

Conhecidas as últimas decisões dos Tribunais, verifica-se que estes rejeitaram todas as reclamações apresentadas pelo PS e pelo PSD pretendendo inviabilizar a APU em 28 concelhos nas próximas eleições autárquicas ■ Num hotel de Lisboa é apresentado o manifesto eleitoral de Mário Soares, lido por António Barreto e escrito por este mais Torres Couto, Oliveira Martins e Vasco Pulido Valente ■ O Governo anuncia o aumento das pensões de reforma a partir de 1 de Dezembro e já com reflexos no subsídio de Natal ■ Em visita a Cabo Verde, Freitas do Amaral é recebido pelos principais dirigentes do país ■ A súbita entrada em actividade do vulcão Nevado del Ruiz, no centro da Colômbia, derreteu as neves e provocou uma avalancha de lama e pedras que praticamente soterrou a localidade de Armero, de vinte mil habitantes, atingindo igualmente outras localidades e admitindo-se a morte ou desaparecimento de cerca de vinte mil pessoas ■ Uma delegação de cientistas galardoados com o Prémio Nobel é recebida por Gorbatchev pedindo que na cimeira com Reagan seja definido um plano concreto para o desarmamento.

15
Sexta-feira

Salgado Zenha anuncia publicamente a sua decisão de se candidatar à Presidência da República, numa cerimónia a que estiveram presentes destacadas personalidades eanistas e socialistas, tendo-se definido como um candidato «independente», «apartidário» mas não «suprapartidário», defensor dos ideais de Abril e da Constituição ■ Cavaco Silva apresenta na Assembleia da República o programa do Governo minoritário do PSD ■ Os delegados dos emigrantes portugueses na Europa, que abandonaram a reunião do Conselho das Comunidades Portuguesas que se tem estado a realizar em Porto Santo, justificaram a sua atitude pela «partidarização» e a «ingerência» levada a cabo pelo Governo ■ Da cidade colombiana de Armero, soterrada por oito metros de lama e pedras, foram já retirados milhares de cadáveres, receando-se que novas avalanchas façam transbordar os rios obstruídos, aumentando ainda mais a dimensão da tragédia ■ A imprensa soviética adverte que a insistência dos EUA na «guerra das estrelas» pode fazer gorar a cimeira de Genebra ■ O primeiro-ministro de Israel, Shimon Peres, aceita as desculpas que lhe foram apresentadas pelo ministro Ariel Sharon, que lhe havia chamado «mole, fraco e cobarde», a propósito da política de conversações com a Jordânia, ficando assim «resolvida» a crise que ameaçou a estabilidade do governo.

16
Sábado

Rogério Paulo é homenageado em Lisboa pelos seus 35 anos de teatro ■ Mira Amaral, ministro do Trabalho e da Segurança Social, afirma ser «preferível uma flexibilização controlada» da legislação laboral à «actual situação em que predomina o sistema de contratos a prazo» ■ Milhares de pessoas responderam ao apelo

Paz

de cerca de 120 organizações e manifestaram-se nas ruas de Genebra exigindo resultados concretos pela paz na cimeira Reagan-Gorbatchev ■ Cerca de 200 mil estudantes manifestam-se em Roma contra as carências do ensino, na que é considerada a maior manifestação estudantil de sempre em Itália ■ Jânio Quadros vence as eleições para a Prefeitura de São Paulo, trinta anos depois de se ter demitido de presidente do Brasil ■ Estados Unidos e Grã-Bretanha vetam no Conselho de Segurança das Nações Unidas uma moção que solicitava a imposição de sanções económicas contra a África do Sul por impedir a independência da Nabímia.

17
Domingo

Em carta enviada a Salgado Zenha, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, manifesta-lhe o seu «apoio aberto e sem reservas» à candidatura presidencial ■ Termina na Foz do Arelho o Congresso da Federação Sindical dos trabalhadores do cimento, cerâmica e vidro ■ No decorrer da recente conferência geral da UNESCO, realizada na Bulgária, foi decidido incluir o Português entre as línguas oficiais da organização ■ Nas vésperas da cimeira Reagan-Gorbatchev, levanta celeuma a divulgação de uma carta de Caspar Winberger a Reagan, na qual se pede ao presidente que rejeite o tratado Salt II e não ceda coisa alguma no que se refere à «guerra das estrelas» ■ É anunciado no Maputo que entre os dias 6 e 11 do corrente o exército moçambicano matou trinta bandidos armados nas províncias de Manica e Maputo ■ É anunciado em Damasco que dois cosmonautas sírios viajarão brevemente no espaço juntamente com cosmonautas soviéticos ■ A zona do vulcão Nevado del Ruiz, no centro da Colômbia, continua a ser abandonada por milhares de pessoas devido a novas erupções do vulcão, embora estas não sejam tão fortes como a primeira.

A Tragédia

18
Segunda-feira

Num documento apreciado pelo Tribunal de Monsanto que está a julgar elementos acusados de pertencer às FP-25, o PCP é englobado numa definição de «inimigo principal» a par do «imperialismo americano», dos «grupos económicos» e dos «lacaios» ■ O PRD anuncia que «o inquérito em curso às alegadas falsificações de assinaturas nas listas para as eleições autárquicas em Lisboa» está «longe do seu termo» ■ Durante o fim-se-semana, a polícia sul-africana matou mais seis pessoas, enquanto prosseguem as negociações entre patrões e trabalhadores brancos das minas no sentido de levantar a proibição de certas actividades aos negros ■ Os controladores aéreos espanhóis cumprem uma greve de dois dias

19
Terça-feira.

Prossegue em S. Bento o debate do programa do Governo minoritário de Cavaco Silva, com três moções de rejeição na Mesa. ■ Salgado Zenha agradece em carta o apoio manifestado pelo Presidente da República à sua candidatura à eleição presidencial. ■ Falando em Lisboa, M. Soares critica «um grupo de militares que após o 25 de Abril não se adaptou à vida política normal». ■ Em «Tribunal de Opinião Pública» promovido pelo Sindicato dos Químicos do Centro é denunciada a situação dos trabalhadores da Estação de Tratamento de Lixo em Lisboa, que não recebem salários há 35 meses. ■ Encontra-se em Moscovo e economista Eugénio Rosa, que, em representação da CGTP-IN, participa na Conferência Internacional sobre o FMI e o Banco Mundial, iniciativa da FSM. ■ em Genebra, M. Gorbatchev e Reagan realizam dois encontros a sós, salientando-se entre os observadores que estão a acompanhar a cimeira o período excepcionalmente longo deste primeiro dia de conversações entre os dois dirigentes: cerca de duas horas. ■ Em Bogotá, o governo colombiano revela que o número de vítimas da erupção do vulcão «Arenas» no pico Nevado Del Ruíz terá atingido 22 540, ao mesmo tempo que são dadas como desaparecidas cerca de 3300.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 54 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Outubro: 36 038

Semana

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 621
21 de Novembro de 1985
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

PROGRAMA DO GOVERNO

A única novidade visível é que já é velha a política de recuperação capitalista

Para os interesses das classes trabalhadoras e do Povo português encontra-se eivado de aspectos gravosos o Programa do Governo cujo debate terminou, ontem, na Assembleia da República.

Na área do trabalho, o texto retoma no essencial o pacote laboral dos governos «AD» e PS/PSD.

Encontra, como solução para os **salários em atraso**, a «possibilidade» dos trabalhadores rescindirem os seus contratos com a invocação de justa causa. Ou seja, os trabalhadores vão para o desemprego e como as empresas não têm dinheiro para pagar os salários em atraso, muito menos o têm para satisfazerem as indemninizações do despedimento com justa causa.

Outra solução «sui generis» deste Governo para as **empresas com dificuldades financeiras** é o preconizar o recurso à falência e ao encerramento, com o despedimento da massa laboral.

Como se constata os salários em atraso vão desaparecer, mas os **despedimentos** vão estar em dia. Ainda neste sector do trabalho é prevista nova legislação que facilite o despedimento com «justa causa», alargando o seu âmbito a causas tecnológicas, económicas, estruturais ou de mercado. Tudo é pretexto para o patronato despedir argumentando justa causa. É ainda intenção do Governo favorecer a redução de postos de trabalho em diversas empresas, no intuito da sua viabilização.

No capítulo da economia, a garantia é para que o grande capital domine por completo, propondo-se a transformação das **empresas públicas**, a breve prazo, em sociedades anónimas de capitais públicos, privatizar os TLP e os CTT, entre outras iniciativas que visam estimular o desenvolvimento de grupos empresariais (privados, é claro!) com o apoio do Estado.

Na **agricultura**, o Programa é omisso aos mais de 300 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis às UCP's-/Cooperativas. Isso da Justiça — já foi assim com o PS — é para os outros cumprirem.

Ainda no que à **Reforma Agrária** diz respeito é anunciada a intenção de se prosseguir «a política de distribuição de terras» — é clara a intenção subjacente.

Também o pacote agrícola do anterior Governo é retomado, ou seja, novas **leis do arrendamento rural e florestal, da caça e da exploração dos baldios**; paralelamente, promete continuar a atribuição de créditos aos agricultores que não o são. Em contrapartida, os pequenos agricultores com explorações de menos de 5 hectares são ameaçados de extinção.

Do **ensino**, nem vale a pena falar. Basta dizer que o ministro e a sua equipa transitam, na quase totalidade, do Governo anterior.

Entretanto, se é certo que o Governo PSD/minoritário pretende «tratar da saúde» aos portugueses, não é menos verdade que a **saúde** em si é coisa que não interessa ao Governo. O Serviço Nacional de Saúde não existe; funcionamento dos Hospitais Centrais, urgências e acesso dos utentes aos serviços de saúde são coisas omissas no Programa. Já o mesmo não se passa com o sector privado da saúde. Ou não estivesse este Governo tão interessado em estimular tudo o que é privado. O pior é que ele estimula e quem paga somos nós.

No capítulo da **CEE**, o Programa inscreve como prioridade a plena integração na Comunidade Económica Europeia, não se propõe sequer rever ou renegociar as cláusulas mais gravosas do acordo de adesão, ao contrário do que muitos membros do Governo, incluindo o próprio Primeiro-Ministro, afirmaram durante a campanha eleitoral.

No sector dos **transportes** o Governo propõe-se entregar ao sector privado parte do sector público, donde não é de excluir que, se eventualmente estas intenções forem por diante, o passe social possa estar ameaçado na sua existência, ou seja, quem paga a privatização é o utente.

No domínio da **habitação** o Governo propõe-se aplicar e regulamentar a lei das rendas, uma herança do Governo PS/PSD.

Mas o escândalo maior surge na **Comunicação Social estatizada** onde o Governo se propõe conservar apenas um canal de televisão, um canal de rádio, um jornal e uma agência noticiosa. A irreversibilidade das nacionalizações, expressa na Constituição, é letra morta para este Governo.

Mais uma vez vem à liça a **Lei de Segurança Interna**. Em que moldes, ainda não se sabe, embora conste que o Governo pretenderia uma autorização legislativa nesta matéria, isto é ficava com um cheque em branco para fazer a lei que muito bem entendesse.

Muito mais se poderia acrescentar, nomeando os aspectos gravosos do Programa do Governo. Mas será necessário mais para se ver que este Governo não serve?

Moção de rejeição apresentada pelo PCP

O PCP foi o primeiro partido político a manifestar a sua intenção de apresentar uma moção de rejeição do Programa do Governo PSD. O texto deu entrada na Mesa da Assembleia da República na passada terça-feira, pelas 18 horas. Transcrevemos a seguir, na íntegra, o texto da moção de rejeição apresentada:

Considerando que o Programa do Governo está em aberto conflito com a Constituição da República em praticamente todas as áreas fundamentais da acção governativa;

Considerando que a política nele apresentada é incapaz, como a experiência já mostrou, de dar solução aos problemas nacionais;

Considerando, além disto, que o Governo do PSD presidido pelo Primeiro-Ministro Cavaco e Silva é de natureza minoritária e que, por isso, em vez de contribuir para a estabilidade de que o País carece, vai abrir um novo período de instabilidade governativa e institucional;

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português ao abrigo e para os efeitos dos Artigos 195.º e 198.º da Constituição da República, apresenta a seguinte Moção de rejeição:

A Assembleia da República rejeita o Programa do X Governo.

Palácio de S. Bento, 19 de Novembro de 1985

3.ª edição

Eleições para as Autarquias Locais

Legislação actualizada e anotada

Colecção Poder Local

editorial CAMINHO

à VENDA

aTalhe deFOICE

Olé!

Ele há produtos que, apesar de não provarem, continuam em promoção. Talvez até porque não provaram junto do público consumidor, se insiste. O cartaz avantaja-se, o preço baixa eventualmente, o brinde sobe de categoria. E o estimado público leva ainda mais uma tesoura, um canivete e um corno em plástico para afugentar o mau-olhado...
Nestas situações, algumas forças políticas são mestras. Aprenderam na escola da banha-da-cobra e, tendo alcançado alguns êxitos e vendido a pomada para os calos do eleitor, esquecem-se depressa que o eleitor resmungou por a dor do calo haver aumentado consideravelmente, apesar da aplicação da pomada, propagandeada, via tele-jornal, todas as santas noites.
Mas, pronto, eles insistem.
Insistem, desta vez, no «marketing» político, de que já aqui falámos há tempos. Um «marketing» que não resultou.
Se o PS ensaiou o «marketing» e viu descer substancialmente a venda da sua imagem — o comprador recusou-se a alinhar na marca, de tão estafada que se mostrou, em comparação com outra, nova, que lhe propuseram — isto no «marketing» a novidade também conta! —, o PSD não curou de aproveitar a lição alheia. Ei-lo, o PSD, a consultar espanhóis. Talvez Cavaco ordenasse a diferença. Se os americanos falharam, porque não tentar o mesmo produto, agora com a marca «UCD» — leia-se «partido espanhol que já venceu as eleições» antes de as perder...
Vai daí, o PSD decidiu-se a usar os serviços de uma consultora espanhola em «marketing», para as eleições autárquicas de 15 de Dezembro. A notícia, atirada ao vento pela veneradora e obrigada agência NP, logo foi publicitada pelos não menos veneradores e obrigados jornais cá da terra.
E a NP não deixa de adiantar que a tal consultoria é dirigida pelo especialista José Luis Sanchez, o qual, ainda segundo a NP — que para o efeito contactou uma «fonte» — «conhece bem a realidade portuguesa e prestou idêntico serviço ao partido espanhol UCD, quando este venceu as eleições espanholas». Aqui pomos algumas reticências...
E também colocamos perguntas: Se a UCD venceu eleições consultando uma consultadoria, porque é que as veio a perder depois? Teria continuado a consultar a mesma consultadoria? Ou terá acontecido — inesperadamente — que o público se viu defraudado nas suas expectativas com o produto que a tal consultadoria lhe quis impingir?
Mas o PSD, tal como o PS o fez e parece tentado a continuar — veja-se o sorriso amarelento de Soares, «um presidente, um amigo» — persiste. E vai longe e sério: o próprio José Luis Sanchez foi ao Algarve — que é onde as coisas acontecem — e reuniu com dirigentes sociais-democratas, entre os quais o próprio secretário-geral, Dias Loureiro, se encontrava. Candidatos e autarcas compuseram o ramalhete de «responsáveis pela respectiva campanha eleitoral do Alentejo e Algarve».
Tudo isto, como o prório presidente da Comissão Política Distrital de Faro, Mendes Bota, afirmou, para analisar «as formas como deve ser orientada, nomeadamente nos seus aspectos de "marketing" político», a campanha para as eleições autárquicas...
Não deixa de se encontrar alguma razão para tal procedimento.
Com efeito, mesmo tendo em conta o pouco que conta o «marketing político» na política portuguesa, que outra manigância descobrir?
Em vez de obras, no Algarve e no Alentejo, que mostrar para aliciar votos no PSD? Mostrar o «homem da bomba de gasolina» a apoiar as autarquias? Divulgar a experiência regional de José Vitorino? Mostrar como o PSD, no Alentejo, tem feito tudo o que a APU fez em seu lugar?
O melhor, mesmo, é ainda tratar isto tudo como uma grande tourada. A pé. Com «El Cavaco» a fazer verónicas e outros passes mágicos, em «traje de luces» para apagar a escuridão de uma prática administrativa nula ou de má pinta.
Em pequena roda, os aficionados PSD gritam «Olé!»
No final da corrida, porém, nem a rabo nem a orelhas terão direito.

■ LM

Assembleia da República

Deputados do PCP denunciam

Antes de falarmos do debate do Programa do Governo que ontem terminou na Assembleia da República vale a pena recordar um episódio anedótico ocorrido no Brasil, já lá vão longos anos.
Durante uma campanha eleitoral, Ademar de Barros, governador do estado de S. Paulo, conhecido pela sua corrupção, não hesitou em afirmar, num comício, que nos seus bolsos nunca entrara dinheiro mal ganho. Foi o bastante para que no dia seguinte um jornal titulasse em grandes parangonas: «Ademar de Barros tem um fato novo!».

Gostaríamos de dizer que o Programa do Governo PSD/minoritário tem um projecto novo. Mas nem isso é possível. Não só porque as ministeriais faces são já nossas conhecidas, de anteriores governos, como a proposta global é já velha de todos os nove executivos que o antecederam — favorecer o grande capital à custa dos sacrifícios impostos às classes trabalhadoras e ao povo português.

Neste debate vale a pena, ainda, referir a posição do Partido Socialista, a fazer o papel do mais oposicionista dos opositores. Tudo o que cheire a Cavaco Silva ou a PSD é como se fora uma emanação do demónio. Em todos os seus discursos se ouve, inevitavelmente, o «vade retro, PSD».

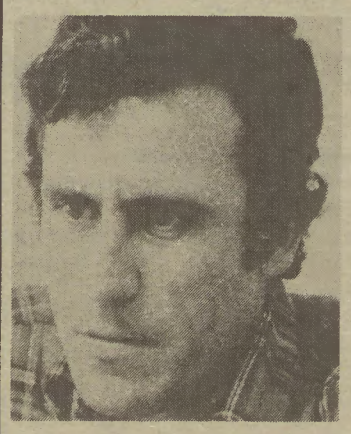
Para os menos avisados, poderá parecer que prevalece enfim a defesa dos legítimos interesses do povo português; que intenções nobres de justiça social e económica motivam esta cruzada do PS. Mas o que se constata, depois, é que apenas motivos mesquinhos e pessoais vêm ao de cima e que a oposição é por despeito... afastados que estão das cadeiras do poder, onde fizeram uma política não muito diferente da que agora é indiciada.

Uma oposição consciente

Ao Grupo Parlamentar do PCP não o movem problemas pessoais, mas a resolução das grandes questões nacionais. Essas, sim, urge solucionar, denunciando as tentativas para as ignorar ou agravar.

Jerónimo de Sousa, deputado comunista e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP, ao intervir no debate colocaria algumas questões:

Como é que se compreende que um primeiro-ministro omita no seu discurso o rigoroso posicionamento do Governo



face a questões como o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a garantia do pluralismo da comunicação social, a garantia da legalidade na zona da Reforma Agrária, a realização dos comandos constitucionais em relação à política de saúde e de segurança social? E a ruptura escolar e o futuro da educação? E a corrupção?

Estes zig-zags já mostram a maneira como este governo pretende navegar por entre os escolhos e são uma tentativa de esconder que a sua política é a mesma velha política que fracassou nestes últimos anos. (...)

Como é possível que um primeiro-ministro em vez de manifestar o respeito pela Constituição e assegurar ao Parlamento o seu escrupuloso cumprimento, tenha vindo declarar formalmente que o seu Programa se opõe à Constituição e encontra nela normas e «preceitos bloqueadores» apelando ao seu derrubamento? (...)

Falou-nos dos salários em atraso, chamou-lhes mesmo «insustentável situação». Mas ao adiantar medidas o que veio afirmar é que para o Governo há falências em atraso, empresas a encerrar, despedimentos colectivos a promover e autorizar. (...)

O Governo vai estimular o capital privado!!!

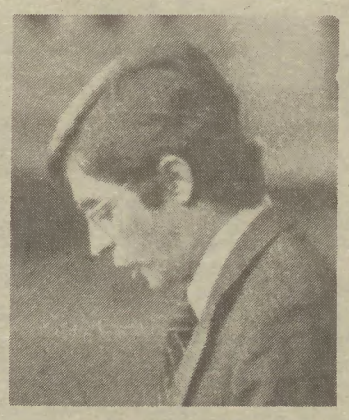
Na sua intervenção, o deputado comunista Octávio Teixeira focou a política económica do Governo, de que transcrevemos partes:

Nunca nenhum governo foi tão longe como este, ao definir no seu programa uma política económica que tão frontalmente viola os princípios constitucionais. A política que o Governo propõe não tem por destinatário a economia portuguesa com as suas actuais estruturas e comandos constitucionais. Visa sim um modelo económico anticonstitucional, que coloca o Governo em confronto aberto com as realidades socioeconómicas constitucionalmente consagradas, que faz completa tábua rasa da Constituição da República Portuguesa.

Ao afirmar o objectivo de «transformação das empresas públicas, a breve prazo, em sociedades anónimas de capitais públicos», em ligação com a intenção declarada de «alienação das carteiras de participações» e de eliminação da «exorbitância do património do Estado», o Governo está a anunciar, friamente, o seu propósito de avançar inconstitucionalmente com a tentativa de reprivatização das nacionalizações. (...)

O programa atinge o nível do escândalo quando afirma que o Governo, numa autêntica sacralização do grande capital, «aposta inequivocamente **na iniciativa privada como fonte** autêntica e insubstituível **do desenvolvimento económico e social», quando o Governo, em oposição ao constitucionalmente consagrado, se atribui a si próprio a tarefa de «estimular o desenvolvimento de grupos empresariais», quando se propõe fazer uso de todos os meios para promover uma «taxa** esforçada **de crescimento do investimento privado».**

A questão de fundo para o Governo não é a da participação da iniciativa privada no desenvolvimento, mas sim a de garantir ao grande capital o domínio total da economia. (...)



E estimular as importações

E prosseguiu Octávio Teixeira:

Como sempre temos afirmado, o aumento da produção nacional é o problema fulcral da economia portuguesa, é a base da solução dos problemas económicos e financeiros e a única via capaz de conduzir o País à saída da crise e ao desenvolvimento.

Mas uma política que apresenta como prioridades o «prosseguimento da liberalização da actividade importadora», ao mesmo tempo que reconhece expressamente que largos sectores de actividade e muitas empresas «dificilmente poderão resistir a uma competitividade acrescida», é uma política que só pode conduzir a falências, a uma maior desarticulação do aparelho produtivo, à diminuição da produção, ao aumento do desemprego e ao agravamento dos défices e da dívida externos.

Uma política que esquece a situação de profunda crise em que se encontram vários sectores de actividade, cuja reanimação exige autênticos programas de emergência, como é manifestamente o caso da construção civil, é a política de um governo completamente alheado das realidades nacioanis. (...)

Há sete anos com a agricultura

A política agrícola do novo (?) Governo foi abordado pela deputada Margarida Tengarrinha, de cuja intervenção transcrevemos a seguir alguns extractos elucidativos:

Não soubesse o País que o PPD/PSD é responsável pelo Ministério da Agricultura há mais de sete anos e o actual ministro há cerca de dois, e dir-se-ia estarmos em presença de governantes cuja ignorância dos problemas com que se debate a nossa agricultura só tem paralelo com a incipiência das formulações do seu Programa.

Mas que ninguém se iluda pois a realidade é bem outra.

Quando o Governo afirma que irá estabilizar a legislação no plano da propriedade e da exploração, que irá flexibilizar a estrutura agrária, prosseguir a política de distribuição de terras e iniciar o pagamento de indemnizações aos agrários, o que se prepara para fazer é:

— continuar a guerra de destruição da Reforma Agrária; criar um clima de instabilidade e insegurança nas UCP's/Cooperativas impeditivo do investimento e do desenvolvimento do processo produtivo;

— entregar mais terra aos agrários que não «valorizam a sua função social» como o Governo hipocritamente diz pretender, mas antes a deixarão ao abandono, estéril e improdutiva como a realidade tem demonstrado;

— «inventar agricultores» que nunca o foram para lhes entregar terras da Reforma Agrária;

— enganar agricultores crédulos entregando-lhes terras das UCP's/Cooperativas que passados um ou dois anos as obrigam a devolver a pretexto de majorações a agrários, como está acontecendo em Viana do Alentejo, Montemor, Évora, Coruche e Fronteira;

— continuar a entregar aos agrários milhares e milhares de contos enquanto se nega o acerto de contas exigido pelas UCP's/Cooperativas. (...)

O ataque à pequena propriedade

Prosseguindo, Margarida Tengarrinha adiantou novas maquinações deste Governo PSD/minoritário:

Quando o Governo classifica 85% das explorações (de área inferior a 5 hectares) como incapazes de se adaptarem a novas tecnologias, ignorando que estas explorações, ocupando cerca de 18% da área agrícola total, contribuem com cerca de 40% para a formação do PAB e que é nas zonas de predominância das pequenas explorações que se verificam os mais elevados índices de intensificação cultural, o que o Governo anuncia,

— é que prosseguirá uma política de ruína das pequenas explorações;

— é que os pequenos agricultores continuarão a ser discriminados nos apoios técnicos e financeiros do Estado;

programa de desastre

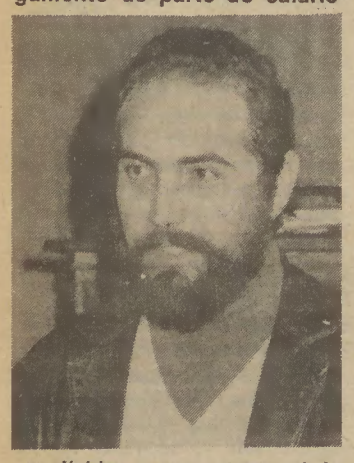
Salários em atraso, despedimentos certos

Por seu turno, o deputado José Manuel Maia fez a crítica da política laboral definida pelo Governo, nomeadamente das propostas que este apresenta para resolver o problema dos salários em atraso. E transcrevemos:

A primeira medida a ser aprovada por qualquer governo que defendesse os interesses dos trabalhadores seria sem dúvida a da imediata resolução do grave problema dos salários em atraso. (...)

As medidas apontadas pelo Governo não dão efectiva resposta a esta situação.

Na verdade, a resolução dos salários em atraso não passa pela falência das empresas, pelo seu encerramento e por despedimentos colectivos. Diminuir o número de trabalhadores com salários em atraso, aumentando o número de desempregados, nada tem a ver com a alegada política de promoção de «bem-estar» social. O Governo abre uma nesga da janela, com a hipótese de pagamento de parte do salário



em dívida, mas em troca obriga o trabalhador à rescisão do contrato, à perca do seu posto de trabalho, abrindo completamente a porta ao aumento do número de desempregados.

Importa lembrar neste debate que os salários em atraso começaram em Portugal com um Governo do PSD e continuaram quando no Ministério do Trabalho pontificava um responsável do PSD. (...).

As maravilhas da adesão à CEE

A adesão de Portugal à CEE foi, durante o debate, abordada pelo deputado Carlos Carvalhas,

mais uma vez tendo sido evidenciados os aspectos negativos que tal adesão, «que não é necessária, nem obrigatória, nem inevitável», acarreta. Da sua intervenção transcrevemos algumas passagens:

O Governo não desconhece a oposição, as reservas e as apreensões que largos sectores da sociedade portuguesa, desde os trabalhadores, agricultores, pescadores, pequenos e médios empresários, passando pelas associações empresariais independentes e indo até à CIP, vêm colocando à adesão e aos respectivos acordos. O Governo não desconhece, nem pode invocar desconhecimento, das mutilações à soberania nacional e das limitações ao aproveitamento dos nossos recursos que são impostas pelas cláusulas do Tratado. O Governo não desconhece os acordos em relação às pescas; nem as recentes decisões da CEE sobre a indústria conserveira. O Governo não desconhece que os preços dos produtos agrícolas vão ficar na prática congelados ao produtor e, pela voz do anterior e actual ministro da Agricultura, que ainda há poucos meses afirmava não estarmos preparados para aderir ao Mercado Comum. O Governo não desconhece também as consequências dos acordos com a Espanha e chega mesmo a afirmar no Programa que um grande número de empresas industriais, pág. 83, «dificilmente poderão resistir a uma competitividade acrescida».

Primeiro entramos, depois discutimos

E Carlos Carvalhas prosseguiu:

Mas apesar de tudo isto o Governo inscreve como prioridade, na continuação do Governo anterior, a plena integração de Portugal nas Comunidades, deixando transparecer, embora timidamente, que lá dentro, depois do embate da adesão, limará as cláusulas leoninas do «Acordo», sem, pág. 23, «nunca trair o espírito dos compromissos firmados»...

É a posição do avance-se que depois do facto consumado logo se verá, sem ter em conta sequer a correlação de forças e o contexto histórico em que a adesão se dá... É conhecida a arrumação de forças na CEE e é sabido que mesmo ao nível institucional contamos com 24 deputados em 518, com 5 votos em 76 na Comissão, com 12 membros em 189 no Comité Económico e Social e não se vislumbra também qualquer próxima adesão de outro país que permitisse (hipótese académica) a repetição das posições gregas. (...)

Fica claro que este Governo aceita as limitações às exportações dos têxteis e às conservas de sardinha, que aceita que as nossas águas entre as doze e as duzentas milhas sejam geridas pela CEE, que se contente com uma quota para a produção de beterraba sacarina que quando muito dará para uma unidade de beterrabeira. (...)

O facto do debate do Programa do Governo ter prosseguido durante todo o dia de ontem impede-nos de transcrever outras intervenções de deputados da bancada comunista, nomeadamente do seu líder, camarada Carlos Brito.

Zita Seabra: «Em 1975 a reforma mínima era 50% do salário mínimo; presentemente, mesmo com o aumento fica em pouco mais de 30%»

Reinvindicação das mais sentidas e reclamadas de largos sectores da população, os aumentos das pensões e reformas tem constituído motivo de sucessivas lutas conduzidas não apenas pelos pensionistas e reformados e seus movimentos representativos — nomeadamente o MURPI — mas também pelos sindicatos, pela CGTP, pelo movimento camponês.

Numa comprovação de que a luta dá os seus frutos, o governo Cavaco Silva fez de um irrisório aumento das pensões e reformas uma das primeiras medidas da sua actuação. Trata-se sem dúvida de medida com a qual o periclitante executivo PSD pretende arvorar uma máscara de mudança, mas manda a evidência que se constate que mesmo esta manobra demagógica só foi tornada possível com a luta.

Que de manobra demagógica se trata é generalizado sentimento entre todos os atingidos por esta medida governamental e a que Zita Seabra deu voz no Parlamento durante a discussão do Programa de Governo. Afirmou a deputada do PCP:

A segurança social é em qualquer país um sector fundamental em períodos de crise e deveria sê-lo muito particularmente em Portugal. Todos se recordam que o foi de facto durante a recente campanha eleitoral de todos os partidos. Foi exactamente de direitos sociais que toda a gente falou no Mercado do Bolhão ou na Feira da Ladra.

O Programa do Governo ignora frontalmente qualquer melhoria real dos direitos sociais dos portugueses. Num artigo recentemente publicado escreve o actual ministro do Trabalho:«À direita, temos o conservadorismo social e à esquerda o estatal que não deixa de ser também um conservadorismo social, mas agora em nome de uma nova nobreza a que se convencionou chamar «os trabalhadores». Creio senhores deputados que esta frase sintetiza a filosofia inerente ao programa da segurança social! Mas aumentámos as reformas, dirá o Governo. Aumentaram-nas porque estamos em Dezembro, isto é, um ano após o último aumento e para mais em véspera de eleições para as autarquias locais. Mas fizeram-no separando ainda mais o fosso entre os vários regimes e aumentaram-nas percentualmente o que significa sempre que as mais baixas pensões de reforma sofrem aumentos ridículos.

É elucidativo que o ministro tenha ido à televisão dar o exemplo de um reformado que receba 10 000$00 por mês. É que um milhão e meio dos reformados existentes recebem pensões abaixo de 9000$00. Mas importa ainda dizer que o Governo se esquece neste domínio da adesão à CEE e que subscrevemos o protocolo anexo ao Código de Segurança Social que estabelece que a pensão mínima de um reformado tem de ser igual pelo menos a 45% do salário mínimo nacional na velhice e a 50% na invalidez.

Em 1975 a reforma mínima era de 50% do salário mínimo nacional; presentemente, mesmo com o aumento, fica em pouco mais de 30%.

Por outro lado, o Governo passa escandalosamente ao lado de qualquer referência a todas as outras prestações sociais, como o abono de família, que deveriam ter sido aumentadas em Outubro passado.

Como e quando irão aumentar? A pergunta é tanto mais necessária quanto o actual ministro do Trabalho disse na televisão que o orçamento da segurança social está equilibrado! Equilibrado quando as dívidas do patronato ascendem a 125 milhões de contos e do Programa do Governo transparece ainda uma amnistia aos devedores!

Este sentido de classe, este conceito de que os patrões podem dever à segurança social, ao Fundo de Desemprego, aos trabalhadores, porque os governos do PSD, PS e CDS compreendem a sua difícil situação, mas simultaneamente os trabalhadores não podem, quando estão desempregados ou sem salário, dever à mercearia que lhes deixa de fiar, ou deixarem de pagar a renda de casa, porque os despejam, não pode continuar a fazer leis no Portugal democrático.

Nacional

A emissão pirata da chamada «Televisão do Norte»

1. A emissão televisiva pirata da autodenominada «Televisão do Norte – TVN» que foi para o ar no Porto, na frequência do 1.º canal da RTP, na madrugada de sábado passado, constitui uma flagrante violação da legalidade democrática e da Constituição da República que não pode ficar impune.

Pelas entidades que promoveram essa emissão-pirata, pelas cumplicidades passivas e activas com que contou, tal acto assinala uma nova tentativa de sectores do grande capital (referem-se, entre outras empresas, a Quintas & Quintas, a SOPETE e a ALGOT) e das forças reaccionárias, para controlarem o poderoso meio de comunicação social que é a televisão, apesar da Lei fundamental do País expressamente vedar a apropriação privada da televisão em nome da liberdade de imprensa e da independência que devem ter os órgãos de informação perante os poderes político e económico (Constituição da República – Art.º 38.º).

2. A utilização de uma fraseologia ultra-regionalista, a invocação de objectivos de qualidade jornalística e de potenciação de novos meios tecnológicos a que os promotores de tal iniciativa recorrem, não conseguem esconder a natureza e os objectivos desta tentativa de apropriação privada da televisão por parte do grande capital e das forças de direita, sob a capa da criação de um «serviço regional».

É sintomático que a tal iniciativa apareçam ligados também ex-quadros superiores da RTP, como Proença de Carvalho e Maria Elisa, agora hipocritamente arvorados em cavaleiros da qualidade, da independência da informação e da cobertura informativa dos problemas do Norte, quando deixaram a sua passagem pela RTP associada à governamentalização mais sectária, à manipulação e à degradação ao mais baixo nível da informação e da programação televisivas e ao próprio silenciamento dos problemas do Norte e de outras regiões do País.

3. Não pode deixar de se destacar e condenar também, pela sua gravidade, o facto de a administração PS/PSD do «Jornal de Notícias» ter franqueado as portas desse órgão estatizado à autodenominada TVN, cedendo o terraço do seu edifício para a emissão-pirata, assim se associando directamente a uma iniciativa ilegal e à flagrante violação da legalidade democrática que teve lugar.

4. A SIP do PCP, ao mesmo tempo que denuncia vivamente perante a opinião pública e o povo português a emissão-pirata da «TVN» e os objectivos ilegais de apropriação da televisão por parte de sectores do grande capital e das forças reaccionárias que lhe estão associadas, não pode deixar de sublinhar a estranha coincidência entre dois factos.

*O primeiro, a exigência feita nas «Jornadas sobre Televisão Privada» que antecederam no Casino da Póvoa a referida emissão-pirata, da «**imediata concessão** de espaço televisivo nas actuais antenas» às iniciativas da televisão privada.*

*O segundo, o facto do programa do Governo minoritário do PSD, apresentado na véspera à Assembleia da República, enunciar o objectivo ilegal e inconstitucional de «atribuir a **concessão da exploração total ou parcial de um canal** de televisão à iniciativa privada».*

Outros factos que não houvesse, estes são suficientes para desvendar os verdadeiros planos dos paladinos da «televisão privada»: a utilização dos emissores, antenas e outros meios da RTP, que foram pagos e pertencem ao povo português; e a apropriação «privada» da força que representa a comunicação social televisiva e dos chorudos resultados económicos que ela pode naturalmente proporcionar nessas condições.

A própria presença nas referidas «Jornadas sobre Televisão Privada», pasme-se, em representação da RTP, do seu director da «informação» no Porto, o soarista Djalme Neves, mostra bem a que ponto se desenvolvem as manobras em curso.

5. A SIP do PCP alerta a opinião pública, os trabalhadores e os democratas e em particular os profissionais da comunicação social, para esta tentativa grave de violação do direito à informação consagrado na Constituição de Abril.

Reitera a exigência de demissão urgente das administrações e direcções responsáveis pela manipulação de informação nos órgãos de comunicação social do sector público, e a sua substituição por homens competentes e honestos, capazes de assegurarar uma programação de qualidade e defender e promover o pluralismo e a isenção da informação, o respeito pela Constituição e pela legalidade democrática em Portugal.

E reclama do Governo o imediato procedimento judicial contra os responsáveis pela emissão-pirata de televisão que teve lugar no Porto, uma vez que tal acto representa uma grosseira violação das leis e da Constituição da República.

20.11.85

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

PCP

Álvaro Cunhal no Alvalade, no Montijo e em Almada

Resultados de 6 de Outubro, autárquicas, presidenciais e outras questões e perguntas

No prosseguimento de uma intensa acção de esclarecimento que mobiliza por todo o País as organizações e militantes comunistas, o PCP levou a efeito no último fim-de-semana três sessões de esclarecimento que contaram com a participação do secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal.

As sessões decorreram na noite de sexta-feira, no Cinema Alvalade, em Lisboa, e no sábado, à tarde, no Montijo, e à noite, em Almada, nas instalações da Incrível Almadense.

Especialmente dirigida a independentes, a sessão no Alvalade realizou-se perante uma assistência numerosa e interessada, constituída na sua grande maioria por democratas de diversas tendências que encheram por completo o velho cinema.

Após uma intervenção inicial, durante a qual foram sucintamente abordados os traços essenciais da actual situação política e social, o dirigente comunista teve ensejo de responder de forma pormenorizada e esclarecedora às numerosas perguntas e observações que lhe foram colocadas pelos presentes.

A participação viva da assistência, colocando as mais variadas questões e problemas — interrogações que seguramente fazem hoje parte do quotidiano de preocupações de muita gente — constituiu, aliás, um dos aspectos mais salientes que esteve presente em todas as sessões.

Mas se o elevado número de pessoas constitui um indicativo do interesse manifestado pelo conhecimento das posições do PCP e, só por isso, já se revela de grande importância, não deixa também de ser significativo que muitos desses homens e mulheres presentes (especialmente no caso do Alvalade) sejam democratas independentes apostados em conhecer melhor o conteúdo das propostas do PCP, em trocar opiniões, desfazer dúvidas e, por que não, em analisar conjuntamente com os comunistas as grandes questões nacionais.

Este aspecto seria, aliás, justamente realçado por alguns dos intervenientes os quais não quiseram deixar de sublinhar a importância deste tipo de debate, tendo inclusive manifestado o seu apreço e formulado votos para que se repitam mais iniciativas do género, sem paralelo no panorama da actividade dos restantes partidos políticos.

Antes de participar na sessão que decorreu no cinema do Montijo, o camarada Álvaro Cunhal fez uma breve paragem em Sarilhos Grandes, freguesia onde a APU nas recentes eleições de 6 de Outubro obteve 52,3 por cento dos votos.

Acolhido com as habituais manifestações de carinho pelas centenas de pessoas que o aguardavam, o secretário-geral do Partido acabou por proferir uma breve intervenção através da instalação sonora montada no Coreto, tendo na ocasião aproveitado para realçar a influência do Partido naquela terra, «motivo que é não apenas de orgulho — as palavras são suas — mas de acrescidas responsabilidades».

Ao despedir-se, formulou um convite aos presentes para que reforcem o seu trabalho de esclarecimento por forma a que nas próximas eleições a freguesia não só volte a ter maioria absoluta como possa contribuir para que a Câmara do Montijo prossiga a sua gestão democrática, honesta e competente, ao serviço das populações.

Com um discurso estruturado em torno das questões mais candentes da vida política nacional, Álvaro Cunhal começou por fazer nas suas intervenções um convite à reflexão dos presentes sobre se terá havido ou não alterações na sequência dos resultados das eleições de Outubro último.

Modificações positivas

Após concluir que se verificaram de facto «modificações positivas para a democracia», fundamentou a sua afirmação recordando a situação existente há um ano atrás com um governo instalado no Poder, «que detinha a maior maioria de sempre» a executar uma política profundamente lesiva dos interesses nacionais enquanto os trabalhadores resistiam, lutavam e exigiam a demissão do governo.

Nessa altura, lembrou Álvaro Cunhal, muitos «duvidavam da possibilidade real de concretizar a palavra de ordem "governo para a rua" que correspondia ao sentir mais profundo dos trabalhadores e de amplas camadas da nossa população.

O Executivo prosseguia entretanto a sua política antipopular e antinacional tendo na forja uma série de pacotes (láboral, autárquico, empresas públicas, agrário, eleitoral, etc.) que, se fossem por diante, significariam a liquidação pura e simples das principais conquistas democráticas.

Ora, como salientou o dirigente comunista, este plano «em vez de continuar foi por água abaixo, todo o processo foi interrompido» e, finalmente, o governo foi demitido, dissolvida a Assembleia da República e realizadas eleições.

Aqui chegados como interpretar então os resultados eleitorais? Na opinião do PCP, como frisou Álvaro Cunhal, os resultados são positivos pese o facto de a APU ter perdido votos e deputados sendo portanto justo sublinhar que o principal significado a extrair é sem dúvida a «derrota da política de direita».

Porquê? Porque não se «refez a AD», o PS que se afirmava como partido charneira desapareceu, alterou-se o quadro partidário, a reacção ficou mais isolada e «viu-se na contingência de formar a menor maioria de sempre».

Fragilidade do Governo

Prosseguindo a análise à situação decorrente das eleições de Outubro o orador chamou depois a atenção para aquilo que considerou «uma segunda questão», mais concretamente a «fragilidade» do governo e a sua reduzida base de apoio.

Interrogando-se sobre quem irá viabilizar este executivo liderado por Cavaco Silva, o secretário-geral do PCP chamou a atenção para o facto do Partido estar abertamente contra, posição idêntica à do MDP/CDE e de «Os Verdes». Relativamente ao PS, aliado preferencial da direita, não está hoje em condições (em resultado da derrota eleitoral) de apoiar esta política na medida em que por conveniência eleitoralista procurará recuperar uma parte dos antigos eleitores. Quanto ao PRD, a verificar-se uma viabilização do Governo, tal posição não deixará certamente de ter repercussões negativos junto do seu eleitorado pelo que a sua conduta deverá ser bastante cautelosa.

Enfrentando a acção das massas trabalhadoras e uma correlação desfavorável na Assembleia da República, estamos, pois, em presença de um governo «bastante condicionado», com evidentes dificuldades em levar por diante a sua política de destruição das conquistas democráticas, situação esta que, há que convir, é substancialmente diferente da existente antes das eleições.

O dirigente comunista alertou depois para eventuais medidas demagógicas por parte do Governo do PPD — de que o recente aumento das reformas é um exemplo — medidas essas que não correspondem rigorosamente em nada à sua política, não são um mérito seu, mas sim exclusivamente o resultado da luta reivindicativa dos trabalhadores. A este propósito adiantou ainda que o Governo é obrigado a fazer estas concessões para não ficar ainda mais isolado, para não levantar mais «descontentamento e reduzir ainda mais a já pequena base de apoio».

Álvaro Cunhal em Almada respondeu a diversas perguntas dos assistentes que enchiam a sala, como aliás aconteceu nos outros locais onde participou em sessões de esclarecimento

«Há que ter, pois, atenção — concluiu o dirigente comunista — já que distribuem hoje umas migalhas para depois levarem o pão todo».

Propostas do PCP

Pondo em relevo a acção do Partido em todas as frentes de trabalho foram enunciadas depois as propostas apresentadas na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP, as propostas que visam responder a algumas das situações mais gravosas enfrentadas pelo nosso povo, e que «vão desde já pôr à prova os outros partidos. Isto é, saber-se-á publicamente se estão de facto empenhados em resolver — como apregoaram na campanha eleitoral — situações dramáticas e inaceitáveis como sejam o problema dos salários em atraso, as rendas de casa, e as reformas e pensões, ou ainda questões como o regime das finanças locais, a independência da comunicação social do sector público, o aumento dos subsídios para aquisição de livros e material escolar, alimentação e alojamento de estudantes, a concessão de subsídios de desemprego aos jovens candidatos ao primeiro emprego e a redução do preço dos medicamentos.

Em jogo o poder local democrático

Detendo-se depois sobre as próximas eleições autárquicas afirmou que o que está em jogo é a própria situação das autarquias, se sim ou não a APU irá prosseguir a sua gestão séria e competente na defesa dos interesses das poplações ou se a inqualificável coligação do PS com o PSD e até com o CDS conseguirão interromper essa gestão democrática nalguns municípios.

Apontando a presença do PRD em autarquias onde a APU tem «desenvolvido um trabalho notável» como um elemento negativo que poderá conduzir a que a coligação do PS e do PSD obtenha mais votos e assim retire a presidência de alguma câmara ao «Povo Unido», o dirigente comunista não deixou no entanto de manifestar a sua convicção de que as próximas eleições «abrem novas perspectivas», confirmarão os resultados de 6 de Outubro, e a Aliança Povo Unido não deixará de ver premiado o seu esforço e o seu trabalho dedicado, honesto e competente na defesa dos interesses das populações.

As presidenciais

Expondo de uma forma clara a posição do PCP relativamente às próximas eleições presidenciais Álvaro Cunhal introduziu o tema referindo desde logo a sua estranheza por se registar tanta pressa na «formação de ideias» sobre este acto eleitoral que considerou de muito importante mas que não pode nem deve fazer esquecer acontecimentos mais próximos como sejam a Assembleia da República, a questão do Governo e as próprias autárquicas.

Depois de recordar que para o PCP os objectivos que se colocam nesta batalha são derrotar o candidato da direita (Freitas do Amaral ou Mário Soares) e eleger um candidato da democracia, Álvaro Cunhal frisou que não se trata apenas de fazer uma boa campanha mas sim de colocar em Belém alguém que respeite a Constituição e a legalidade democrática e que seja sério e isento.

Nesse sentido torna-se absolutamente necessário que o candidato da democracia recolha os apoios e os votos necessários que permitam garantir a vitória, nomeadamente daqueles que designou por eleitorado eanista, o sector do PS correspondente ao ex-secretariado e o movimento operário, naturalmente, com o PCP.

Os apoios necessários

Não recolhendo o apoio destes três sectores políticos e sociais indispensáveis, alertou Álvaro Cunhal, corre-se o risco de não obter os três milhões de votos necessários e assim pôr em causa a vitória da democracia e de ir para Belém o candidato da direita, seja ele Freitas ou Soares.

Na sequência desta afirmação manifestou a sua preocupação por aquilo que classificou de «concepção voluntarista» e precipitada da candidatura da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo que avançou sem nada querer saber do que pensam os outros que têm de assegurar a vitória do candidato democrático.

Explicando melhor esta formulação, Álvaro Cunhal adiantou que não se compreende que à partida se possa dizer que «eu avanço quer queiram ou não» ou que sim senhor, vamos ver os apoios mas a minha candidatura é irreversível, isto quando a preocupação de qualquer democrata deveria ser no momento presente a de garantir a efectiva vitória da democracia contra os candidatos da direita.

Depois de observar que esta «é uma objecção de fundo que diz respeito a uma questão de fundo: a derrota da democracia portuguesa», Álvaro Cunhal destacou que a candidatura de Ângelo Veloso é para contribuir «até ao extremo das possibilidades» para que o candidato da democracia obtenha os apoios ou o consenso verificado das forças e sectores indispensáveis à sua vitória.

Quanto à candidatura de Salgado Zenha, formalizada oficialmente na passada sexta-feira, foi salientado que muito embora o PCP não tenha tomado qualquer atitude, pelas afirmações conhecidas e pelos apoios que dispõe tem desde logo um aspecto positivo: a busca de um consenso ou convergência democrática entre as forças que podem garantir a vitória.

Debate vivo

Já nos períodos de debate muitas foram as perguntas que tocaram os mais diversos temas desde a questão da relação do PCP com os independentes até à exequibilidade da proposta de um Governo Democrático de Salvação Nacional; das próximas eleições autárquicas até às candidaturas de Pintasilgo, Zenha e Ângelo Veloso, passando pelo PRD, as pensões e reformas, as relações entre o PS e o PCP até aos problemas juvenis.

Retemos duas perguntas. Interrogado sobre as reservas manifestadas em relação a Lurdes Pintasilgo e sobre um hipotético apoio a Salgado Zenha, Álvaro Cunhal, no período de resposta, chamou a atenção para a importância do rigor das palavras e para o facto de com alguma facilidade se deturparem quer por má audição ou por outros motivos, o sentido das frases pronunciadas.

Disse Álvaro Cunhal: «Foi hoje lançada a candidatura de Salgado Zenha. O PCP não tomou ainda qualquer atitude em relação a esta candidatura. Iremos naturalmente examinar os seus vários aspectos e tomar em tempo oportuno uma decisão.

«Mas desde já pode sublinhar-se um aspecto: à partida, pela sua própria afirmação e pelos apoios de que já dispõe, a candidatura de Salgado Zenha é a primeira candidatura que aparece orientada no sentido de um consenso ou convergência democrática indispensáveis para assegurar a derrota dos candidatos da direita e a vitória de um candidato da democracia.

«É um aspecto positivo que a distingue. Merece pois esta referência».

Respondendo a uma outra pergunta sobre o não apoio do MDP/CDE a Ângelo Veloso, Álvaro Cunhal sublinhou ser uma afirmação natural na medida em que «o nosso Partido nem pediu nem nunca pensou pedir ao MDP/CDE ou a qualquer outro partido apoio à candidatura de Ângelo Veloso».

E prosseguiu: «Trata-se de uma candidatura do PCP integrada na acção política do PCP, cujos objectivos para as eleições presidenciais foram definidos na própria declaração do nosso candidato: derrotar os candidatos da direita (designadamente Mário Soares e Fretas do Amaral) e eleger para Belém um candidato da democracia.

«E para que tal resultado seja alcançado contribuir para a imperiosa necessidade de um acordo ou consenso e da convergência final de votos num único candidato da democracia.

«Tal é também a declarada posição do MDP, pelo que se vê não há divergências entre os nossos dois partidos acerca dos objectivos fundamentais das forças democráticas nas eleições presidenciais».

PCP

Nas presidenciais trata-se de vencer e de impedir os projectos da direita

A primeira sessão pública do candidato do PCP às eleições presidenciais realizou-se em Coimbra, no passado sábado. A sala do Centro Recreativo e Popular do Bairro Norton de Matos foi recebendo gente até ficar completamente cheia de uma audiência que, no final da introdução do camarada Ângelo Veloso, se mostrou vivamente interessada na problemática das eleições, através de inúmeras perguntas a que o candidato respondeu. Na mesa encontravam-se dirigentes concelhios e distritais do Partido, e ainda os camaradas Sofia Ferreira e Vasco Paiva, do Comité Central e Vítor Costa, suplente do CC.

Ângelo Veloso — a 1.ª sessão foi em Coimbra

Na sessão, iniciativa do Sector Intelectual de Coimbra do PCP, o candidato expôs em primeiro lugar os objectivos da sua candidatura, recordando as circunstâncias em que ela se verifica. E recordou que, no nosso País, sempre que se tem procurado atacar o regime democrático saído do 25 de Abril, pretendeu-se atacar a Constituição que o consagra. Referindo a Constituição, esclareceu que é ela quem confere ao Presidente da República importantes poderes institucionais, **«mesmo que lhe confira pequenos poderes de direcção política»**.

Esses poderes, sublinhou, **podem ter importância decisiva nas escolhas de política, e sobretudo em períodos de crise». «O Presidente da República»**, disse ainda depois de enumerar alguns dos seus poderes mais importantes, **«pode ser e tem sido em numerosas situações, um inspirador de consensos, um garante de equilíbrio das competências e de equilíbrio de poderes, dentro do Estado, e como inspirador de soluções institucionais e políticas de governo.»**

Os projectos da direita

Definido assim o quadro em que se realizam estas eleições e a sua importância na situação presente, o candidato salientou que tal importância aumentou depois dos resultados das eleições de 6 de Outubro — que criaram, na Assembleia da República, um quadro em que nenhum partido tem a maioria; que demonstraram a falência das coligações de direita e a dificuldade de o País continuar com coligações desse tipo; que conduziram, por outro lado, a um Governo de direita minoritário e débil.

Para a direita, confrontada com as suas debilidades e com a oposição dos trabalhadores, as eleições presidenciais surgem, disse Ângelo Veloso, **«como um instrumento para recuperar da derrota sofrida em 6 de Outubro»**. E chamou a atenção para o facto de a direita ver estas eleições **«como um meio de romper o que chama bloqueamento do regime»**, recordando que mesmo na véspera, Mário Soares, no Porto, caracterizara o seu projecto como **«um projecto de alteração do sistema político e do sistema económico»**.

Para a direita, trata-se de usar a Presidência da República para poder levar até ao fim a política que não tem conseguido. Tal finalidade é comum, sublinhou Ângelo Veloso, a ambas as candidaturas de direita, seja a de Freitas do Amaral, seja a de Mário Soares. **«Ambas as candidaturas aparecem encabeçadas por homens ligados a toda a política de direita nos últimos dez anos.»**

Imperioso vencer

«É neste quadro que nos parece imperioso eleger um democrata para a Presidência da República», salientou depois o candidato comunista. **«Eleger um homem de Abril na linha da estabilização democrática que tem sido a dos últimos anos na Presidência da República, um homem que dê garantias de defesa do sistema constitucional na sua globalidade. Mas também de um homem que, precisamente por ser democrata e defensor da Constituição na sua globalidade, pode ser — e estamos convencidos de que será — um inspirador e um promotor dos consensos democráticos, das soluções institucionais democráticas e de uma política nacional correspondente aos gravíssimos problemas que o País atravessa.»**

Como atingir o objectivo que acabava de definir nos seus termos gerais? Ângelo Veloso colocou ele mesmo a pergunta e deu a resposta. Recordou antes do mais que o PCP e a sua própria candidatura já insistira em que não se trata de um problema de «ideologia», nem se trata de escolher o «melhor» candidato, nem aquele que se encontre «ideologicamente mais perto de nós». Nem o que nos fosse mais «simpático». **«Trata-se de encontrar um candidato que, sendo um democrata e sendo um homem de Abril, tenha condições para vencer.»**

Isto poderia responder a algumas das perguntas que surgiram na segunda parte da sessão. Mas tais perguntas surgiriam «pessoalizadas» e foi assim necessário responder-lhes, caso por caso, acrescentando razões e argumentos àquele, muito simples e directo, que Ângelo Veloso logo sublinhou: **«o que tenha condições para vencer»...**

«Trata-se de subordinar», afirmou, **«as diferenças de opinião, as diferenças de simpatia, as diferenças ideológicas e até as diferenças de opção política, de subordinar essas diferenças a este objectivo central sem introduzir objectivos secundários. A questão essencial é vencer a direita, impedir o projecto da direita.»**

O consenso é urgente

Mais adiante, e referindo ainda o quadro dos resultados de 6 de Outubro, Ângelo Veloso chamou a atenção para o perigo real que poderia verificar-se se houvesse, numa segunda volta, a disputa entre os dois candidatos da direita.

«O consenso aparece portanto», disse, **«como uma condição essencial para a vitória da democracia, a unidade dos democratas; aparece como um elemento essencial para a vitória do candidato democrata, não só necessária como, em certo sentido, imprescindível.»**

«Ora nós pensamos que este consenso se tem de construir, e é urgente construí-lo rapidamente. Não se constrói o consenso com candidaturas irreversíveis, não se constrói o consenso com factos consumados, não se constrói o consenso com uma visão voluntarista do desenvolvimento da situação. Não se constrói o consenso com a ideia de pôr os outros a reboque, com projectos de "reduzir o PCP à expressão europeia", não se constrói o consenso sem a disposição de auscultar, de ouvir, de ter em conta o vasto campo democrático.»

O candidato do PCP esclareceu que tal consenso não quer dizer acordo ou compromisso dos partidos, de uma plataforma programática a que o candidato presidencial ficasse amarrado, nem se trata de negociar os poderes presidenciais com este ou aquele partido ou de estabelecer com eles plataformas de governo. **«Trata-se»**, insistiu, **«de auscultar, de ouvir em termos mais ou menos flexíveis, mais ou menos formais, de ter em conta o campo democrático no seu conjunto.»**

Qual é o campo democrático? Ângelo Veloso afirmou que era muito fácil defini-lo: o PCP e os outros partidos integrantes da APU — MDP e Verdes —; sectores esquerdizantes; sectores chamados eanistas — PRD e Eanes — e, também, sectores importantes do Partido Socialista. O dirigente comunista salientou a necessidade de o candidato dispor de um apoio de três milhões de votos.

Factores positivos

Chegava o momento das perguntas. Antecipando-se a elas, Ângelo Veloso colocou ele próprio a primeira, a propósito do anúncio da candidatura de Salgado Zenha. Qual a posição do PCP? O candidato comunista, afirmando que o Partido está a seguir com muita atenção o aparecimento da candidatura, disse achar que factores positivos e apoios importantes no campo democrático começam a aparecer. E que podem vir a criar-se condições para um consenso em torno dessa candidatura. Disse, porém, ser cedo para tomar-se uma posição, mantendo-se desse modo a candidatura do PCP até que uma posição definitiva seja tomada.

Lembrou, por fim, a importância do voto dos comunistas nas eleições presidenciais, votos que terão um papel insubstituível e decisivo. **«Encaramos com confiança esta nossa tarefa, mesmo num quadro muito complexo, e estamos seguros de que os democratas acabarão por vencer também esta batalha como têm vencido outras».**

As perguntas não se fizeram esperar. E, como era de esperar também, a primeira aludiu implicitamente à candidatura Pintasilgo. Falara Ângelo Veloso de um homem do 25 de Abril. E se fosse uma mulher?... Outra das perguntas revelou as apreensões de alguns democratas acerca do aparecimento da candidatura de Zenha como «divisionista» na mesa área. Porque só tão tarde o PCP se pronunciou sobre as presidenciais?

O candidato esclareceu a primeira das preocupações vindas a lume — quando na nossa língua se diz «homem» está a falar-se, neste caso, do género humano, e não do sexo masculino, sendo irrelevante a questão. O que caracteriza o perfil do candidato a apoiar baseia-se nos critérios políticos que antes definira. Mas Ângelo Veloso não se furtaria à questão implícita. Quanto a Maria de Lurdes Pintasilgo, esclareceu que embora seja uma candidatura que se situe no campo de Abril e da democracia, não é essa a única característica necessária. Essa candidata **«não reuniu o consenso das forças democráticas»**, afirmou.

«Este é um problema decisivo.» E chamou a atenção para o carácter «inegociável» da candidatura de Pintasilgo, para o seu carácter «irreversível», que apareceu sem auscultação dos sectores democráticos.

O candidato do PCP lembrou que não se trata de apoiar o primeiro que aparece — senão, o PCP apareceria também em primeiro lugar e todos então o deveriam apoiar... Em relação à questão da candidatura «divisionista», também Ângelo Veloso recusou o critério de avaliar as candidaturas pelo seu lugar no tempo de aparecimento. **«Quem é que pode reunir os votos e os apoios dos sectores democráticos?»** Essa a questão fundamental.

Satanás e Belzebú...

Quanto a ter sido apontado ao PCP o ter-se pronunciado «tardiamente» sobre as presidenciais, Ângelo Veloso recordou que foi justamente o PCP a pronunciar-se já há dois anos, no X Congresso, sobre as presidenciais, definindo então claramente as suas posições, sobre o objectivo a alcançar. E também chamou a atenção para o facto de as outras forças democráticas terem, elas, perdido muito tempo.

Uma outra pergunta visou saber qual a posição do PCP no caso de, em segunda volta, se apresentassem duas candidaturas de direita. Soares ou Freitas? O candidato comunista começou por recusar a hipótese de escolher entre «Satanás e Belzebú»... Mas, embora não deixando de reconhecer algumas diferenças entre os dois candidatos e entre o passado dos mesmos, sublinhou haver entre ambos a semelhança dos projectos e propostas que são iguais no essencial. **«Por isso mesmo, o Partido Comunista Português há muito tempo declarou com rigor e em Congresso que em nenhum caso os votos dos comunistas iriam para Mário Soares.»**

Por fim, salientando a importância do consenso democrático, Ângelo Veloso mostrou-se confiante em que os democratas acabarão por consegui-lo. E sublinhou o papel dos comunistas na campanha de esclarecimento que é necessário continuar.

■ **Leandro Martins**

Sessão em Gaia

Ainda no sábado, Ângelo Veloso participou em nova sessão-debate, realizada em Vila Nova de Gaia, durante a qual reproduziu, no essencial, as afirmações feitas em Coimbra. O candidato comunista sublinhou em Gaia a necessidade da convergência dos votos num único candidato da democracia.

«É preciso, antes disso», salientou o camarada, «que a gente se entenda, que se encontre em torno de um candidato aquilo que a gente tem designado por um consenso verificado». Em relação a este consenso necessário, explicou, ele terá de «englobar as forças do campo democrático — PCP, MDP, alguns dos grupos esquerdistas, os eanistas, o PRD e sectores importantes do PS», isto é, «sectores que permitiram a vitória de Ramalho Eanes em 1980».

A propósito das candidaturas já aparecidas no campo democrático, Ângelo Veloso reafirmou que, quanto à de Maria de Lurdes Pingasilgo, esta não obteve o consenso das forças democráticas e, quanto à mais recente — de Salgado Zenha — não possui ainda o PCP elementos suficientes para tomar uma posição.

Ainda quanto à candidatura de Zenha, Ângelo Veloso não deixou de salientar que o PCP segue com atenção o seu aparecimento, «com a ponderação que a linha que temos seguido até agora nos impõe, mas consideramos que há factores positivos que apontam para a convergência de importantes sectores democráticos».

Quanto à sua própria candidatura, o dirigente comunista afirmou:

«Nós temos definido que não é uma candidatura para ir até ao fim, excepto em situações extremas. É uma candidatura para alertar para o projecto extremamente perigoso da direita e para contribuir decisivamente para unir os democratas em torno de um democrata a eleger.»

Poder Local

Actividade da APU em todo o País

Apresentação das listas de candidatos

Prossegue, um pouco por todo o País, a apresentação de listas de candidatos da APU às próximas eleições autárquicas e/ ou encontros destes com as populações. À semelhança do que temos feito em números anteriores, aqui resumimos algumas passagens significativas desses acontecimentos.

Braga

No passado domingo realizou-se em Braga, no Teatro da Escola Secundária Sá de Miranda, a sessão pública de apresentação dos candidatos da APU à Câmara e à Assembleia Municipais de Braga. O eng. Casais Baptista, candidato da APU à presidência da Câmara de Braga, produziu uma intervenção em que, dando um balanço da positiva intervenção e trabalho dos eleitos da APU nas autarquias do Concelho no mandato a terminar, e após enunciar as principais linhas programáticas propostas para a gestão municipal pela APU, sublinhou que «é imperiosa uma nova correlação de forças na Câmara de Braga através do reforço da APU. A existência da maioria absoluta PS, de cunho fortemente presidencialista, tem sido a responsável, juntamente com a actuação apagada e conivente dos vereadores do PSD/CDS, pela situação de degradação, compadrio e ilegalidade que caracterizam a gestão municipal de Braga».

Como exemplos mais recentes de actos lesivos dos interesses do município praticados por responsabilidade directa do presidente da Câmara, o eng. Casais Baptista referiu:

«(...) A utilização dos dinheiros da Câmara para pagar um almoço, ontem realizado, em que presidentes de Juntas foram instrumentalizados ao serviço de uma homenagem servil e eleitoralista ao presidente da Câmara e ao serviço da campanha presidencial de Mário Soares, constitui um exemplo extremo e inqualificável de até onde chega, já, a falta de escrúpulos por parte de quem julga ter o poder absoluto nas mãos. Condena igualmente os que, nas Freguesias, julgam ainda que é política do favor e do «chapéu na mão» a melhor maneira de alcançarem os seus fins. E mostra também, pela presença e declarações de um vereador do CDS, que a lista PSD/CDS não constitui alternativa a nada, na Câmara de Braga.»

E conclui o orador que, além da APU, «nenhuma outra força política representada no município deu provas de querer mudar o que quer que seja. Todos os outros defenderam o presidencialismo gerador dos males que condenamos. Só a APU, nestas eleições, pelo trabalho passado e pela coerência dos seus eleitos, pela competência e capacidade provadas dos seus candidatos, pela política e processos democráticos de funcionamento que propõe, está em condições de garantir uma autêntica mudança democrática e progressiva para a Câmara».

Na sessão intervieram ainda outros candidatos municipais, desenvolvendo diferentes aspectos das propostas programáticas da APU. O dr. **Henrique Barreto Nunes** abordou e explicou a sua participação como candidato independente na lista para a Assembleia Municipal, no quadro da participação, valorizada pela APU, de grande número de candidatos independentes, onde tem voz e participação activa e respeitada, enquanto **Maria Júlia Mourão do Vale**, jovem candidata à AM de Braga, falou dos problemas da juventude no Concelho e da vontade da APU em enfrentá-los.

O dr. **José Tarroso Gomes**, conhecido democrata e candidato independente à Assembleia Municipal, impossibilitado de estar presente, enviou uma mensagem.

Caldas da Rainha

No passado dia 10, mais de 120 candidatos aos vários órgãos autárquicos do concelho de Caldas da Rainha e outros activistas da Aliança Povo Unido, reuniram-se na sede dos «Pimpões», na Freguesia de Santo Onofre, para discutirem as próximas eleições autárquicas de 15 de Dezembro, com a participação de José Inácio, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP e responsável pelo trabalho de autarquias do distrito de Leiria.

Dois pontos foram destacados das conclusões, a saber:

1- O Concelho de Caldas da Rainha, sem uma Câmara APU, está impossibilitado de solucionar os principais problemas com que a sua população se debate, e concretizar as suas mais sentidas aspirações.

2- Estas eleições vão decorrer e realizar-se numa situação bastante diferente da existente em 1982, já que o quadro social, político e partidário é diverso, aparecendo bem mais claro que, das forças concorrentes o (PS, PSD e CDS) já deram provas suficientes da sua incapacidade política, (e bem conhecidos os seus resultados por todos nós, que nos conduziram à terrível situação em que nos encontramos, não só a nível local como a nível nacional) e da sua falta de vontade em resolver os problemas e de traduzir, na prática, as reais aspirações das populações.

Por outro lado, como igualmente se refere no documento, «o PRD, que aparece pela primeira vez como força concorrente aos órgãos autárquicos do Concelho, sem experiências anteriores e sem provas dadas, apresentando-se ao eleitorado apenas em seis órgãos autárquicos, são razões entre outras, para não estar em condições de ser alternativa à Aliança Povo Unido», que ao contrário das outras forças, se apresenta ao eleitorado «com provas dadas na defesa intransigente do Poder Local democrático, do regime democrático saído do 25 de Abril, com uma larga experiência acumulada durante vários anos, provas dadas na concretização e realização das propostas que apresenta ao eleitorado, com colectivos formados por pessoas com larga experiência, honestidade e competência, demonstração da capacidade de diálogo e auscultação da população, espírito combativo, programação e planificação do trabalho, gestão e administração correcta dos recursos, e trabalho colectivo».

Finalmente, «a confiança que anima não só os candidatos da APU aos vários órgãos do Poder Local, mas também todos os outros activistas da APU, provem do trabalho de contacto e auscultação das populações que tem vindo a ser desenvolvido e vai ser alargado e intensificado, e da justeza das propostas apresentadas e a apresentar às populações, e a aceitação das mesmas».

Vila Real de Santo António

A Coordenadora da APU de Vila Real de Santo António refere, em comunicado, que «uma vez mais a Aliança Povo Unido se apresenta ao eleitorado de V.R.S.A. com um conjunto de candidatos com provas dadas na resolução dos problemas do Município e das Freguesias, empenhados no progresso do Concelho e na realização dos ideais democráticos do 25 de Abril. São homens, mulheres e jovens que dedicam o seu tempo a servir as populações, já eleitos para os mais altos cargos da administração municipal, das cooperativas de produção e habitação, no movimento sindical unitário, associações e colectividades culturais e desportivas. Aí trabalham com abnegação em prol de uma vida e de um futuro mais digno e justo para todos nós. Da obra que a Câmara Municipal, dirigida pela APU, tem vindo a realizar, em tempo oportuno será apresentado um balanço, onde aduziremos dados concretos e números que provam que, nos últimos seis anos, foi acelerado o progresso do Concelho e foram resolvidos problemas de fundo que a administração fascista ignorou e o PS, quando foi Câmara, se mostrou incapaz de resolver».

E comenta, ainda, o comunicado:

«Ao contrário das eleições anteriores, nas quais concorreram várias forças políticas, desta vez apenas uma lista se apresenta a concorrer contra a APU. Trata-se de uma aliança entre as actuais cúpulas locais do PS e do PSD, que está a merecer o repúdio dos democratas que querem ver respeitados os próprios ideais e rejeitam aventureirismos na defenição do futuro do Concelho. É um acordo imposto de cima, que tenta repetir a nível autárquico a fracassada coligação de Governo que impôs duros sacrifícios ao povo português e durante dois anos arrastou o País para o desastre, sendo, por isso mesmo, derrotado pelo eleitorado nas eleições de 6 de Outubro.»

Após recordar que «o povo do nosso Concelho tem vindo a castigar duramente o PS pelas suas aventuras direitistas contra a democracia e os ideais de Abril», o comunicado considera que «o povo vai confiar em quem deu provas de competência, honestidade e isenção. «O povo quer ver crescer a obra da APU».

Gondomar

Segundo nota de Imprensa da Aliança Povo Unido de Gondomar, Sérgio Teixeira, candidato da APU à presidência da Câmara de Gondomar, esteve no passado fim-de-semana em contacto com as populações das Freguesias de Covelo, Medas e Melres e participou ainda na apresentação dos candidatos da Freguesia de Fânzeres.

Referindo-se aos problemas mais candentes destas populações, salientou «a necessidade imperiosa da construção da Escola Preparatória e Secundária de Medas, de um Posto Médico em Covelo, bem como do aproveitamento turístico da zona da albufeira».

Na Freguesia da Lomba o candidato da APU à presidência da Câmara de Gondomar sublinhou «o abandono a que tem sido votada esta Freguesia do lado de lá do Douro», referindo necessidades como a de um edifício para sede da Junta e a de um campo de futebol. Em Fânzeres, participando na sessão de apresentação de candidatos, apontou um posto médico e a construção da variante da Rua da Igreja como prioridades.

Sérgio Teixeira salientou ainda a necessidde de um novo diálogo e relacionamento da Câmara com as Juntas de Freguesia, referindo que tal se passará no caso de ser eleito, propondo, nomeadamente, a atribuição de 20% do fundo de equilíbrio financeiro às Freguesias e a constituição de um gabinete técnico de apoio às Juntas de Freguesia.

Faro

Em nota à Imprensa emitida pela Coordenadora da APU de Faro, informa-se que «concorrendo a todos os órgãos autárquicos do concelho, o número de candidatos intervenientes nas listas é de 153. Destes 20 por cento são mulheres, 28 por cento candidatos pela primeira vez.

«O PCP está representado com 52,6 por cento dos candidatos, o MDP/CDE com 13 por cento, e os independentes constituem 33,8 por cento da lista.

«Os candidatos da Aliança Povo Unido têm condições para garantir o funcionamento democrático dos órgãos autárquicos e assegurar, se lhes for dada a maioria dos votos, a saída do marasmo em que se tem vivido no concelho, promovendo o desenvolvimento equilibrado da sociedade farense com a implementação de medidas que irão constar do programa, que oportunamente apresentaremos, e que fazemos questão de levar ao conhecimento profundo de todos os eleitores».

E diz a nota mais adiante, após enunciar alguns dos aspectos gravosos das gestões do PS e PSD no Algarve: «o Poder Local Democrático não é o que o PS e o PSD têm feito nos últimos 9 anos.

«A gestão autárquica tem que se caracterizar por uma grande entrega à causa das populações, por competência e por honestidade.

«As listas que apresentamos ao eleitorado, embora com alguma renovação necessária, uma vez que cada vez mais a população se vai interessando pelas questões autárquicas, mantém todos aqueles nomes que já provaram que estão nos órgãos autárquicos para defender os interesses das populações, e como tal são conhecidos pelo povo de Faro».

Amadora

Centenas de candidatos e activistas da Aliança Povo Unido do concelho da Amadora reuniram-se no Encontro Concelhio da APU durante a tarde de sábado na Sociedade Filarmónica da Amadora. O encontro aprovou o compromisso eleitoral dos candidatos APU às autarquias do concelho, e definiu os objectivos da campanha eleitoral.

O Encontro destacou o balanço altamente positivo da actividade da Câmara Municipal e das sete Juntas de Freguesia (num total de 8) presididas pela APU. O Município deu novos passos no rumo do progresso, do desenvolvimento e da criação de melhores condições de vida.

Com a gestão APU, disciplinou-se a **ocupação do solo**. Foram criados **novos equipamentos** (escolas, creches, mercados, rede viária, habitação social, centros para idosos e deficientes, parques desportivos, etc.). Iniciou-se a **recuperação do ambiente**, melhoraram as condições de saúde e segurança das populações (novas zonas verdes, arborização intensiva, encerramento de lixeiras, alargamento das redes de águas e esgotos, recolha e tratamento dos lixos, passagens para peões, projecto de construção da nova estação da CP). Democratizou-se e **dinamizou-se a vida local**, aumentou o associativismo

Poder Local

e o apoio às estruturas culturais e desportivas.

Tudo isto foi conseguido em duras condições tanto políticas, com as maiorias PS/PSD/CDS a unirem-se para boicotar o trabalho APU, como financeiras, já que os governos continuam a dever à Amadora centenas de milhares de contos.

O Encontro condenou as alianças sem princípios estabelecidas entre o PS e o PSD (e mesmo num caso entre o PS, PSD e CDS), com o objectivo meramente destrutivo de tentar desalojar a APU da direcção das autarquias do concelho e paralisar a sua obra. Por outro lado, manifestou confiança em que a população possibilitará o cumprimento dos objectivos eleitorais: **confirmar e reforçar as maiorias APU nas autarquias do concelho**, para bem das populações e do progresso do município.

Guimarães

Um Encontro Concelhio da APU de Guimarães apresentou, também no último fim-de-semana, os planos da campanha, os objectivos a atingir e as ideias fundamentais do programa municipal. Coube a Cândido Capela, actual vereador da APU e candidato às próximas eleições, expor as ideias-base do programa com que a Aliança Povo Unido se vai apresentar aos órgãos municipais, referindo a dada altura, acerca da nova gestão a adoptar em Guimarães: «Uma gestão de novo estilo, transparente, democrática, colegial, norteada por princípios de isenção, equidade e ética, que recuse o improviso e privilegie o diálogo entre os eleitos, a colaboração dos munícipes, a participação organizada das juntas, a auscultação dos trabalhadores da Câmara, tudo apoiado em serviços redimensionados, com funções definidas após reestruturação geral a cometer a empresa idónea da especialidade; permanente acompanhamento e até apoio aos problemas da juventude (sem emprego nem perspectivas), das mulheres, dos idosos e deficientes, garantindo assistência, dando voz aos seus anseios, concedendo meios e recursos; novas relações com colectividades, associações, apoiando-as com bens de raiz, construindo com elas um justo plano de subsídios a realizações a definir num plano de intervenção cultural, recreativa e desportiva.

Marinha Grande

Candidatos da APU para os órgãos autárquicos, em número de cerca de meia centena, percorreram no passado domingo, dia 17, várias zonas do concelho, tanto na freguesia da Marinha Grande como de Vieira de Leiria.

Visitaram obras realizadas durante os mandatos de gestão APU e que são muitas. De entre elas destacam-se as que se relacionam com habitação social, saneamento básico, abastecimento domiciliário de água, ruas e caminhos, lavadoiros, parques infantis. De destacar uma obra a nível do ensino, que a generalidade da população, com excepção do aglomerado onde se se situa, desconhece. Trata-se da Escola da Várzea, que engloba ensino primário e pré-primário, com aspectos de obra modelar mesmo fora do nosso país. Esta obra custou à Câmara Municipal, sem qualquer ajuda central, cerca de 25 mil contos.

Os candidatos contactaram com a população, auscultando os seus problemas e conversando sobre a forma de os resolver.

Os objectivos da APU são a continuação da gestão maioritária na Câmara, Assembleia Municipal e Freguesia da Marinha Grande e ganhar pela primeira vez a maioria absoluta na freguesia de Vieira de Leiria.

Santarém

Também no passado sábado realizou-se no novo Centro de Trabalho de Alpiarça o Encontro Distrital do PCP sobre Eleições Autárquicas, que reuniu 150 camaradas, alguns com responsabilidades nas autarquias da região. Presente o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP, deputado à AR por Santarém e director do nosso jornal.

Nas conclusões do Encontro considerou-se que «as eleições autárquicas de 15 de Dezembro, pela sua importância, são tarefa prioritária e imediata» e que «a alteração do quadro partidário com o surgimento dum novo partido — o PRD — que participará pela primeira vez nas eleições autárquicas, e os acordos do PS, PSD e CDS para tentar derrotar a APU onde é maioria (Chamusca e Coruche) e tentar impedir a vitória da APU na Golegã, colocam novas responsabilidades e a necessidade de um maior empenhamento de todo o Partido».

Quanto aos objectivos eleitorais e a definição de prioridades, definiram-se os seguintes: «1 — Lutar para manter e reforçar as actuais maiorias nas quatro Câmaras e 22 freguesias APU no distrito. 2 – Lutar por novas maiorias onde as hipóteses aparecem mais viáveis, nomeadamente em três Câmaras e cerca de duas dezenas de freguesias. 3 — Manter ou reforçar no geral as actuais posições tendo em conta a redução do número de eleitores e as condições concretas».

A APU concorre às 21 Câmaras e Assembleias Municipais do distrito e a 184 das suas 185 freguesias, havendo 3224 candidatos a integrar as suas listas, 35% dos quais são independentes, 15% jovens de menos de 30 anos e 12% de mulheres.

Beja

O Encontro de eleitos, candidatos e activistas da APU do concelho de Beja, reunido na tarde de sábado no salão dos Bombeiros Voluntários de Beja, aprovou o balanço da actividade da APU no mandato que agora termina. Os 150 participantes concluiram que o programa eleitoral apresentado pela APU em 1982 no concelho de Beja foi cumprido na generalidade e mesmo ultrapassado nalgumas áreas apesar de os sucessivos governos terem continuado a retirar às autarquias os meios financeiros que a lei lhes concedia.

O encontro aprovou, também por unanimidade e aclamação, as linhas programáticas que a APU irá apresentar à população do concelho para o próximo mandato 1986/1989, sublinhando tratar-se de um conjunto de iniciativas realista e não uma seriação demagógica para esquecer logo no dia seguinte.

O encontro foi encerrado com uma intervenção de Bernardina Sebastião, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, que sublinhou que as eleições autárquicas vão decorrer numa situação completamente nova resultante das eleições de 6 de Outubro, mais positiva para a democracia embora persistam vários perigos, afirmando ainda, a dado passo, que «o PCP não compartilhará qualquer responsabilidade pela formação e viabilização de um novo governo de direita porque ele representa a abertura de um período de instabilidade governativa e institucional e o adiamento das soluções que a situação do povo e do País imperativamente reclamam».

Valongo

Reuniram-se no passado fim-de-semana os candidatos da APU à Câmara e Assembleia Municipais e Assembleias de Freguesia de Valongo, que discutiram a situação do concelho e definiram as linhas programáticas com que se apresentarão às populações.

Como se referiu no Encontro, Valongo é um concelho meio rural, meio urbano, e tem vindo a transformar-se, pelas gestões autárquicas do PS e da ex-AD num cinzento dormitório da cidade do Porto. A APU, pela sua experiência na oposição àquela política de crescimento anárquico, dependente do grande centro urbano vizinho, através do qual campeia a especulação imobiliária e as soluções demagógicas — uma piscina em Sobrado proposta por Moreira Dias, o actual presidente da Câmara, numa freguesia onde o abastecimento de água ainda não chegou — propõe soluções reais

Num concelho onde há o desemprego e os salários em atraso (veja-se o caso da CIFA), a APU propõe uma gestão municipal orientada num desenvolvimento planificado e harmonioso, para resolver as assimetrias entre freguesias urbanas e rurais. Trata-se, por um lado, de promover acções concretas para levar por diante o saneamento básico, o abastecimento de água, a habitação social e de rendas económicas, a estrutura de apoio social, em particular parques infantis e desportivos, escolas e infantários que as famílias reivindicam. Levar por diante um Plano Director, no qual foram já investidos sem consequências práticas mais de dois mil contos e a melhoria da rede de comunicações, nomeadamente a de serviços de transportes públicos, lutar pela celeridade do aparelho de assistência à saúde e pela defesa e preservação do meio ambiente, eis algumas linhas de gestão que o programa da APU consagra.

Encontro concelhio da APU em Loures

Um comício, em que participou o secretário-geral do PCP, encerrou o Encontro Concelhio da APU, em Loures, realizado no domingo passado, no Pavilhão do Sacavenense.
Severiano Falcão, cabeça de lista pela APU para a autarquia de Loures abriria o Encontro fazendo um balanço da actividade do executivo durante o mandato que agora termina e a que presidiu.

A Câmara e os Serviços Municipalizados — recordou — **adquiriram durante o mandato máquinas e viaturas no valor de 420 mil contos, realizando obras por administração directa no valor de 1176 mil contos. Infelizmente, em 1984, muitas destas obras foram de recuperação e reparação dos enormes estragos causados ao património municipal, pelas cheias de Novembro de 1983, com os quais se gastaram cerca de 300 mil contos.**

Salientou também **que o Governo ainda não resolveu um único caso das 229 famílias desalojadas pelas cheias. Apenas continua de pé a promessa da construção pelo Fundo de Fomento de Habitação de 107 fogos, em terrenos infra-estruturados, cedidos pela Câmara, em Famões. As restantes 122 famílias foram alojadas com encargos para o Município da ordem dos 63 mil contos e com o auxílio de diversas instituições particulares de carácter social.**

Após ter focado as propostas feitas para limpeza total dos rios e ribeiras do concelho, construção de pontes e muros de suporte, para a despoluição da bacia e foz do Trancão e a construção de centrais de tratamento de esgotos e lixos, referiu-se detalhadamente aos trabalhos por administração directa.

Estes, precisou, **incidiram sobre obras de construção de 33 polidesportivos descobertos, 41 parques infantis, 11 creches e jardins de infância, 14 centros de dia para a terceira idade, 6 centros de saúde e 6 mercados.**

Em consequência do trabalho desenvolvido, **96 por cento da população do concelho é abastecida com água ao domicílio, faltando os restantes 4 por cento em bairros clandestinos, em vias de recuperação.** Destacou, igualmente, que 90 por cento da população é servida por redes de esgotos e que aos alunos do ensino primário não faltam salas de aula, situação que já não se verifica no ensino secundário, da responsabilidade do Ministério da Educação.

O não cumprimento da Lei das Finanças Locais tem retirado verbas importantes ao concelho, contudo, de 1983 a 1985, os impostos arrecadados pelo Estado no concelho ascenderam a 26 500 mil contos, enquanto que no mesmo período as transferência do Orçamento do Estado e as comparticipações do município noutros impostos somaram apenas 4028 mil contos.

Diria, ainda, Severiano Falcão, que foram cedidos mais de 200 mil contos em materiais e empréstimos de máquinas e viaturas para as obras de fim-de-semana, dinamizadas em colaboração com os moradores, que para as Juntas de Freguesia foram transferidos nos três anos deste mandato 377 mil contos e que as Associações de Bombeiros foram subsidiadas com 104 567 contos, incluindo comparticipação para novos quartéis e compra de viaturas, enquanto que para as colectividades, em dinheiro, apoios a iniciativas e ofertas de equipamentos desportivo e cultural se atingiu o montante de 50 000 contos.

A finalizar e depois de citar muitos outros exemplos e números diria Severiano Falcão que tudo isto **não somente fundamenta a ideia de que fomos, somos e seremos um factor importante na vida económica, social e cultural do concelho, como também, com o exemplo, soubemos fazer com que seja justamente aceite, na generalidade dos cidadãos do concelho, e não só, a inabalável convicção da eficácia do Trabalho, da Honestidade e da Competência dos eleitos da APU.**

O primeiro orador do comício que encerrou o Encontro Concelhio foi o camarada Euclides Pereira, membro do Comité Central do PCP, que abordou as próximas eleições autárquicas a nível do concelho.

Falando do cabeça de lista que a direita apresenta em conjunto como o PS, Vítor Ramalho, frisou que se trata do ex-secretário de Estado do Trabalho, **responsável, com o seu governo, pelos milhares e milhares de contos de salários em atraso, pelas dezenas de milhares de contos entregues a numerosas empresas a título de defesa dos postos de trabalho e esbanjados pelo patronato, em tudo, menos na resolução de problemas dos trabalhadores.**

Referiu depois a participação do PRD que, sem qualquer possibilidade de ganhar, apenas contribui para dividir os votos democráticos e enfraquecer as possibilidades de a APU ser a força mais votada.

Para nós está claro — precisou — **que cada voto nesse partido é, potencialmente, um voto a menos na APU. Logo, serve objectivamente aqueles que não defendem os interesses das populações.**

Por último, apelou à batalha de esclarecimento e convencimento, que urge travar salientando a importância do voto útil na APU.

Antecedendo Álvaro Cunhal, falou também António Gonçalves, da Comissão Política do MDP/CDE, tendo acentuado na sua intervenção que, ao contrário do que dizem as forças de direita, o poder só desgasta quando é mal exercido, o que não foi o caso da Câmara de Loures.

Por último o camarada Álvaro Cunhal no discurso que proferiu abordou algumas questões referentes às próximas eleições autárquicas, nomeadamente no caso de Loures. Frisando que do Encontro Concelhio se constata que ainda muito há para fazer e disso mesmo a APU tem consciência, acrescentou que por outro lado ficou bem claro que os candidatos que a APU propõe são indispensáveis para resolverem os problemas das populações.

Salientou ainda que por toda a parte o problema é o mesmo: depois das eleições fica nas autarquias gente disposta a resolver os problemas das populações ou não?

Na sua intervenção o secretário-geral do PCP abordou ainda outras questões da política nacional que noutro local retomamos.

No decorrer do Encontro Concelhio foram recebidas diversas saudações entre as quais duas de dois socialistas, Mário Rebelo, que presentemente integra a lista da APU como independente e impossibilitado de estar presente e Samuel Girão, actual membro da Assembleia de Freguesia da Póvoa de Santo Adrião, eleito pelo PS.

Terra

Reforma Agrária: nova ofensiva em marcha

Governo de Cavaco Silva quer entregar 50 mil hectares aos agrários

Lino de Carvalho ao Avante!: «A presente ofensiva contra a Reforma Agrária é tanto mais grave que surge em pleno período de sementeiras, conhecendo-se casos de várias UCPs Cooperativas que ensaiam novas variedades de sementes com vista ao aumento da produção, com os olhos postos no desenvolvimento da economia nacional»

- *Lino de Carvalho*, técnico do Secretariado das UCP's/Cooperativas de Évora, em depoimento ao «Avante!»: «O grande objectivo é restabelecer a estrutura fundiária capitalista, com o regresso pleno do latifúndio aos campos do Sul»

«São agora 112, 80 dos quais na zona de Évora, os processos de extorsão — *leia-se roubo* — de terras das UCP's/Cooperativas, envolvendo um total de cerca de 50 mil hectares nos cinco distritos da Reforma Agrária (Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal). Além destes processos de usurpação, que incluem os leilões, a fase actual da ofensiva regista também as chamadas acções de reivindicação de propriedade» — declarou ao «Avante!» **Lino de Carvalho**, técnico do Secretariado das UCP's/Coops. Agrícolas do Distrito de Évora.

Referindo que antes das eleições legislativas de 6 de Outubro a luta firme e corajosa dos trabalhadores da Reforma Agrária levou ao recuo do governo demitido e à suspensão de entrega de reservas por parte do Ministério da Agricultura, e que agora, sob a acção do governo minoritário de Cavaco Silva, com o mesmo Álvaro Barreto à frente do Ministério, está em movimento nova ofensiva destruidora, Lino de Carvalho pormenorizou no breve depoimento exclusivo que nos concedeu na última sexta-feira em Évora alguns dos aspectos mais significativos do ataque às UCP's/Coops., desencadeado numa altura em que se avança para as sementeiras.

A inabalável disposição de luta e resistência dos trabalhadores, as iniciativas que vão tomar para a defesa da Reforma Agrária (se necessário virão a Lisboa para uma grande manifestação em S. Bento) e as medidas de urgência que propõem para a revitalização e incentivo à produção agrícola nos campos do Sul são outros temas em foco neste depoimento.

Nas declarações de Lino de Carvalho um destaque especial também para a posição dos pequenos agricultores que ontem foram iludidos e manipulados contra a Reforma Agrária e que hoje se revoltam contra o cerco que também eles estão a sofrer pela política de submissão aos interesses dos grandes agrários.

É um depoimento vigoroso, de flagrante actualidade e esclarecimento, que aqui deixamos nas suas passagens mais significativas.

O Estado deve 19 milhões de contos às UCP's/Cooperativas

No documento divulgado no dia 12 aos órgãos de Comunicação Social pelos Secretariados e Uniões das UCP's/Cooperativas Agrícolas dos Distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, salienta-se logo nos primeiros parágrafos:

«Ainda mal tendo tomado posse já o 10.º Governo do PSD/Cavaco Silva e o Ministério da Agricultura/ Álvaro Barreto têm em preparação um vasto ataque à Reforma Agrária, concretizado em:

- «Mais de meia centena de despachos de Álvaro Barreto ordenando a usurpação às UCP's-/Cooperativas e entrega aos agrários de mais de 15 000 ha de terra que estão prontos para serem executados pelos serviços do MAP, com a cobertura da GNR;
- «Cerca de 60 novos processos de extorsão de terras sob o pretexto de reservas e leilões, envolvendo um total de cerca de 35 000 ha que estão em curso:
- **Mais de meia centena de acções judiciais reclamando a entrega de herdades expropriáveis, cujos proprietários já receberam reserva mas que o(s) Governos(s) se têm recusado a expropriar, estão igualmente em curso contra diversas UCP's/Cooperativas Agrícolas;**
- **Diversos processos de execuções fiscais e penhoras de bens ameaçam também várias cooperativas.»**

Pegando agora nas palavras de Lino de Carvalho, caracterizemos melhor os dois últimos aspectos mencionados na nota de Imprensa — a meia centena de acções judiciais e as execuções fiscais.

Aquelas acções, conhecidas como de **reivindicação de propriedade** por parte dos agrários, referem-se no fundamental aos distritos de Beja e Évora e consistem na reivindicação junto dos tribunais comuns da devolução de terras que não foram expropriadas mas que são expropriáveis.

Explicando melhor: trata-se de terras na posse das UCP's/Cooperativas que por razões burocráticas não foram oficial ou legalmente expropriadas. As herdades continuaram assim no nome dos agrários, embora tratando-se de terra expropriável. Trata-se de um verdadeiro alçapão jurídico, não resolvido até agora porque os sucessivos governos se recusaram a concretizar oficialmente a expropriação.

Outra linha do ataque à RA concentra-se nos processos de **execuções fiscais** — penhora de bens por alegadas dívidas ao Estado. Exemplos expressivos desta linha de ataque encontramo-los na região de **Portalegre**. Trata-se de uma manobra violenta que à partida «abafa» uma verdade que a opinião pública deve conhecer: **o Estado deve quatro vezes mais às UCP's-/Cooperativas.** Com efeito, a dívida do Estado é qualquer coisa como **19 milhões de contos** em indemnizações, frutos pendentes, etc.

A ofensiva geral contra a RA é conduzida e acompanhada com as mais escandalosas ilegalidades, num quadro de larga corrupção. São as majorações indiscriminadas, são as reservas destinadas não a uma família mas a cada membro da família (pais, filhos, etc), são as mulheres dos agrários que «deixam» de ser domésticas (condição alegada anteriormente para obter maior reserva) e se «transformam» em agricultoras, são os documentos falsificados, é a reinstrução de processos de reservas já anuladas pelo Supremo Tribunal Administrativo e que agora reaparecem com as áreas de «reservas» mais agravadas; são os casos de altos funcionários do Ministério da Agricultura envolvidos em profundos actos de corrupção, etc.

Pequenos agricultores também na mira da ofensiva destruidora

Na mira da actual ofensiva contra a RA não estão apenas as UCP's/Cooperativas e os seus trabalhadores. Como nos explicou Lino de Carvalho, também os pequenos agricultores sentem directamente os efeitos desse ataque.

Agricultores anteriormente iludidos, nomeadamente no tempo da «AD», e que foram usados e manipulados contra a Reforma Agrária, estão agora a ser notificados pelo Governo para que as terras sejam entregues aos agrários, como sucede nos concelhos de **Coruche, Évora, Montemor-o-Novo, Fronteira,** etc.

Pequenos agricutores outrora enganados e iludidos, que, fazendo nalguns casos o jogo dos agrários (como estes não podiam, iam os pequenos agricultores pedir terra às UCP's/Cooperativas), vão hoje junto da Reforma Agrária confirmar o erro em que caíram e solicitar a ajuda solidária das UCPs/Cooperativas. **«Não temos quem nos apoie»**, ouve-se de muitos deles.

Mais uma vez a política de direita, agora com o Governo minoritário de Cavaco Silva, reafirma a sua vontade de liquidar a Reforma Agrária e as pequenas e médias explorações. O grande objectivo é restabelecer a estrutura fundiária capitalista, com o regresso em pleno do latifúndio.

É um ataque frontal contra a democracia e a legalidade.

Propostas realistas e necessárias

Afirmou-nos Lino de Carvalho noutra passagem do seu depoimento:

Inserido num esforço de defesa da Reforma Agrária, apontando ao cumprimento rigoroso da legalidade e ao melhoramento da produção e da gestão das suas UCP's/Cooperativas, os trabalhadores da Reforma Agrária e as suas organizações representativas avançam um conjunto de *medidas de urgência* que inclui:

- O fim imediato das demarcações de reservas e outras formas de extorsão de terras
- A reposição da legalidade democrática, designadamente com a execução dos 310 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis às UCP's/Cooperativas
- A adopção de medidas financeiras, económicas e técnicas para estímulo à produção e ao investimento.
- A revogação da lei roubo da cortiça e de outra legislação discriminatória sobre a produção florestal
- Acerto de contas entre as UCP's/Cooperativas e o Estado
- Crédito com taxas de juro adequadas e bonificadas, controlando a sua aplicação e sem discriminações
- Uma política justa de preços e de escoamento da produção
- Uma política de apoio técnico às UCP's/Cooperativas e aos pequenos agricutores.

Reforçar a unidade e a vigilância, informar a opinião pública, são formas de luta essenciais para a defesa da Reforma Agrária. Os trabalhadores estão conscientes da acção intensa que é necessário desenvolver. E não esperam de braços cruzados.

Como nos salientou Lino de Carvalho, está prevista a realização de plenários concelhios com todos os trabalhadores da Reforma Agrária e caso o Governo insista nos mais de 100 processos de extorsão de terras, haverá em **Lisboa**, junto à Assembleia da República, uma grande manifestação da Reforma Agrária, com larga representação dos trabalhadores dos cinco distritos.

Foram também solicitadas audiências na Presidência da República (já realizada) e junto do Primeiro-Ministro e do ministro da Agricultura. Na altura em que Lino de Carvalho falava ao nosso jornal, já se tinham efectuado entrevistas dos representantes da Reforma Agrária com os grupos parlamentares do **PCP, MDP e PRD**, aguardando-se iniciativas idênticas com outras formações parlamentares.

Na Alta Autoridade contra a Corrupção foram entregues documentos comprovativos da escandalosa ilegalidade que domina a ofensiva contra a RA.

Como sublinhou Lino de Carvalho, defender com determinação e coragem a grande transformação socioeconómica nos campos do Sul é a disposição clara dos seus obreiros, que não renegam sacrifícios para manter as UCP's/Cooperativas de pé e a produzir.

310 Acórdãos favoráveis

*Recentemente os Secretariados das UCP's voltaram a chamar a atenção do País e do Presidente da República para a situação de instabilidade deliberada que a política contra a Reforma Agrária estava e está a criar na região e para o largo e profundo rol de ilegalidade e corrupção que envolvem tal política, claramente comprovado pelos **310** Acórdãos favoráveis às UCP's/Cooperativas já proferidos pelo Supremo Tribunal Administrativo, e nos processos já entregues à Alta Autoridade Contra a Corrupção. Voltamos, agora, a reafirmar a nossa exigência de que seja posto termo imediato ao processo de extorsão de terras e reposta a legalidade democrática nos campos do **Alentejo** e **Ribatejo**, com a execução dos acórdãos do STA, permitindo que se possa trabalhar, produzir e investir em paz, segurança e estabilidade.*

(Da nota divulgada à imprensa no passado dia 12 pelos Secretariados e Uniões das UCPs/Coop. Agrícolas dos Distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal).

UCPs/Cooperativas agora ameaçadas

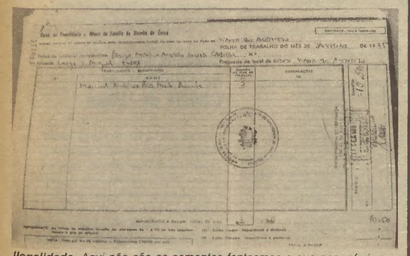
- ***Atacar as unidades mais desenvolvidas é estratégia do Governo***

Como salientava uma nota divulgada no passado dia 12 pelos Secretariados e Uniões das UCPs/Cooperativas Agrícolas dos Distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, «nos gabinetes do ministro e das Direcções Regionais de Agricultura» desenvolvem-se planos «para entrega de terras nos próximos **dias** e **semanas**, quando se está em pleno período de sementeiras».

Entre as várias UCPs/Cooperativas agora ameaçadas contam-se algumas das mais desenvolvidas, incluindo explorações consideradas de nível europeu. São objectivos da ofensiva do Governo — cuja estratégia, como nos referiu Lino de Carvalho, é o ataque às unidades mais fortes, altamente rentáveis — interromper a actividade das UCPs/Cooperativas, pôr em causa as suas potencialidades e capacidades produtivas e mesmo destruí-las por completo.

A presente ofensiva pretende atingir, entre outras, as seguintes UCPs/Cooperativas:

Junção das Cooperativas da Volta do Vale, em Couço/**Coruche**; Cooperativa «República Popular de Angola», no **Couço**; Fusão das Cooperativas de **Santa Justa**; Cooperativa Fétal do **Sorraia**; Quinta de São João, em **Alpiarça**; Rosmaninhal; 21 de Maio; Vitória de Setembro, do concelho de Coruche; UCP's Comenda de Sta. Justa, em **Arraiolos**; Salvador Joaquim do Pomar, em **Santiago do Escoural**; Bento Gonçalves, em **Montemor-o-Novo**; Flôr do Alentejo, em **S. Miguel de Machede/Évora**; Aguiar, em **Viana do Alentejo**; A Luta é de Todos, em **Mora**; Terra Livre, em **Cabeção**; Monte Velho, no **Vimieiro**; Rainha do Alentejo, em **Monte de Trigo**; Margem Forte, em **Évora**; Boa Esperança de **Lavre**; Poder Popular, em **Cortiçadas de Lavre**; Safira, em **Montemor-o-Novo**; Estrela da Manhã, em **Vendas Novas**; Povo Alcaçovense, em **Alcáçovas**; Cooperativa da Liberdade, Cooperativa de Alberge, Cooperativa Poder Popular, todas de **Alcácer do Sal**; Cooperativa de Conqueiros, Três de Outubro e Revolucionária 25 de Abril, em **Santiago do Cacém**; Cooperativa 18 de Outubro, em **Arronches**; 12 de Maio, em **Montargil**; Figueira do Alentejo, 5 de Outubro, 19 de Dezembro e, ainda, UCP Margem Esquerda, em **Serpa**; Cooperativa Vitória dos Trabalhadores, em **Beja**; UCP 4 de Agosto, em **Cuba**.



*Ilegalidade. Aqui não são as sementes fantasmas a que nos referimos neste apontamento. É uma folha da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Évora na qual se tenta «confirmar», com data de Setembro de **1981**, que o agrário em questão tinha um trabalhador ao seu serviço em Janeiro de **1975**...*

Sementes fantasmas

Uma factura de 73 em papel impresso em 74...

- ***Falsificação de documentos — uma componente da ofensiva***

À primeira vista, parece um documento comprovativo da aquisição de 5 mil quilos de cevada para semente, em nome de João Malta e Vicente Maltez. 10 de Outubro de 1973 é a data aí assinalada.

Por agora, tudo bem. Os homens até investiam em sementes para a produção de cereal. Nada de coutadas para a caça...

No entanto, observando com um pouco mais de atenção, depressa se verificará que as coisas não foram bem assim. O próprio papel do documento revela que foi impresso em **1974** na Gráfica Coruche.

Uma falsificação grosseira!

Um exemplo da escandalosa ilegalidade que dá corpo à ofensiva contra a Reforma Agrária e os pequenos agricultores.

Um exemplo retirado de uma das várias frentes dessa ofensiva – **a falsificação de documentos,** com a qual os agrários tentam «mostrar» a sua ligação à actividade agrícola, seja com a aquisição de sementes fantasmas, seja com falsas folhas de desconto para a Previdência (há o caso do agrário que para provar que tinha um trabalhador ao seu serviço em 1975 apresentou um documento dum Centro Regional de Segurança Social datado de 11 de Setembro de 1981), seja ainda com outras falsificações, muitas vezes em conivência com terceiros...

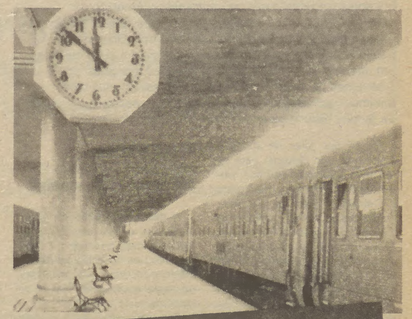
Desmascarar esta gente é um acto de higiene social.

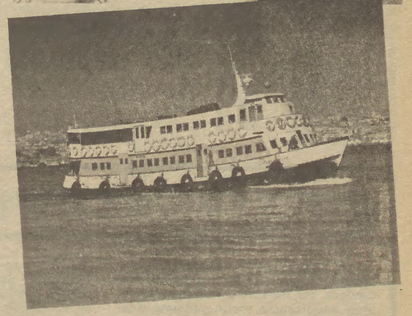
Trabalhadores

Com início hoje

Greves anunciadas na CP até dia 26

Um regime especial de trabalho, os atrasos nos aumentos das pensões, o regulamento de carreiras profissionais, os contratos de gestão e programa do sector levam os ferroviários da CP a aderir a uma série de greves sectoriais a iniciar hoje.





Segundo a Federação dos Sindicatos dos Ferroviários (FSTFP), a greve abrangerá todos os trabalhadores, incluindo os do sector administrativo, via fluvial, cantinas, motoristas de autocarros, renovação de vias, informática, armazéns de víveres, tesouraria e laboratórios.

A Federação propunha entretanto ao Ministério do Trabalho uma nova reunião das partes interessadas nas matérias da greve. O conselho de gerência era também contactado pela FSTFP no sentido do reinício da negociação das carreiras a regulamentar.

O calendário das greves pode afectar seriamente até à próxima terça-feira, 26 inclusivé, os transportes na zona da grande Lisboa, Setúbal e outras zonas do País.

No Porto: empresas não pagam mas vendem bem

«As empresas que devem salários, subsídios ou retroactivos aos trabalhadores produzem normalmente ou têm até, em alguns casos, excelentes carteiras de encomendas.» Esta é a primeira das «situações-tipo» apontadas por delegados, activistas sindicais e membros de comissões de trabalhadores de 15 empresas metalúrgicas de fundição do distrito do Porto, que empregam no total perto de 3500 trabalhadores. As unidades empresariais citadas como exemplo dessa anomalia são a **CIF, Francisco Barbosa de Castro, Barbosa & Irmão e Fundição Rio Sousa**. Reunidos por iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos, os sindicalistas concluíram que «os trabalhadores são normalmente obrigados a recorrer à luta (greves, desfiles, manifestações, etc.) para conseguirem o pagamento de salários e subsídios em atraso». De um modo geral, refere ainda um comunicado saído da reunião, «o número de trabalhadores empregados nas fundições tem vindo a diminuir, havendo casos de empresas já encerradas (**Alves & Caetano**), com falências já pedidas (**Francisco Barbosa de Castro**) ou em perigo de encerramento (**Fundição Luís Alves, Barbosa & Irmão**). **Em alguns casos, os eventuais encerramentos não passam de ameaças agitadas pelo patronato para amarrar os trabalhadores a condições ilegais de trabalho e remuneração».**

Sundlete

A luta tem que ser mais forte

Quinze, dezoito, dezanove, vinte e dois — são anos de trabalho. São milhares de dias a fazer mexer uma máquina. O mesmo é dizer ter pão para os filhos. Agora, a esses milhares já não é possível somar mais nenhum dia.

«A máquina em que trabalhava já está desmontada, ela e muitas outras».

Este é o drama de mais de duzentos trabalhadores da Sundlete, que receberam recentemente cartas de despedimento.

As dezenas de trabalhadores que encontramos nas instalações da delegação do Porto do Ministério do Trabalho são, no dizer de um deles, homens e mulheres com mais de 10 anos de trabalho na Sundlete. Um dos trabalhadores com quem falámos é invisual e há dezoito anos, com muito esforço e persistência, conseguiu um posto de trabalho nesta empresa: «A luta tem de ser mais forte, senão só me resta pedir à porta dos Congregados (...) ontem cortámos a estrada da Via Norte durante 55 minutos, mas a luta tem de ser mais forte».

A Sundlete, empresa de transformação de matérias plásticas, em S. Mamede de Infesta (Matosinhos), empregava, até finais de Outubro de 85, 313 trabalhadores. Em meados de 83, os trabalhadores começaram a receber salários e subsídios em atraso — situação que se mantém, **devendo a empresa actualmente 26 mil contos aos trabalhadores.** Em Fevereiro de 84 foi concedido à empresa um empréstimo de 64 mil contos para manutenção dos postos de trabalho. No termo de concessão deste empréstimo consta o compromisso de «não reduzir o nível de emprego» e de «pagar integralmente aos trabalhadores as respectivas remunerações», até ao final do reembolso (previsto para meados de 86). No fim de Outubro, 218 trabalhadores recebem cartas de despedimento. Apesar de se manterem nas instalações da empresa, estes operários não só não têm trabalho distribuído, como começam a ver as máquinas que ocupavam a ser desmontadas. É assim, claro, que os pedidos de estudo para a viabilização da empresa não a visam de facto. «É impossível produzir alguma coisa com os trabalhadores que restam» — disse-nos um operário que, na delegação do Ministério de Trabalho, aguardava resposta a um pedido de audiência.

A administração da empresa afirma que o problema é da conjuntura do mercado, tendo em Maio deste ano mandado vendedores para casa. Só que, como se pode ler num comunicado da comissão de trabalhadores, os vendedores afirmam: «Nunca tivemos dificuldades de vender. A nossa dificuldades é satisfazer a carteira de encomendas. Tivemos mesmo que anular muitas».

Em fins de Maio deste ano, deputados comunistas fizeram um requerimento ao Ministério do Trabalho, indagando sobre as medidas tomadas para garantir o cumprimento das medidas constantes do despacho que concedeu os 64 mil contos à Sundlete. A resposta foi de que havia um processo de discussão do programa de liquidação dos débitos salariais. A discussão foi concluída e aprovada pelos órgãos representativos dos trabalhadores, só que o programa não foi cumprido.

A Secretaria de Estado do Emprego responde aos trabalhadores que não pode intervir.

Sindicatos e comissão de trabalhadores solicitaram uma audiência ao ministro do Trabalho. A audiência ficou prometida para breve. A ver vamos. Para já os trabalhadores da Sundlete contam com a sua força e a sua disposição de luta. Contam também com a solidariedade dos trabalhadores em geral e com a luta de muitos outros operários em situação idêntica. Que a Sundlete não é caso único. Nem em patrões que cometem ilegalidades e não são punidos e deixam milhares de famílias sem pão para verem crescer os seus lucros, nem em trabalhadores firmes e dispostos a lutar pelo direito ao salário e ao trabalho.

Trabalhadores

AUMENTO INSUFICIENTE NAS PENSÕES

A CGTP-IN defende propostas que apresentou

Plenário Nacional marcado para amanhã

Ao mesmo tempo que o actual ministro do Trabalho fala de uma «flexibilização controlada» da legislação laboral, o que significa um «descontrolo flexível» dos despedimentos e das restantes matérias que o seu antecessor, Amândio de Azevedo (PSD), fez o possível por impor, a CGTP-Intersindical Nacional exige a adopção pelo Governo de medidas práticas para atacar decididamente e já os salários em atraso e aumentar os baixos mínimos nacionais das prestações de Segurança Social e dos salários também mínimos, actualizando adequadamente as pensões e o abono de família. Reúne-se amanhã um Plenário Nacional.

Os 22 por cento de aumento anunciado pelo Governo para as pensões são considerados «insuficientes» pela Inter. Mas, para a Central, o facto de ser essa «uma das primeiras medidas do Executivo» confirma as razões justas da luta desenvolvida pelo movimento sindical unitário e pelos trabalhadores. Aquele facto confirma — esclarece a CGTP-IN — que se atingiram «os limites da degradação das condições de vida». Daí as «medidas prioritárias nesse campo». A CGTP «estranha» no entanto que «o Governo não tenha anunciado qualquer actualização das prestações familiares», designadamente o abono de família, que «deveria ter ocorrido a partir de 1 de Outubro findo».

Beneficiários lesados em milhões de contos

A não actualização do abono de família e das restantes prestações sociais no início de Outubro lesou os beneficiários em milhões de contos. Aquela data, que está estabelecida na lei, foi ignorada mais uma vez.

Por outro lado, os 22 por cento agora decretados para as pensões não fazem esquecer, além de insuficientes relativamente ao ano passado, «a quebra do poder de compra das pensões registado nos últimos anos». Ao recordar que «a exiguidade dos valores vigentes» impõe a imediata actualização do abono de família e das restantes prestações sociais, a Inter «continua a exigir que o Governo respeite a Convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que estabelece como valor mínimo das pensões a percentagem de 55 por cento do salário mínimo nacional».

É nesse valor que se baseiam as reivindicações apresentadas ao Primeiro-Ministro.

A Inter defende a actualização dos valores de acordo com as suas propostas.

Recorde-se que a actualização dos salários mínimos nacionais a partir de 1 de Janeiro deve ser fixada, segundo a CGTP, em 24 500, 21 500 e 17 mil escudos respectivamente para os trabalhadores da indústria, comércio e serviços; rurais; e serviço doméstico.

«Passividade total e cúmplice» quanto à Ordem

Quanto à Ordem dos Médicos, que decidiu *por sua alta recriação* aumentar em 50 por cento «os preços dos serviços da medicina convencionada», a CGTP-IN, que reúne amanhã o seu Plenário Nacional, acusa o Governo de «passividade total e cúmplice» perante essa atitude. «O posterior reembolso por parte do Estado (dos aumentos agora cobrados») nem sequer está assegurado, sendo «absolutamente incompreensível — destaca a Inter — que um Governo assista "serenamente" ao que se passa sem tomar qualquer decisão».

Na opinião da Central unitária «a Ordem dos Médicos não tem qualquer legitimidade legal para negociar convenções e muito menos para decretar aumentos».

Num comunicado em quatro pontos, datado do dia 12 e que tem despertado apoio de outras organizações sindicais, a Inter considera que «a existência desta situação anómala, num Estado democrático e de direito, exige de imediato que os Serviços de Saúde oficiais passem a assegurar integralmente esses serviços (radiologia, análises clínicas, etc.) de modo que os utentes não fiquem dependentes da medicina convencionada e obrigados a pagar aumentos ilegais».

LUTAS E TAREFAS

• **A Petrogal, uma das maiores empresas nacionais e nacionalizadas, era credora, no final do ano passado, de uma importância muito próxima dos 180 milhões de contos. As dívidas eram de dois Fundos geridos pelo Governo.** Numa análise à situação da empresa a comissão de trabalhadores (CT) assinala que a mesma dívida global atingiu naquela altura 38,8 por cento do activo da Petrogal. João Tunes, um elemento da CT eleito pelos trabalhadores para seu representante junto do conselho de gerência elucidou que o total das dívidas (179,6 milhões de contos) do **Fundo de Abastecimento** e do **Fundo de Garantia de Riscos Cambiais** fora reduzido recentemente para um total à volta de 95 milhões de contos (80 milhões do FA e 15 milhões do FGRC) devido às obrigações do Estado emitidas para acorrer às dívidas dos mesmos Fundos. A CT assinala que, entre 1980 e 1984, período abrangido pelo seu documento intitulado «Análise à Situação Económico-Financeira da Petrogal-EP», os encargos financeiros, que incluem naturalmente os juros, passaram de 12 para 55,4 milhões de contos. As despesas com pessoal desceram no mesmo período de 2,9 para 2,3 por cento dos custos totais da Petrogal, refere ainda o documento da CT.

• **A epidemia dos atrasados atinge os Açores.** A juntar aos sectores afectados, designadamente a construção civil, há agora trabalhadores do ensino, também com salários em atraso, naquela Região Autónoma, cujo Governo Regional é acusado de responsável pela anomalia que preocupa seriamente o pessoal do **Externato da Povoação** na Ilha de S. Miguel, incluindo os professores já afectados por discriminações relativamente aos docentes do ensino oficial.

Além dos dados «crónicos» que o «Avante!» destacou na semana passada a nível distrital e relativamente ao Continente, refiram-se entre os mais recentes, os casos da **Mundet, Metalúrgica de Arraiolos, Desco** tentativa de despedimento colectivo) **FORE** (idem), **Coats & Clark** (idem) **Soconel, Frapil, Casa Hipólito, Jotocar Torralta** e **Sundlete** (ver texto à parte). Em algumas destas empresas os trabalhadores têm recorrido à greve e a outras acções incluindo a movimentação sindical, com êxito, particularmente na **Metalúrgica de Arraiolos**.

No **sector da cerâmica, cimento e vidro, a dívida por salários em atraso atingia entretanto o milhão e meio de contos.** Este total foi anunciado pelo Congresso da Federação sindical do sector, que terminou domingo passado na Foz do Arelho. Os trabalhadores afectados são onze mil, só nesse sector onde desapareceram nos últimos três anos seis mil postos de trabalho.

O movimento sindical unitário, ao mesmo tempo que conduz as lutas e outras acções pelo pagamento dos atrasados, reivindica a urgente reposição da legalidade e o fim da escalada contra o emprego e os postos de trabalho, na indústria designadamente.

• **Os divisionistas da UGT atacados de fraccionismo evidente continuam a desempenhar menos mal o seu papel de assessores do patronato na contratação colectiva.** Uma informação recente da Federação dos Sindicatos Gráficos acusa aquela organização de se submeter ao patronato na sua intenção de arrastar indefinidamente as negociações do contrato colectivo de trabalho das indústrias gráficas e de transformação do papel. Recorda a Federação que «desde 1982, não é negociada qualquer revisão». Com a cobertura dos governos AD e PS/PSD nem uma PRT (portaria de regulamentação de trabalho) foi conseguida, pois, segundo a Federação, o secretário de Estado do Trabalho do Executivo agora substituído «deu o dito por não dito», depois de se ter comprometido a aceitar «uma solução legalmente correcta». Além de outras reivindicações indispensáveis, a Federação reclama um aumento salarial de 30 por cento sobre os mínimos vigentes no sector, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1986.

Movimentação na Função Pública

Professores requerem sindicância

Para hoje e amanhã está marcada a I Conferência Nacional do Ensino Primário na Figueira da Foz. Nas diversas reuniões preparatórias tem prevalecido a recusa de uma legislação atabalhoada, da responsabilidade dos últimos ministérios. Entretanto, a Federação dos Professores (FENPROF) requeria uma sindicância por «negligência». O principal visado é o secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário, do Governo PS/PSD. Em questão encontram-se «mais de seiscentas vagas que não foram postas a concurso», disse a Federação. A sindicância será acompanhada de diligências sindicais junto da Assembleia da República, da Procuradoria Geral da República e da Provedoria de Justiça.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) convocou para o próximo dia 27 a sua Assembleia Geral. Toda a movimentação sindical nesta área, empenhada também nas negociações da **Proposta Reivindicativa Comum** (PRC/86) apresentada há dias ao Governo, tem uma tónica comum: a aprovação de diplomas legais sem a audição prévia, e sobretudo prática, das associações sindicais.

O movimento sindical unitário dos docentes tem protestado repetidamente contra o que considera legislação aprovada à revelia dos interesses mais elementares do professorado.

Estão em causa vários diplomas. Para o SPN, por exemplo, com a promulgação do Decreto-Lei 150-A/85 foram criadas «situações gravíssimas». O novo modelo de formação docente, posto em vigor por aquele diploma, ignora «as propostas apresentadas pelos professores representados pela FENPROF».

O **pacote** da Educação, quase todo inquinado pelos ministérios PSD, tem erros e lacunas perfeitamente evitáveis se a lei tivesse sido cumprida no que respeita à audição prévia das associações sindicais, designadamente aquelas que representam a maioria dos interessados inscritos nos sindicatos do movimento sindical unitário.

Num comunicado do seu secretariado nacional, a FENPROF afirmava em 6 do corrente que o Ministério da Educação «não pode "jogar" impunemente com a vida e os direitos dos professores». Com o mesmo ministro do governo anterior, o ME será confrontado com a recusa sindical da mesma política PS/PSD.

Segundo a Federação, o assunto dos concursos será também motivo para a apresentação de *dossiers* à Presidência da República e à Alta Autoridade Contra a Corrupção.

Função Pública entrega ao Governo PRC/86

Ao mesmo tempo que reclama com urgência uma reunião com o membro do Governo escolhido para a Administração Pública, uma delegação da comissão negociadora sindical (CNS) da Frente Comum formada pelas associações sindicais do sector entregava na residência oficial do Primeiro-Ministro a Proposta Reivindicativa Comum (PRC/86), que propõe um aumento salarial de 25 por cento relativamente ao ano em curso.

Segundo a proposta da CNS, as pensões devem ser aumentadas na mesma proporção dos salários. Os valores das diuturnidades e do subsídio de refeição sobem para 1880 e 280 escudos, conforme a reivindicação sindical dos trabalhadores da Função Pública, que desde 1976 sofreram uma quebra do poder de compra superior a 32 por cento.

A proposta agora em poder do Governo para negociações foi aprovada em 11 de Outubro, num plenário em que participaram trinta associações sindicais.

A comissão negociadora sindical dispõe de forte representatividade. Estão sindicalizados nas associações que representa mais de dois terços dos TFP.

Eleições hoje no Sindicato da Câmara de Lisboa

Hoje, das 8 às 19 horas, em 9 mesas de voto distribuídas por 8 zonas da cidade podem exercer o seu direito de voto os quatro mil inscritos no Sindicato dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. A assembleia reunida para eleger os corpos gerentes votará a alteração aos estatutos pela direcção cessante.

Ao acto, que decidirá também sobre a adesão do STCML à CGTP-IN, concorre uma lista unitário na qual, segundo os dirigentes, em funções, «participam várias sensibilidades políticas sindicais». A direcção atribui «uma grande importância» a estas eleições.

O STCML considerava entretanto «materialmente inconstitucional», e intervinha judicialmente contra a aplicação do Decreto-Lei 308/85, de 30 de Julho findo, que «institui o regime jurídico do trabalho por turnos na Função Pública».

O sindicato, segundo comunicado da direcção com data de segunda-feira, considera ainda esse diploma «formal e organicamente inconstitucional».

O Governo não obteve autorização da Assembleia da República, como legalmente estava obrigada, para lesgislar nessa matéria, não ouviu previamente as organizações representativas dos trabalhadores, como também é de lei, e violou o princípio de «trabalho igual, salário igual», afirma a direcção do STMCL.

• Eleições hoje no Sindicato da CM de Lisboa

PCP

Novo Centro do Partido

Porto: em dois meses ultrapassados 1300 contos

Em pouco mais de dois meses de campanha, foram largamente ultrapassados os 1300 contos. A notícia vem da organização local do **Porto**, que prossegue a recolha de fundos para o pagamento dos encargos com o novo Centro de Trabalho do Partido na cidade Invicta.

Apesar das dificuldades que os trabalhadores sentem no seu dia-a-dia, marcado por graves problemas sociais, como o desemprego, os salários em atraso e o custo de vida, a campanha dos comunistas portuenses, realizada de forma empenhada e dinâmica, tem encontrado ampla receptividade entre as camadas laboriosas do Porto, justificando-se assim a verba já obtida e que neste momento — o próximo controlo assim o mostrará — será bem superior aos 1300 contos que referimos.

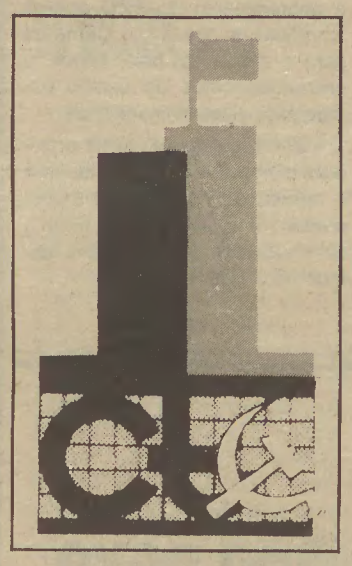
A distribuição dos cartões-compromisso e as abordagens são direcções da campanha nesta fase, que registou recentemente duas acções de especial significado: a reunião da comissão coordenadora central e um jantar-convívio com mais de duas centenas de camaradas e amigos do Partido em que usaram da palavra **Raul Lopes**, do Executivo do CLP e **Helena Medina**, do CC e da DORP.

Novo CT da DORS

A caminho dos 27 mil!

A passos firmes, a campanha que decorre na Organização Regional de Setúbal (ORS) do PCP regista avanços consideráveis, confirmando-se desde já que estão largamente ultrapassados os **26 mil contos**. A campanha tem como objectivo a construção de um novo (e tão necessário!) Centro de Trabalho para a DORS, a erguer na cidade do Sado. Embora relativo a 8 de Novembro, o gráfico que aqui deixamos dá uma ideia dos avanços e dos atrasos desta campanha nas diferentes organizações e sectores.

Sines prossegue na dianteira, com **Palmela** a aproximar-se rapidamente. Brevemente contamos publicar nas páginas do Avante! um trabalho pormonorizado sobre a campanha, na base de um encontro com camaradas que assumem responsabilidades nesta iniciativa de âmbito regional.



Alentejo

Plenário da D. Regional

Quarenta mil desempregados, 110 mil trabalhadores com salários em atraso, diversas empresas ameaçadas, aumento dos casos de repressão patronal – estes alguns dos aspectos da grave situação social que se vive no Alentejo, para a qual chama a atenção da opinião pública o recente plenário da Direcção da Organização Regional do Alentejo (DORA) do PCP. O outro ponto da ordem de trabalhos suscitou um vivo debate sobre as eleições autárquicas de 15 de Dezembro e as tarefas que se colocam aos militantes comunistas e suas organizações.

Pegando neste último aspecto, a DORA constata que está em marcha um intenso trabalho de massas para a batalha eleitoral que se aproxima, salientando a realização de inúmeros plenários e outras iniciativas de activistas da APU em toda a região. Ainda recentemente, o «Avante!» noticiou a realização dos plenários distritais de **de Évora** e **Portalegre.** Também a nível concelhio se avança para a promoção de encontros, confirmando-se a existência de dezenas de comissões eleitorais de apoio às candidaturas da APU.

A Direcção Regional do PCP chama a atenção para a importância do esclarecimento dos cidadãos através de diversas acções: da sessão ao «porta-a-porta», passando por todas as outras formas de contacto directo.

A situação na Reforma Agrária foi outro tema em foco no plenário da DORA do PCP.

Planeamento do Treino e preparação do treinador
JOSÉ CURADO

Planear é uma necessidade premente do desporto português

Preparar atletas e treinadores é o tema central deste livro do Professor José Curado, que durante cinco anos estudou no Instituto de Cultura Física de Bucareste com alguns dos melhores mestres de Educação Física e treino.

na estrada do futuro editorial CAMINHO

Encontro Alvalade

- Sábado: homenagem a Aquilino
- Domingo: encontro com o policial negro americano

Uma sessão de homenagem a Aquilino Ribeiro na noite do próximo sábado é ponto alto na programação do **Encontro Alvalade** para os próximos dias.

O início da sessão está marcado para as 21 horas estando previstas intervenções de Anibal Aquilino Ribeiro, Aquilino Ribeiro Machado, Baptista Bastos, David Mourão Ferreira e José Manuel Mendes. O guião da iniciativa inclui ainda «testemunhos» de Alexandre Cabral, Armindo Rodrigues, Manuel da Fonseca e Piteira Santos. A leitura de textos estará a cargo de Fernando Lapa, Mário Jacques e Carlos Vieira de Almeida. A sessão terá um diaporama da responsabilidade de José Pessoa.

NA GALERIA EXPOSIÇÃO DE PINTURA DE HILÁRIO TEIXEIRA LOPES

Temas como a **actualidade de Aquilino Ribeiro,** uma panorâmica da sua vasta obra, a **vida familiar** do escritor e a **face política de Aquilino**, a leitura de textos extraídos de livros de Aquilino e a projecção de diapositivos são motivos mais do que suficientes para captar o interesse de um vasto público para o Encontro Alvalade, onde ainda no sábado será inaugurada uma exposição documental sobre Aquilino.

Domingo será dia de emoção no Alvalade: é o encontro com o Policial Negro Americano, que começará às 11 horas, entrando pela noite.

Cinema em sessões contínuas (com duas «fitas» que representarão condignamente este «encontro»), vídeo, exposição-venda de livros policiais, programação especial no Café-Encontro (o ambiente e a música dos anos 30 com Fernando e Manolo Potier) e ainda *jazz* ao vivo às 21 horas com o Quinteto de David Larsen são desde já pontos confirmados para o encontro com o policial americano, num ambiente certamente recheado de gabardinas, chapéus e óculos escuros. O acesso a esta iniciativa especial do Alvalde custa apenas 300 escudos.

Cinema

Falando agora do ciclo de cinema que está a decorrer no Alvalade, temos para hoje, dia 21, **«Roma, Cidade Aberta»**, de Rosselini e para amanhã (sexta-feira) **«Nu entre os lobos»**, de Frank Beyer. Na segunda-feira não perca **«A noite de S. Lourenço»**, dos irmãos Taviani. **«Fuga para a vitória»**, de John Huston será exibido na terça-feira e **«O Julgamento de Nuremberga»**, de Stanley Kramer no dia seguinte. Recorde-se que as sessões do ciclo de cinema começam às 17 e depois às 21 e 30 horas.

Café-Encontro

Noutro «núcleo» do Alvalade, o Café-Encontro, a programação de Novembro está assim prevista: aos domingos e terças-feiras, F. Potier e Manolo Potier; às 2.as, F. Potier e Luísa Ortigoso; às 4.as e sábados, Pedro Branco e a música jovem; às 5.as, Rui Rocha e Isabel com a música da noite; às 6.as, discoteca.

Embora de forma um tanto violenta, termina-se este apontamento sobre a programação do Alvalade com a referência a uma «monumental desforra» entre o «charmoso do Bairro Alto» (Carlos do Carmo) e o «Necas de Alvalade» (Paulo de Carvalho), em «24 ferozes assaltos», com início marcado para as 21 e 30. Alcino Frazão, António Chainho, António Macedo, António Mileu, Carlos Araújo, Carlos Vidazinha, José Manuel Osório, José Maria Nóbrega, José Ribeiro, Manuel Mendonça, Mário Alberto, Mário Pacheco e Vieira de Alemida serão os «juízes» desta monumental, desforra.

Dia 29 de Novembro • 21,30 horas
CINEMA ALVALADE

MONUMENTAL DESFORRA

CARLOS DO CARMO
O CHARMOSO DO BAIRRO ALTO

contra

PAULO DE CARVALHO
O NECAS DE ALVALADE

24 ferozes assaltos

JUIZES: ALCINO FRAZAO, ANTÓNIO CHAINHO, ANTÓNIO MACEDO, ANTÓNIO MILEU, CARLOS ARAUJO, CARLOS VIDAZINHA, JOSÉ MANUEL OSÓRIO, JOSE MARIA NÓBREGA, JOSÉ RIBEIRO, MANUEL MENDONÇA, MÁRIO ALBERTO, MÁRIO PACHECO, VIEIRA DE ALMEIDA

encontro ALVALADE

PCP

Sessão-comício na Póvoa de S.to Adrião

Os princípios e os objectivos que norteiam o Governo PSD...

• Intervenção de Octávio Pato

«As primeiras medidas do Governo PSD de espoliação e destruição de cooperativas da Reforma Agrária são bem elucidativas dos princípios e objectivos que o norteiam e não podem ser escamoteados por medidas de carácter social de há muito exigidas e que de há muito se impunham» — afirmou Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, intervindo numa sessão-comício realizada na Póvoa de Santo Adrião, Loures, na passada terça-feira.

Acrescentaria Octávio Pato:

«A verdade é que os tão apregoados aumentos dos reformados mais não são que o resultado da luta firme e decidida por eles travada e, para além de tardios, não correspondem em absoluto às necessidades; ainda que se fale em aumentos na ordem dos 22 a 24%.

«É que as pensões de reforma são de tal maneira baixas que essas "tão altas" percentagens não passam, afinal, de umas centenas de escudos. Uma autêntica "boda aos pobres".»

A mesma política

«Naturalmente que outras medidas idênticas surgirão por parte do Governo PSD. Elas serão o manto diáfano com que o Governo pretende cobrir os objectivos centrais da sua política, ou seja, da mesma política que desde há seis anos o PSD vem praticando nos diferentes governos em que tem participado. Só que, se os governos de direita que o precederam não conseguiram concretizar os seus objectivos de destruição das conquistas de Abril e do regime democrático, este, minoritário como é, menos o conseguirá. Ele manter-se-á enquanto o PS e o PRD o ajudarem a segurar-se. Situação que obviamente não se poderá prolongar por muito tempo.

«Como o nosso Partido tem vindo a defender, a solução para os problemas do País, solução que de dia para dia ganha terreno e que acabará por se impor, passa pela formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional.»

Autárquicas

«Se nas eleições autárquicas se mantiver a tendência verificada nas eleições de 6 de Outubro, e se a APU se reforçar; se, por outro lado, para a Assembleia da República for eleito o candidato da democracia, novas e melhores condições ficam criadas para a concretização do Governo Democrático de Salvação Nacional.

«A primeira grande batalha que se avizinha é, pois, as eleições autárquicas.

«E se o aparecimento do PRD a nível nacional, nas legislativas, e inclusivé a votação que obteve, é considerado pelo nosso Partido como um factor positivo, o mesmo não se pode dizer a nível local, particularmente nos concelhos de maioria APU, onde o aparecimento do PRD poderá significar a perda de Câmaras para a direita ou, pelo menos, o enfraquecimento do campo democrático nesses municípios.

«O reforço da APU nas próximas eleições é fundamental para o reforço do Poder Local democrático, é indispensável para a concretização da alternativa democrática que se impõe.»

Juventude

MANIFESTO DA JCP

APU: um projecto jovem para um tempo novo

Na sua reunião efectuada no passado sábado, a Direcção Nacional da JCP aprovou o manifesto «APU: um projecto jovem para um tempo novo» dedicado à campanha da juventude para as próximas eleições autárquicas:

A 15 de Dezembro seremos chamados a eleger os responsáveis pelo Poder Local democrático para os próximos 4 anos. A APU apresenta-se aos eleitores com provas dadas. Os eleitos da APU têm demonstrado ser portadores de uma magnífica experiência resultante de um trabalho competente baseado na dedicação aos interesses das populações com honestidade e através do diálogo com os sectores interessados têm respondido a muitas carências dos jovens.

Os jovens que vivem em Autarquias de Gestão APU podem dizer-nos como é. Casas de Juventude, instalações desportivas, defesa do património, ocupação dos tempos livres, preservação do meio ambiente, apoio ao associativismo juvenil, incentivo à criação artística e cultural e até (porque isto é matéria para o Governo) acções para minorar as gravíssimas carências no domínio do emprego, da habitação e das construções escolares.

Não serão as alianças sem vergonha entre o PS, o PSD e o CDS que irão retirar das Autarquias a força sempre crescente da APU que conta e contará nestas eleições ainda mais com o apoio de muitos jovens que, embora pertencendo a outras áreas políticas, reconhecem nos eleitos da APU aqueles que melhor trabalho têm feito.

Na APU os jovens têm lugar. São muitos os eleitos, são milhares os candidatos e é activo, dinâmico e vigoroso o apoio juvenil à APU.

Na APU os jovens candidatos manterão na campanha um diálogo aberto e directo com todos os que quiserem fazer ouvir a sua voz. As Comissões Juvenis de Apoio à APU, os Espaços Jovens da APU são um lugar para a tua participação e para receber as tuas boas ideias.

Dar mais força à APU aumentando a sua votação e o número dos seus eleitos é contribuir para elevar a qualidade de vida das populações e reforçar o Poder Local democrático.

É participar num projecto jovem para um tempo novo.

edições Avante!

OBRAS COMPLETAS DE SOEIRO PEREIRA GOMES

"A vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes reflectem as grandes linhas da realidade político-social em que se caldearam dias melhores para o povo Português"

Conferência de Imprensa da JCP

As conclusões da recente Assembleia de Debate, que discutiu questões ligadas ao ensino secundário, e da reunião da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa foram ontem abordadas numa conferência de Imprensa realizada na sede nacional da JCP, em Lisboa. Na próxima edição do «Avante!» daremos o devido relevo às conclusões ontem reveladas aos órgãos de Comunicaçãuo Social.

Nacional

7 reivindicações do MDM

Fim à carestia, fim às discriminações das mulheres, pela igualdade de oportunidades de acesso ao emprego, por melhores condições de ensino, pela dignificação da imagem da mulher na comunicação social, por melhores condições de assistência médica, por uma maternidade-paternidade livre e consciente — são estes em resumo os sete pontos reivindicativos que «o MDM irá enviar aos novos órgãos de poder — Assembleia da República e Governo —, e para os quais apontará medidas concretas que visam minorar as situações mais graves que no momento actual atingem as mulheres». A revelação é feita pela Direcção Distrital de Lisboa do Movimento Democrático de Mulheres, em nota divulgada há dias aos órgãos de Comunicação Social.

Salientando que a organização «desenvolverá um conjunto de acções para mobilizar as mulheres em torno destas reivindicações», o documento entregue aos jornalistas recorda que o MDM tem sido **porta-voz dos problemas das mulheres, pela igualdade e emancipação**, acrescentando:

«Apesar das dificuldades impostas pela realidade política e social, o MDM tem tido uma acção determinante junto dos órgãos do poder central colocando as reivindicações das mulheres, desenvolvendo acções com características diversificadas, às quais aderem um cada vez maior número de mulheres».

A mulher no momento actual

Num ponto intitulado **«a mulher no momento actual»** a nota do MDM de Lisboa enquadra a situação da mulher na fase actual da vida política portuguesa, salientando a dado passo:

Apesar de todas as tentativas de afastar as mulheres do mundo do trabalho e da sua participação activa na vida política, social e cultural, as mulheres mantêm viva a sua presença na sociedade e nos momentos decisivos. Os resultados das eleições legislativas, realizadas a 6 de Outubro, a profunda modificação no quadro parlamentar, reflectem que também as mulheres recusaram a política dos últimos anos, votando no sentido democrático. No entanto os problemas agravam-se dia a dia.»

E o documento concretiza:

«As condições de vida continuam a degradar-se. A mulher continua a ser fortemente atingida pelo desemprego, pelos despedimentos, pelos contratos a prazo, pelos salários em atraso, pelo fecho de empresas.

«Aumentam sobre as mulheres as discriminações atingindo formas gritantes e até subtis.

«A imagem da mulher como consumidora preferencial, como «objecto sexual», com um papel tradicional no seio da família continua a ser veiculada em grande parte da comunicação social escrita e oral.

«São hoje maiores os obstáculos criados a uma maior participação das mulheres na vida económica, social, política e cultural não sendo dadas igualdade de oportunidades.»

Noutra passagem, o MDM lembra que «as mulheres irão ser chamadas a participar em mais dois actos eleitorais em que estamos certas de que contribuirão para a defesa da democracia e para a resolução dos seus problemas. No entanto se os próximos actos eleitorais são importantes e irão reflectir-se no futuro imediato das mulheres, não devemos esquecer a importância de estarmos vigilantes desde já junto dos órgãos de poder agora eleitos analisando o cumprimento das suas promessas eleitorais e exigindo o seu compromisso imediato face a problemas que urgem ser resolvidos.»

O Ano Internacional da Paz, a comemorar já em 1986, é tema salientado no documento do MDM de Lisboa.

Campanha de fundos

A realização de vendas de Natal em **Sacavém, Cacém, Oeiras** e **Amadora** — isto em termos de Grande Lisboa — insere-se na campanha de fundos que o MDM lançou a nível nacional para fazer frente às dificuldades financeiras que a organização vive actualmente, uma vez que os seus únicos recursos são a quotização das suas aderentes, as vendas e os donativos.

Internacional

«O nosso povo defende a liberdade de armas na mão»

— diz Mawete Batista embaixador de Angola em entrevista ao «Avante!»

«A longa luta pela independência ensinou o povo angolano a defender a sua liberdade de armas na mão, a construir uma pátria onde a exploração do homem pelo homem, fonte de dominação e de repressão, jamais pudesse ter lugar e a afastar definitivamente o estigma da neocolonização» — declarou ao «Avante!» o camarada Mawete João Baptista, embaixador da República Popular de Angola em Portugal, em entrevista que nos concedeu a propósito do 10.º aniversário da independência do seu país, e no decorrer da qual, para além da situação em Angola, foram também abordados outros temas, nomeadamente as relações com Portugal.

P. — Desde a independência, a RPA teve de enfrentar os problemas inerentes à descolonização, os efeitos de secas e uma situação de guerra imposta pela África do Sul, quer directamente, quer através dos fantoches da Unita. Como é que toda esta situação se reflecte hoje na situação económica nacional?

R — No mito da filosofia imperialista, Angola como país progressista democrático e popular, construindo o socialismo na base de princípios científicos anticolonialistas, anticapitalistas e anti-imperialistas, não pode reconstruir o seu país em paz para a criação das condições políticas e sociais, garante da felicidade de cada angolano.

A longa luta pela independência ensinou o povo angolano a defender a sua liberdade de armas na mão, a construir uma pátria onde a exploração do homem pelo homem, fonte de dominação e de repressão, jamais pudesse ter lugar e a afastar definitivamente o estigma da neocolonização.

Ao escolher a via justa da libertação total e da construção do socialismo, o povo angolano iria concentrar sobre si o ódio do imperialismo que procuraria impedir por todos os meios que o seu exemplo frutificasse em África levando os povos africanos a tornarem-se senhores dos seus próprios destinos. A experiência dos 10 anos de independência confirma essas previsões, pois os inimigos do povo angolano, tendo como ponta de lança o regime racista da África do Sul, têm continuado a mover uma sistemática guerra não declarada e prolongada contra o nosso país.

Essa situação obriga o povo angolano a concentrar mais de 50% dos seus recursos humanos e financeiros em função da resistência e defesa das conquistas conseguidas com o sangue dos operários, camponeses e dos seus melhores filhos inspirados nos ideais da paz, justiça, progresso social e igualdade.

A criminosa guerra de destruição das infra-estruturas económicas e sociais e de assassínio das populações visa impedir o desenvolvimento normal, criando uma situação de tensão que igualmente retarda a solução dos principais problemas da África Austral: a independência da Namíbia e a abolição do hediondo sistema do *apartheid*.

P — O esforço para sair de um estado de subdesenvolvimento exige decerto importantes medidas de fundo. Quais os campos prioritários em que tem incidido a acção governamental e com que resultados?

R — A independência de Angola comprova a irreversibilidade do processo histórico iniciado com a época do pós-guerra e é o coroar de êxitos de uma longa resistência secular contra a dominação estrangeira.

A experiência ao serviço da Revolução

O MPLA-Partido do Trabalho acumulou uma rica experiência na luta contra o colonialismo, aglutinando as mais amplas camadas e estratos do nosso povo, inspirando-se no legado valioso do presidente Agostinho Neto, retirando do seu exemplo de líder genial, artesão da unidade nacional, a luz para vencer as trevas e a coragem para continuar a marcha no caminho do socialismo em busca da felicidade para o povo.

O MPLA-Partido do Trabalho e o povo angolano continuam a considerar que a unidade nacional é fundamental para a salvaguarda da independência nacional, para a preservação das conquistas revolucionárias pelo que a sua consolidação exige um combate cerrado contra todas as manifestações contrárias aos seus superiores interesses e aos objectivos da Revolução.

Apesar da grave situaçã económica e financeira do país, em consequência de factores históricos e conjunturais, resultado do egoísmo e políticas proteccionistas dos imperialistas, são incontestáveis os êxitos realizados pelo nosso povo no plano administrativo, legislativo, na defesa nacional, no combate das sequelas do colonialismo: – Analfabetismo, a miséria, a fome, a nudez, a falta de assistência médica, etc., na reorganização da economia e na gestão, na banca, transportes e comunicações, na construção, na agricultura, indústria ligeira e pesada. No trabalho da consciencialização das massas populares, dos pioneiros, jovens, mulheres, trabalhadores para a nova mentalidade adoptada nas condições políticas e sociais do desenvolvimento anti-imperialista.

P — Como se processa em Angola, país de opção socialista, o relacionamento político e económico com os países capitalistas tido como necessário ao desenvolvimento tecnológico e ao aproveitamento dos recursos naturais angolanos?

R — A República Popular de Angola faz seu e adere inequivocamente ao princípio que rege as relações de amizade e cooperação entre países e povos. O exemplo de valor incomensurável demonstrado pelo povo angolano como contributo histórico à Humanidade levou Angola ao lugar que por mérito e por direito lhe cabe ocupar no conceito das nações livres e independentes e que lutam por relações mais justas a nível internacional.

Como país não-alinhado, a República Popular de Angola entendeu diversificar as suas relações com todos os países do mundo na base do respeito mútuo e de uma cooperação recíproca em vantagens.

A natureza do desenvolvimento das relações económicas com os diversos países capitalistas, ofereceu à República Popular de Angola vantagens que lhe permitem recuperar uma parte importante da sua economia, não tem quaisquer influências nas privilegiadas relações de amizade e cooperação profunda e militante com os países socialistas, nossos aliados naturais.

A ingerência do imperialismo norte-americano

P — Quais as perspectivas de resolução da situação de guerra imposta pela África do Sul em que a ingerência do imperialismo norte-americano se faz sentir de modo tão acentuado?

R — A racista África do Sul, com o apoio das potências ocidentais, criou um significativo potencial bélico através do qual pretende manter sob controlo a situação na África Austral a pretexto da defesa do chamado mundo livre, que não é senão a defesa dos interesses do imperialismo e a tentativa de perpetuação do seu regime.

Os recentes desenvolvimentos da situação político-militar no Leste e Sudeste do nosso país, nomeadamente em Cazombo e Mavinga, caracterizados pela intervenção directa da África do Sul no teatro das operações em apoio aos bandos fantoches provam a evidência de que o imperialismo, através do regime racista de Pretória, continua apostado na destruição da Revolução angolana como forma de preservar os seus interesses na região.

Encorajado pela administração Reagan, o governo racista sul-africano desenvolve hoje uma política de confrontação aberta e de agressão permanente aos países independentes da região e a todas as forças que se opõem aos seus desígnios hegemónicos, constituindo a República Popular de Angola, o seu alvo preferencial.

Em conluio com a política de terrorismo de Estado, praticada pelos Estados Unidos da América, existem irrefutáveis provas que demonstram que os racistas sul-africanos nunca tiveram e não têm quaisquer intenções de respeitar qualquer acordo ou resolução de países e comunidade internacional para pôr fim à ocupação ilegal da Namíbia, na base da Resolução 435/78 da Organização das Nações Unidas, e o fim da política do *apartheid* e injustiça social no interior da África do Sul, sendo os governos dos senhores Reagan e Botha os principais responsáveis da permanente problemática da África Austral.

Como declarou o Bureau Político do MPLA-Partido do Trabalho, «a revogação da Emenda Clark neutralizou os eventuais sucessos de que a administração Reagan poderia reclamar com a sua política de «engajamento construtivo», a respeito da África do Sul. A irresponsável tentativa da administração Reagan de desvirtuar a natureza dos factores que ameaçam a paz, fazendo-os incidir na desenfreada corrida aos armamentos, não nas agressões directas ou camufladas a Estados independentes e soberanos, não na exploração do homem pelo homem, mas sim na existência de determinados «conflitos regionais» por ela mesmo frequentemente desencadeados ou apoiados, pretende apenas mascarar a realidade e sabotar qualquer solução viável para o desanuviamento e a paz no mundo.

«A República Popular de Angola ***percorreu nestes dez anos de existência um caminho verdadeiramente árduo e difícil, sem paralelo na história do continente»***

Consolidar a opção socialista

P — O reforço do papel dirigente e organizativo do MPLA-PT no desenvolvimento nacional tem sido repetidamente salientado. Qual a importância, neste âmbito, do próximo Congresso do Partido?

R — A República Popular de Angola percorreu nestes dez anos de existência um caminho verdadeiramente árduo e difícil, sem paralelo na História do continente. Os inegáveis sucessos que alcançámos, graças a uma aplicação correcta dos meios e capacidades disponíveis, animam-nos a caminhar com os mesmos passos seguros na materialização dos nossos planos superiormente definidos pelo MPLA-Partido do Trabalho, nos seus anteriores congressos.

O próximo II Congresso do Partido, a realizar-se no ano do 10.º aniversário da independência nacional, vai permitir que se aprofunde de forma mais dinâmica a via socialista do nosso desenvolvimento. Com elevado espírito militante e patriótico, os problemas relacionados com a vida política, económica, social, cultural e militar do país serão ampla e profundamente analisados pelo II Congresso Ordinário do Partido o qual traçará as orientações que se mostrarem necessárias a esta fase da luta do nosso povo.

O acto central que durante largos meses animou a atenção das massas populares com a sua participação na elaboração, discussão e enriquecimento das teses a serem aprovadas para a vida da nação inteira, demonstra claramente que operários, camponeses, os combatentes, os estudantes, as mulheres, os jovens e os pioneiros, todos sem excepção, cerrando fileiras à volta do seu Partido, jamais se deixarão subjugar política, económica e militarmente e prosseguirá com êxitos e vitórias o difícil caminho que nos conduzirá inexoravelmente ao socialismo.

A defesa da revolução ***é uma tarefa de todo o povo***

Internacional

ANGOLA

• Entrevista com Mawete Batista

Relações com Portugal passam pelo respeito mútuo

P — As relações de Portugal e Angola, a nível de Estado, não têm sido as melhores. Como pensa que se poderá chegar a uma normalização dessas relações em benefício dos interesses mútuos?

R — As relações bilaterais entre Angola e Portugal têm como ponto principal de referência «a vontade de ambos os povos» (segundo o nosso ponto de vista). durante o dramático período do colonialismo e do fascismo, os dois povos foram oprimidos, discriminados, explorados, violentados e ensaguentados, contrariamente às suas aspirações de independência, paz e progresso.

As dificuldades vividas no processo histórico de descolonização foram ainda agravadas pela falta de realismo político por parte de diversos governos que ao longo dos anos, após a Revolução de Abril, submeteram os superiores interesses de Portugal ao segundo plano, facilitando aos outros a tarefa de distanciar os dois países e povos, dispostos a um entendimento franco, honesto e ao convívio recíproco no respeito mútuo, independência e autodeterminação. Sem ingerência nos assuntos internos de Portugal e seu sistema político, o povo angolano exprime clara e publicamente que a nossa aproximação com Portugal deve necessariamente passar pela não-ingerência nos assuntos internos da República Popular de Angola, na sua acção governativa.

Não podemos tolerar que em Portugal, país com tanta responsabilidade histórica, se desenvolvam planos, actividades e forças hostis em conluio com a racista África do Sul e os Estados Unidos da América para eternizar a dor e o sofrimento de um povo que se quer unido, antitribalista, anti-regionalista e anti-racista. Um povo que nunca viveu um dia de paz para construir a sua felicidade num país de honrosas tradições e de potencialidades inestimáveis.

A normalização das relações luso-angolanas deverá fugir ao quadro multilateral ou à influência de alguns países que até agora não reconheceram a independência nacional, devido à política de ingerência flagrante nos assuntos internos do Estado e da soberania angolanos.

Será de plena responsabilidade do povo e trabalhadores portugueses e em defesa dos seus interesses legítimos, pedir e exigir justiça aos seus representantes no exercício da administração do Estado português.

Para a actual gestão, pensamos ser oportuno ter em conta as múltiplas dificuldades vividas com a anterior administração e que levou as relações políticas e comerciais ao nível mais assombroso e com as consequências que todos lamentamos hoje.

Da prática administrativa e da visão realista dos problemas na escolha do essencial e a rejeição do desnecessário, poderão as massas populares ganhar ou perder a oportunidade histórica que garantirá, se assim o entendermos todos, a marcha solidária e a complementaridade de vantagens.

Monumento a Lenine inaugurado em Moscovo

Este 68.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro foi marcado pela inauguração de um monumento a Lenine e aos operários e camponeses, homens e mulheres que em 1917 revolucionaram a Humanidade criando, no país mais atrasado da Europa, o primeiro Estado dos trabalhadores, o primeiro Estado livre da exploração.

Passaram só 68 anos e hoje é impossível imaginar qualquer acontecimento de interesse mundial sem a participação da União Soviética e da comunidade socialista, ou tão pouco pensar na resolução de qualquer questão de política internacional sem essa intervenção.

A realidade socialista impôs-se pelas suas realizações, justeza e humanismo.

Daí a actualidade destas comemorações.

Daí a actualidade e importância de um monumento que para além da beleza nos impressiona pela forças das ideias que nos transmite. Nele se sente a força e a determinação que animaram um povo conduzindo-o à vitória e ao triunfo do marxismo-leninismo. A mesma força e determinação que animam hoje os trabalhadores que lutam nos seus países contra a exploração, por um devir de prosperidade e paz.

E isso, conseguem-no genialmente os escultores L.E. Kerbel e V.A. Fedorov e os arquitectos R.V. Makarevitch e A.B. Sansonov, artistas galardoados da URSS.

E se isso não bastasse, teve a confirmá-lo, numa cerimónia simples mas significativa com a participação de Mikhail Gorbatchov e altas individualidades do Partido e do Estado, as palavras vigorosas de um velho Bolchevique e de uma jovem do Komsomol.

Falava a experiência e a fogocidade numa linguagem comum, na convicção dos mesmos ideais.

As comemorações marcadas pela próxima realização do XXVII Congresso, prosseguiram no dia 6 com a tradicional sessão solene no Palácio dos Congressos. O discurso feito por Viktor Tchebricov, membro do Bureau Político do CC do PCUS, centrou-se nas enormes tarefas que se colocam a todos resultantes da nova estratégia do Partido para a aceleração do progresso socio-económico e à exigência dos projectos da nova redacção do programa.

No dia 7 foi a realização do desfile militar e popular na Praça Vermelha e à noite um grandioso fogo de artifício.

A festa popular

As comemorações oficiais acabaram aqui, mas a festa, essa, continuava em cada casa, na rua, onde estivesse um cidadão. Porque esta é a festa de todo um povo.

Foi desta festa que nos ficou o sabor das melhores emoções, quando nos misturámos no desfile de gente durante o fim do dia e noite nas principais ruas da cidade e na Praça Vermelha.

Depois de um almoço partilhado com familiares e amigos parece-nos que toda a gente vem para a rua comunicar a sua satisfação, agora com um grupo bem mais vasto.

São muitos milhares e milhares (ou milhões?) de pessoas que se cruzam, que caminham juntos sem outro objectivo que não seja a festa.

Encontram-se amigos, conversa-se, canta-se, vêem-se flores, sempre as flores, e balões nas mãos das crianças.

Apesar do frio trocam-se olhares quentes de fraternidade.

No mesmo abraço, no mesmo olhar, jovens, adultos, velhos e crianças partilham a mesma tranquilidade, a mesma segurança, a certeza que o futuro lhes pertence.

E apetece-nos ficar ali, até ao fim, até que desapareça o último cidadão.

■ ***M. Batalha***

Saudação ao PC japonês

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do PC Japonês uma saudação em que, nomeadamente, se afirma:

Queridos Camaradas,

Por ocasião do 17.º Congresso do Partido Comunista Japonês, enviamo-vos as nossas fraternais saudações, e por vosso intermédio a todos os comunistas japoneses. Aproveitamos esta oportunidade para vos expressar a nossa solidariedade à luta do PCJ em defesa dos interesses vitais da classe operária e das massas trabalhadoras contra a política de exploração dos monopólios, em defesa das liberdades democráticas, contra a política do governo reaccionário do PLD, pela independência nacional e a paz, assim como o grande interesse com que em Portugal seguimos a luta dos comunistas e do povo japonês contra a aliança militar nipo-norte-americana e toda uma política que está a transformar o Japão numa autêntica base de estratégia agressiva do imperialismo norte-americano no Extre-Oriente.

O vosso 17.º Congresso tem lugar numa situação internacional particularmente complexa em que, por um lado, a luta pelo progresso social e o socialismo regista novos avanços e sucessos, mas por outro lado crescem os perigos para a paz e a segurança da humanidade, em resultado da resistência tenaz oposta pelo imperialismo, e em primeiro lugar o norte-americano, à luta dos trabalhadores e dos povos pela sua emancipação nacional e social.

Numa tal situação o PCP considera da maior importância valorizar as transformações revolucionárias ocorridas nas últimas décadas e intensificar a solidariedade para com todos os povos que lutam pela sua libertação; apontar claramente às massas o imperialismo como principal responsável pelo agravamento da tensão internacional; sublinhar que a URSS e os países socialistas — pelas suas realizações, pelas suas propostas e iniciativas de paz, pela sua política de solidariedade internacionalista — desempenham um papel fundamental na defesa da paz e na luta pelo progresso social; agir permanentemente para o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional, factor decisivo da unidade de acção de todas as forças revolucionárias, anti-imperialistas e amantes da paz.

A luta pela defesa da paz, para parar a corrida aos armamentos na terra e impedir a militarização do cosmos, pelo desarmamento, e em primeiro lugar o nuclear, tornou-se tarefa urgente comum aos trabalhadores e aos povos de todo o mundo. Tarefa que não só não se contrapõe como implica o desenvolvimento da luta de classe à escala de cada país pela transformação revolucionária da sociedade e por uma política externa de independência, paz e cooperação.

(...)

Fazendo votos pelo êxito dos trabalhos do vosso 17.º Congresso, aproveitamos esta oportunidade para reiterar a nossa vontade para fortalecer as relações existentes entre os nossos dois partidos, no interesse dos nossos dois povos e países e da causa da paz, do progresso social e do socialismo.

Conferência pela paz e reunificação da Coreia

• *PCP esteve representado*

Representantes de sete países da Europa capitalista, uma delegação da República Popular Democrática da Coreia e outra da Frente Democrática Nacional da Coreia do Sul, participaram em Genebra na Conferência internacional pela paz e a reunificação da Coreia.

A Conferência aprovou quatro documentos:

- Um documento que inclui as diversas medidas a adoptar para a sensibilização da opinião pública, e que inclui a decisão de dirigir uma carta a todos os chefes de Estado e ainda uma resolução no sentido de que a comunidade internacional considere a realização conjunta, pela República Popular e Democrática da Coreia e pela Coreia do Sul dos próximos Jogos Olímpicos;
- Um Apelo dirigido aos parlamentos, partidos políticos, organizações sindicais e ao presidente do Comité Olímpico;
- Uma carta a dirigir ao secretário-geral da ONU;
- A carta aos chefes de Estado e de Governo de todos os países.

Como os próprios documentos aprovados testemunham, uma das questões mais referidas na conferência foi a realização dos Jogos Olímpicos, prevista para a Coreia do Sul, e as consequências daí decorrentes.

Na conferência esteve presente uma delegação portuguesa, incluindo um representante do PCP, o camarada Joaquim Miranda, deputado, que fez uma intervenção destacando a solidariedade dos comunistas portugueses, face à dura realidade vivida pelo povo coreano.

«É com profunda indignação que se assiste a crescente militarização e a crescente introdução de armas nucleares no sul da península, particularmente por parte da administração norte-americana», afirmou o camarada Joaquim Miranda. «Mas é igualmente com a maior preocupação que se constacta a crescente assistência política, económica e financeira concedida por certos Estados ao regime de Seul; situação que, revertindo em benefício desse regime ditatorial e contra os trabalhadores, os democratas e os patriotas do sul da Coreia, resulta ainda numa dificuldade acrescida para se alcançar a reunificação e visa, mesmo, perpetuar a divisão entre o norte e o sul.»

Internacional

África do Sul

Panaceias do imperialismo não salvarão o *apartheid*

O processo de desagregação acelerada em que entrou o odioso regime de *apartheid* está a provocar na África do Sul a agudização crescente das contradições internas do sistema, ao mesmo tempo que no plano internacional se acentua o isolamento dos países capitalistas que continuam a apostar na sobrevivência do governo de Pretória.
Diversos factos importantes ocorreram desde que as autoridades racistas, numa tentativa desesperada de ocultar a bestialidade da repressão com que procura calar a luta de libertação nacional, proibiu o acesso dos jornalistas às zonas onde vigora o estado de emergência. As informações dos confrontos entre a população e as forças repressivas passaram a ser apenas divulgadas pelas autoridades em lacónicos comunicados; as imagens da violência deixaram de chegar da África do Sul, mas o processo afirma-se cada vez mais como irreversível.

Assim, e à revelia do governo de Pieter Botha, planos e propostas contra o *apartheid* têm vindo a ser apresentados por sectores que até há bem pouco tempo estavam do seu lado. É o caso do plano do multimilionário sul-africano Harry Oppenheimer, apresentado na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, em Joanesburgo, no passado dia 8.

Como medidas imediatas, o plano prevê a concessão a todas as raças do acesso aos grandes centros de negócios das principais cidades do país, o levantamento das limitações do direito de propriedade para os negros, o fim das deportações forçadas e das prisões arbitrárias de negros.

As propostas de Oppenheimer a implementar no próximo ano incluem o reconhecimento da cidadania a todos os negros, o fim do sistema de «passes», um sistema de educação único para todos os grupos raciais, o início de conversações sérias sobre a partilha do poder com todos os movimentos anti-*apartheid*, incluindo o Congresso Nacional Africano (ANC).

É impossível subestimar a importância de uma proposta como esta, particularmente vinda de quem vem. E se é verdade que a única resposta das autoridades racistas parece ter sido o aumento da repressão e o subir do tom das ameaças, em que se inclui o anúncio da decisão de expulsar do país mineiros estrangeiros, cuja maioria é negra, não é menos verdade que poucos se deixam já intimidar pelas medidas governamentais.

A luta reivindicativa desencadeada pelo pessoal não médico do hospital de Baragwanath, o único que presta assistência aos dois milhões de habitantes do bairro negro do Soweto e outras localidades dos arredores de Joanesburgo, é um exemplo significativo. A greve por aumentos salariais desencadeada a semana passada levou à prisão de 500 funcionários do hospital e a sua substituição por militares, o que é por demais revelador do desespero governamental.

O veto contra o tempo

Outro dado importante a assinalar o isolamento do governo de minoria branca é a posição assumida pela Associação das Companhias mineiras. Desafiando as ameaças de expulsão que pesam sobre o milhão e meio de trabalhadores estrangeiros que empregam, as companhias apresentaram uma proposta para terminar com a discriminação racial na indústria mineira, garantindo ao mesmo tempo que os brancos não perderão os seus postos de trabalho.

Segundo o presidente daquela Associação, Clive Knobbs, os industriais pretendem «afastar o receio de que os brancos serão deixados de mãos a abanar», mas pondo fim às segregações raciais. Nesse sentido está já a ser negociado com os sindicatos brancos o levantamento da proibição de certas actividades aos negros.

Também a dirigente negra Winnie Mandela, mulher de Nelson Mandela, desafia as autoridades de Pretória recusando-se a regressar a Brandfort, onde tem residência fixa há vários anos, dispondo-se a permanecer com a família em Joanesburgo.

Winnie Mandela, tida como um exemplo de resistência na luta das mulheres e do povo sul-africano contra o *apartheid*, voltou igualmente a estar em destaque ao criticar a política da administração Reagan de «envolvimento construtivo» face à África do Sul, que considerou um miserável falhanço, no discurso lido durante a outorga a Mandela do prémio norte-americano pela defesa dos Direitos do Homem.

A liquidação *do apartheid pode não estar já ao virar da esquina mas o povo sul-africano sabe que está cada vez mais próxima*

As críticas à administração Reagan voltaram de resto a subir de tom, a nível internacional, após o vergonhoso veto, na passada sexta-feira, a uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que solicitava a imposição de sanções económicas contra a África do Sul por impedir a independência da Namíbia.

O projecto de resolução, apresentado pelo Peru e mais cinco países do Movimento dos Não-Alinhados, condenava a ocupação ilegal da Namíbia salientando que a recusa de Pretória em acatar as resoluções do Conselho e da Assembleia Geral da ONU sobre a Namíbia constitui uma séria ameaça para a paz e a segurança internacional.

A resolução foi vetada pelos EUA e pela Grã-Bretanha. A França absteve-se. Os restantes doze países votaram a favor.

Uma tomada de posição esclarecedora quanto ao verdadeiro papel que as potências imperialistas desempenham hoje na sobrevivência do *apartheid*, como sempre no seu desenvolvimento, bem como da demagogia das pseudo-medidas contraditórias tão largamente propagandeadas.

O que não impede o seu crescente isolamento na cena internacional, especificamente no que se refere à África do Sul. Convencidos de que ainda encontrarão alguma alternativa de poder que não passe pelo ANC, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha vão perdendo terreno no campo de batalha sul-africano. Os capitalistas com maior descernimento, como Oppenheimer, já o entenderam, preferindo negociar a jogar tudo por tudo numa luta em que os únicos vencedores serão os patriotas sul-africanos.

Mais cedo que tarde.

O negócio de matar floresce nos EUA

O chamado «curso de treino» dura em geral 14 dias. Os participantes aprendem fundamentalmente uma coisa: como matar uma pessoa, silenciosamente, só com as mãos ou com um punhal, ou então com uma pistola ou com explosivos. Seja de que modo for, os participantes nos referidos cursos são treinados para assassinar rapidamente e sem escrúpulos.
Não se trata de uma história de ficção esta que a revista «Puente», da RDA, recentemente divulgou. Embora se trate de um assunto em que os órgãos da imprensa burguesa têm relutância em pegar, tão indigno é, a verdade é que os próprios mentores de tais actividades se encarregam de as publicitar em seu proveito, com a cobertura complacente de autoridades oficiais. Como aconteceu não há muito tempo nos EUA, com a realização de um «congresso» da especialidade, em que os famigerados «soldados da fortuna» e quejandos trocaram experiências e foram ao ponto de expor (e vender?) as mais sofisticadas armas usadas no ofício.

Não é para admirar. Só nos EUA existem 130 dos tais compos de treino, privados, cujos «professores» são na sua maioria antigos participantes da guerra do Vietname. Um deles, cuja foto de punhal em riste reproduzimos, é Frank Camper. Tem hoje 38 anos e increveu-se aos 18 anos nas Forças Armadas do EUA. Não faz segredo das suas experiências no Vietname, vangloriando-se de ter assassinado sem piedade homens, mulheres e crianças. Fala com orgulho dos tristemente célebres «Boinas Verdes», das operações especiais secretas em que participou.

Terminada a guerra do Vietname, Camper não ficou cansado das suas actividades; passou a prestar serviços como mercenário em vários países, que o mesmo é dizer como assassino a soldo.

Os Estados Unidos recorrem a miúde a homens (?) como Camper, em particular nos países onde não interferem ainda abertamente, sendo cada vez mais estreitos os laços entre a administração Reagan e os agentes pagos, contra-revolucionários, mercenários, assassinos, os «cães sanguinários da guerra» como também são conhecidos. Por isso a CIA e o FBI apoiam, ou no mínimo toleram, os referidos campos de treinos. Frank Camper disfruta desse apoio há cerca de cinco anos, gabando-se de formar no seu acampamento homens capazes de pedir meças aos «Boinas Verdes».

Segundo afirma, desde Janeiro de 1982 formou entre 500 a 600 homens de 25 nacionalidades na arte de assassinar e torturar.

Trata-se de um negócio rendoso. Cada aluno paga 350 dólares por duas semanas de treino, sem incluir alojamento e alimentação. Como costuma dizer Camper, **por esse dinheiro transformam-se em verdadeiros especialistas...**

Dos EUA para o mundo, sem amor

Quando os treinos terminam, um vasto mercado espera estes especialistas da morte. Não é sem dúvida por acaso que os Estados Unidos têm recusado sistematicamente a realização de uma convenção internacional sobre a luta contra a contratação, emprego, financiamento e formação de mercenários. Como não foi por acaso que os representantes norte-americanos votaram contra a resolução acordada na 39.ª sessão da Assembleia Geral da ONU que nega qualquer legitimidade ao terrorismo de Estado.

Um tal posicionamento não pode surpreender ninguém, quando todos os dias se avolumam as informações sobre as sinistras actividades dos mercenários na América Central, em África, no Médio Oriente, sob a batuta da CIA e de outros serviços mais ou menos secretos.

Os mercenários estão com os ex-somozistas na guerra suja contra a Nicarágua; engrossam as fileiras da Unita nos criminosos ataques a Angola; estão com os bandidos armados que semeiam a destruição e a morte em Moçambique; andam a mando de Pretória cometendo toda a espécie de crimes contra os patriotas na Namíbia, como é o caso do batalhão especial 32, conhecido por «Bufallo», formado única e exclusivamente por mercenários.

Desde que a administração Reagan chegou ao poder, a actividade dos mercenários não parou de florescer, bem como a das sociedades que os recrutam e treinam. Ainda recentemente um milionário americano, Pouzy, contratou abertamente dezenas de assassinos a soldo que posteriormente foram fornecidos à CIA para actuação na Nicarágua.

A sociedade de Pouzy, que actua abertamente, autodenomina-se «Comité para a ajuda militar e civil»; agrupa homens de negócios e ex-participantes da guerra do Vietname, organizando e financiando com o beneplácito da administração Reagan a luta contra os movimentos progressistas e de libertação da América Latina.

Como é natural, Reagan não se referiu a estas organizações quando proferiu o seu provocatório discurso no 40.º aniversário das Nações Unidas, em que se pretendeu representante dos mais elevados valores da Humanidade. Também é improvável que o tenha feito nas conversações de Genebra, apesar de repetidamente ter salientado o sem empenhamento na discussão dos chamados «conflitos regionais». É que na perspectiva cega do imperialismo estes mercadores da morte são tidos como combatentes da liberdade...

Internacional

Entre a paz e a guerra

O significado do encontro de Genebra

O encontro de Genebra já se realizou. Mas no momento em que escrevemos estas linhas não conhecíamos ainda o que hoje é do domínio público: a conclusão do primeiro encontro a alto nível entre a União Soviética e os Estados Unidos, após esse longo período de mais de seis anos, em que o primeiro país a construir o socialismo foi definido como o «império do mal» pela maior potência capitalista — cobertura grosseira, para tapar uma política de alucinante corrida aos armamentos (um bilião de dólares gastos em quatro anos pelos EUA).

Mas Genebra — as suas razões, o caminho que conduziu à cimeira, os seus preparativos, as suas consequências — não se resumem a dois dias de debates. Exactamente porque não são aquilo que alguns nos pretendem fazer crer, ou seja um combate isolado dos «dois grandes» que definiriam os destinos do mundo exibindo músculos armados (é esta de resto a teoria imperialista, diariamente difundida).

Por isso é possível falarmos, antes dos resultados conhecidos, indo exactamente ao essencial. Porquê Genebra? Que significado tem?

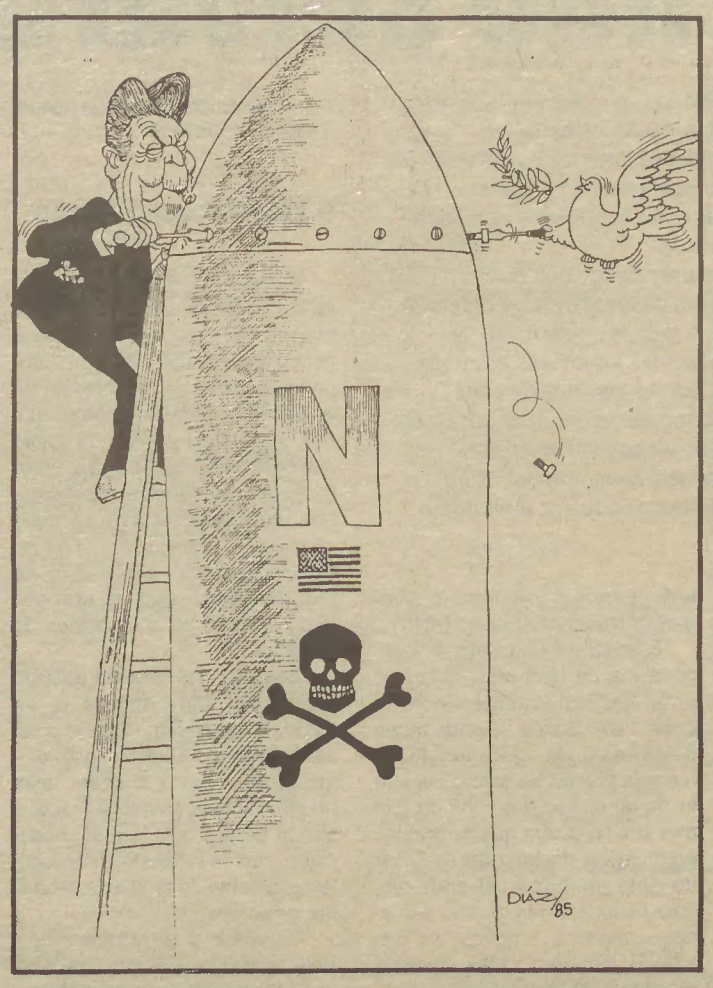
O que nos conduz a uma primeira questão: mais de seis anos volvidos, a União Soviética deixou de ser, para os dirigentes dos Estados Unidos o «centro do mal»? O que é que tornou possível este encontro? E a resposta está na força, na vitalidade, na dinâmica do movimento da paz, incluindo, em posição determinante, a consequente, sistemática e dinâmica política de paz da União Soviética e da comunidade socialista. O que à partida é um dado positivo. Uma base de confiança na luta que desenvolvemos, nas possibilidades que existem de vir a inverter o curso suicida da política desenvolvida pelo imperialismo.

A este facto, soma-se um outro, igualmente escamoteado, e adulterado: na cidade suíça estiveram frente a frente, não as «duas superpotências», mas **duas políticas**, filhas de dois sistemas sócio-políticos antagónicos. A lógica da paz só está de um dos lados. Mas porque a lógica da paz é a única que permite a própria sobrevivência, a perspectiva — e a batalha em curso — será impô-la como a lógica universal. Para além dos seus resultados — mas não, naturalmente, independentemente deles — Genebra é um degrau nessa batalha.

«Não vamos de mãos vazias»

Em entrevista à Televisão francesa, pouco antes da cimeira agora realizada, o camarada Gorbatchev afirmou, numa antecipada apreciação da importância do encontro com Reagan: «Seria demasiado luxo para dirigentes de países como a União Soviética e os Estados Unidos da América, na actual conjuntura tensa, quando todos os povos do mundo esperam medidas concretas e construtivas, sobretudo das grandes potências, irem a Genebra só para trocarem apertos de mão, olharem um para o outro e desfazerem-se em sorrisos perante as câmaras de televisão (...) **É preciso construir o mundo, mas um outro mundo e outras relações, partindo das realidades.** Nós temos os nossos interesses, a França tem os seus e os Estados Unidos os deles. Mas quem disse que os outros Estados do mundo não os têm? E todos esses interesses se confrontam no cenário internacional. Considerar que neste cenário pode agir apenas um certo país ou um grupo de países significa ter uma ideia errada sobre o mundo contemporâneo.»

Para a construção deste outro mundo em que os interesses dos diferentes povos e a própria realidade contraditória da nossa época necessariamente têm que ser tidos em conta, a União Soviética tem-se desdobrado em importantes propostas visando um imediato decréscimo da tensão internacional. O que não é um elemento novo, antes intrínseco, da política externa da URSS, mas — pela sua dimensão — traduz sem dúvida o carácter de urgência imposto pela situação actual e pela ameaça à Humanidade que constitui, já não só a escalada na corrida aos armamentos, nomeadamente nucleares, mas a sua possível projecção no Espaço.



Não à «guerra das estrelas» *Desenho de Hugo Diaz (Costa Rica)*

Em termos muito sintéticos, a União Soviética foi para Genebra com **algumas propostas fundamentais**, abarcando todos os domínios mais significativos do armamento: em primeiro lugar parar com toda a investigação no sentido da corrida aos armamentos no Espaço; simultaneamente, reduzir para metade os meios nucleares da URSS e dos EUA capazes de atingir os respectivos territórios; reduzir os mísseis de médio alcance na Europa; suspender os testes com armas nucleares; criar zonas livres de armas químicas e nucleares.

Estas propostas foram acompanhadas de moratórias, unilateralmente assumidas, por determinado prazo, pela União Soviética: suspensão de testes nucleares e da instalação de novos mísseis na Europa.

A União Soviética tem **as mãos bem cheias na batalha pela Paz.**

E os Estados Unidos?

«Uma mão cheia de nada...»

Não faltaram palavras de paz, pois de paz se trata. Um pouco como o cravo vermelho que muitos usaram para não destoar (a tanto Abril obrigou!...). Em entrevista à imprensa soviética, Reagan afirmaria mesmo. «... devemos aprender a viver em paz... é impossível ganhar uma guerra nuclear e é preciso que ela não seja desencadeada. Isso significa que não deve haver nenhuma guerra entre os nossos países». Boas palavras, representativas, no fundo, da época que vivemos. Mas palavras apenas.

Vejamos de mais perto o seu conteúdo.

«Não é preciso ter uma imaginação particularmente fértil para compreender que o país que controle o Espaço controlará provavelmente o mundo inteiro», afirmou o vice-ministro das Forças Aéreas dos Estados Unidos, E. Aldridge, esclarecendo com impressionante clareza, o objectivo real do «escudo defensivo». Quanto às consequências previsíveis da implementação de um projecto apresentado por Washington como garantia de paz e até panaceia contra a ameaça de uma guerra nuclear, vale a pena citar a apreciação do Centro de Avaliação Tecnológica do Congresso de Washington que afirma que tal projecto «conduzirá a uma corrida aos armamentos ofensivos e defensivos».

E assim se esfarela o conteúdo de «defesa» (até universal...) com que se pretende apresentar a militarização do Espaço. O projecto que Washington vai tentando apresentar como intocável, enquanto simultaneamente desenvolve a famosa tríada estratégica: os MX, os submarinos Trident, os superbombardeiros B1, e se recusa a subscrever as diferentes moratórias assumidas pela União Soviética, com destaque para a renúncia em utilizar a arma nuclear em primeiro lugar.

Onde está, na prática — visto que é a prática política que importa — a política de paz de Washington?

A pergunta

Numa interessante experiência realizada aqui no nosso País, na Escola Damião de Góis, em que alunos e professores foram mobilizados em torno do tema **paz**, uma criança perguntou oportunamente: **«se tantos querem a paz e tão poucos a guerra, porque é que ela existe?»**. E é uma pergunta que todos legitimamente podíamos fazer. Exigindo uma resposta à medida da sua importância. **Uma resposta com factos. A paz não se alimenta de palavras.**

● **Conferência Internacional** — Realizou-se em Berlim, durante três dias, uma conferência científica sobre as mais recentes tendências do capitalismo monopolista de Estado. Na conferência, organizada pelo Instituto de Política e Economia Internacionais da RDA, conjuntamente com a Comissão Internacional de problemas sobre a «investigação do capitalismo na actualidade» da Academia de Ciências dos países socialistas, participaram partidos comunistas de 13 países da Europa capitalista, incluindo o Partido Comunista Português.

Entre as múltiplas questões debatidas e análises avançadas, destacou-se nomeadamente a ideia de que a crise geral do capitalismo entrou numa nova fase da sua agudização, constituindo uma ameaça para a humanidade a tentativa de se encontrar uma saída (aliás impossível) através da via da confrontação e do super-armamento.

● **Desemprego na RFA** — Segundo as previsões do Instituto Federal do Trabalho de Nuremberga, nos anos 90, na RFA, haverá mais de dois milhões de desempregados, mesmo com «cálculos favoráveis quanto ao mercado do trabalho». O desemprego surge hoje como um dos mais graves, senão o mais grave problema para os trabalhadores dos países capitalistas, assumindo proporções inéditas mesmo onde a sua gravidade era menor.

Nos anos 80 (até hoje) o desemprego subiu até aos 33 milhões de pessoas, nos países da OCDE, dos quais 20 milhões na Europa capitalista.

O desemprego aumenta na RFA, mobilizando a luta dos trabalhadores

● **Estudante assassinado na Grécia** — Um jovem de 15 anos foi morto a tiro no centro de Atenas, pela polícia, quando participava numa manifestação, frente a embaixada norte-americana, para comemorar as revoltas contra a ditadura militar, em Novembro de 73.

Um facto que não pode deixar de se inserir numa política alheia aos interesses populares, profundamente afastada das promessas eleitorais que levaram o PASOK (socialista) ao poder. No mês de Outubro a Grécia viveu importantes lutas de trabalhadores contra uma política «de rigor» que, como foi denunciado pela Central Operária de Atenas, «constitui a pior forma de modelo de desenvolvimento capitalista, baseado na exploração de trabalhadores pela oligarquia».

● **Armas químicas** — O governo da RDA propõe que encarregados dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros da RDA, da RFA e da Checoslováquia — em simultâneo com as conversações que decorrerão na conferência de desarmamento de Genebra — iniciem consultas sobre todas as questões ligadas à criação de uma zona livre de armas químicas na Europa Central. Esta proposta, que se insere numa consequente política da RDA pela criação de zonas livres de armas químicas e nucleares no centro do continente, ganha particular importância face ao perigo da produção de armas binárias, um novo tipo de armas químicas, e o seu eminente estacionamento no centro da Europa.

AVANTE! PROLETÁRIOS DE TODOS OS MARES, UNI-VOS!

«A população dos bairros orientais de Lisboa têm vivido horas de angústia e sofrimento devido à acção tóxica dos gases da refinaria da Sacor, em Cabo Ruivo. Em todos estes bairros são frequentes os casos de intoxicação. Em Alvalade, 27 crianças tiveram de abandonar a escola por se sentirem intoxicadas. Apesar dos protestos de milhares de pessoas e dos artigos aparecidos na imprensa diária, a refinaria de Cabo Ruivo continua a envenenar a atmosfera de Lisboa e nenhumas medidas em defesa da saúde da população foram tomadas até agora. A nova chaminé que expele os gases, construída há 3 meses ainda não foi vistoriada! Fartos de conhecer a situação, nem a Sacor tem interesse em receber a vistoria, nem as autoridades fascistas, concluídas com ela, têm interesse em a fazer. (...)

«Com o apoio do governo de Salazar e dos americanos, a Sacor iniciou obras nas suas instalações de Cabo Ruivo que estão orçadas em mais de 500 000 contos e que maiores perigos trarão à segurança e saúde da população de Lisboa, visto esta refinaria ter sido montada nos arrabaldes da cidade, quando devia ter sido montada em região pouco habitada.

«Este apoio do Governo e dos americanos explica-se pelo facto de a Sacor estar integrada nos planos de guerra anglo-americanos. A produção da refinaria de Cabo Ruivo, muito superior ao consumo actual do País, tem em vista as necessidades militares de uma futura guerra mundial, o abastecimento da aviação e das esquadras americanas.» (...)

(«Os Fumos da Sacor Envenenam a Atmosfera de Lisboa» — «Avante!», VI Série, n.º 192, Novembro de 1954)

AVANTE!

«Pressionado pelas acções do povo de Angola (a que o massacre da população de Scolo Bengo, noticiado pelo "Avante!", deu particular relevo), pelos protestos dos povos africanos, pelas vozes que no nosso próprio país se levantam contra a prisão deste destacado patriota angolano, assim como pela poderosa campanha internacional contra o colonialismo português, o governo de Salazar acaba de tirar da prisão do Aljube o Dr. Agostinho Neto e de lhe fixar a residência na cidade de S. Vicente, nas ilhas de Cabo Verde.

«A Pide procurou fazê-lo embarcar em segredo no aeroporto de Lisboa, mas à sua partida compareceram algumas dezenas de pessoas que fizeram ao Dr. Agostinho Neto uma comovente e significativa despedida. Raivosos, os agentes da Pide prenderam durante algumas horas 18 das pessoas presentes a quem dirigiram soezes insultos.» (...)

(«Agostinho Neto Deportado para as Ilhas de Cabo Verde» — «Avante!», VI Série, n.º 295, Novembro de 1960)

Avante!

«No Couço, que tem sido nos últimos meses flagelado pelos assaltos das brigadas da Pide, o povo veio para a rua no dia 12 para reclamar a libertação dos seus presos e protestar contra as eleições-farsa. Uma multidão de 500 trabalhadores, sobretudo mulheres, esteve toda a manhã concentrada à porta da assembleia de voto gritando: «Traidores! Amnistia! Abaixo Salazar!» Alguns fascistas que iam votar voltavam para trás, aterrorizados com a indignação popular. A GNR que viera em força de Coruche e de Santarém não interveio, mantida em respeito pela unidade e combatividade do povo.»

(«No Couço 500 Trabalhadores gritam: Abaixo Salazar!» — «Avante!», VI Série, n.º 310, 2.ª Quinzena de Novembro de 1961)

Em Foco

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 621
21 de Novembro de 1985
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

cultura e POVO UNIDO

Quando ouvem falar de cultura — e já que não podem puxar logo da pistola —, as forças de direita e as assim-assim, puxam logo os cordões à bolsa, para... fechá-la. E desse modo, no espaço que gerem, nas áreas autárquicas que administram, também se vão fechando portas, ruindo monumentos, encerrando teatros, demolindo-se igrejas. Em compensação, porém, é um ver se te avias de inaugurações de supermercados, centros comerciais e outros engarrafamentos urbanos; nas zonas rurais sempre vai havendo o erguer de alguns monumentos, do chafariz à estátua de Salazar. E não se pode dizer que se não inaugurem, com uísque e cigarrilha, exposições de paisagistas benignos lá para os estoris, com direito a televisão a cores.

Com a APU é diferente. A cultura é verdadeiramente uma frente de trabalho. E, sem cair no populismo fácil do rosa-arredonda-a-saia a fingir de folclore, a cultura estende-se e levanta-se, por aí fora e por aí a cima. Quer dizer, multiplicam-se as iniciativas apoiadas pelas autarquias do Povo Unido — sem o paternalismo a carimbar sistematicamente a realização com o selo camarário —, e essas iniciativas envolvem um vasto campo. Onde cabe a divulgação de formas culturais superiores — e nestas a participação popular é cada vez mais alargada — e a promoção de actividades cujas raízes directamente brotam da cultura popular. O património, por outro lado, é objecto não só de cuidados desvelados, como de um planificado acesso às populações que nos seus monumentos se identifica com a sua própria história.

Isto tudo puxando os cordões à bolsa magra e subsidiando actividades, colectividades, transportes, colocando meios humanos e técnicos no apoio a uma diversificada vida cultural que é fácil encontrar nos lugares onde a APU é maioritária, mas também lá onde a presença da APU é suficientemente forte para inflectir o curso negro das coisas.

É que a cultura, sendo o que é por si mesma — formadora e enriquecedora do espírito do indivíduo e das massas — é um investimento no futuro. Não é pois, com mão de avaro mecenas que a APU investe, apesar das extremas dificuldades financeiras impostas pelo poder central. Chega mesmo, e em muitos casos, a pagar o que o ministério esquece.

Apoiando, dinamizando, organizando, a APU intervém assim em inúmeros campos da cultura — da banda e do coro ao rancho folclórico; da exposição plástica ao espectáculo dramático; do museu, que torna vivo e acessível, ao descobrir da velha pedra onde se inscreve a História, ao preservar do munumento que a conta.

A APU, também na cultura, está à frente. E vai abrindo novos espaços e conquistando gente nova. ■

DOSSIERS

- APU/honestidade
- APU/diálogo
- APU/competência
- APU/cultura
- APU/à nossa porta
- APU/experiência
- APU/futuro

ÉVORA
Património histórico arquitectónico e cultural

Com achados pré-históricos, com vestígios visigóticos, com muralhas e vias romanas visíveis ainda hoje, e com o Templo Romano do século II, imponente na acrópole da cidade, Évora entra na história de Portugal pela mão de Giraldo, o Sem Pavor, que conquista a cidade aos mouros e a entrega ao primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques.

■ **Abílio Fernandes**

Candidato APU e actual presidente da Câmara Municipal de Évora

É ao longo de toda a história de Portugal, Évora é a grande cidade do reino e será sede da sua casa real durante várias dinastias.

Évora foi também palco de grandes lutas e revoltas do povo pela sua emancipação, pela sua libertação — como a Revolta do Manuelinho, a Revolução de 1383-1385 e as lutas mais recentes dos trabalhadores do campo pelas 8 horas de trabalho.

Após o 25 de Abril, a cidade de Évora é palco duma profunda transformação na vida das pessoas. A cidade passou a ter um uso bem diferente do que tinha no fascismo: as suas ruas, as suas praças, os seus cafés, os seus palácios, os seus teatros, passaram a ser frequentados pelo povo da cidade, pelos trabalhadores, pelos democratas, que dela tomaram conta transformando-a numa cidade viva, progressista, onde todos podem e devem viver democraticamente. Évora já não é a cidade-museu, mas a cidade histórica renovada e activa social e culturalmente, um verdadeiro pólo de desenvolvimento regional.

Évora encerra dentro das suas muralhas um Centro Histórico que pela sua dimensão, pela sua homogeneidade, pela originalidade da arquitectura construída, pelo seu grau de conservação e pelos monumentos contidos, é um exemplo raro, mesmo ao nível europeu.

Cidade de intensa actividade económica e cultural ao longo dos séculos, constituindo desde sempre um pólo de desenvolvimento regional, foi preservada de um processo de industrialização acelerada por uma burguesia ferozmente conservadora que preconizou para a cidade durante o século XX e até ao ano de 1974 a estagnação total.

O Poder Local toma a iniciativa

Com as novas administrações democráticas, o Poder Local em Évora assumiu a responsabilidade da administração urbanística, tendente a disciplinar a ocupação de todo o território concelhio através do Plano Director Municipal.

Nestes termos, todo o território do concelho foi analisado em termos demográficos, estrutura produtiva, enquadramento regional. E, assim, também o Centro Histórico de Évora foi objecto de análise urbanística, habitacional, histórica, demográfica. Foram avaliados equipamentos, propostos objectivos e definidas estratégias.

O tecido histórico foi analisado e classificado e a sua transformação regulamentada.

É a partir do Plano Director Municipal que decorrem duas acções paralelas:

1 — O Plano de Circulação e Transportes, com especial incidência na cidade intramuros;

2 — O Estudo de Metodologia para a Recuperação do Centro Histórico de Évora.

Em termos físicos, o Centro Histórico corresponde a toda a zona localizada dentro das muralhas. Mas, numa perspectiva global, é entendido como muito mais do que um conjunto rico de monumentos. Quer isto dizer que este conceito não respeita só aos monumentos, mas também às casas, às ruas, às arcadas, pátios e praças, enfim, todo o património arquitectónico e cultural da zona que foi definida como «Centro Histórico».

A consciência de que preservar o Centro Histórico consiste essencialmente ne melhoria das condições de vida, rompendo a estagnação económica, social e cultural da cidade, levou à aprovação pela Câmara Municipal de Évora, de um conjunto de directrizes que, constituindo objectivos globais, se desenvolvem num conjunto extenso de objectivos intermédios, atingidos, por seu turno, através de projectos específicos.

Dos objectivos globais, destacam-se a recuperação do tecido urbano da cidade intramuros e a criação de condições à revitalização económica, social e cultural do Centro Histórico.

De entre os objectivos intermédios, salientam-se, entre outros, a melhoria das condições de habitabilidade e dos serviços urbanos para a população residente, a racionalização do escoamento de trânsito interno, a apropriação de espaço urbano para uso colectivo dos moradores, a reanimação da indústria artesanal, a mobilização da população para a recuperação e criação cultural.

Através da análise destes exemplos, poder-se-á concluir que as linhas de força da actuação da autarquia nesta área são, fundamentalmente, as seguintes:

— Intervenção em acções que melhorem consideravelmente as condições de vida da população residente na cidade intramuros.

— Actuação no campo da revitalização cultural e económica da cidade.

— Mobilização da população para os objectivos estabelecidos no âmbito do Programa de Intervenção no Centro Histórico de Évora.

Torna-se, no entanto, imprescindível a integração deste programa no conjunto global da intervenção camarária a nível concelhio, dando-lhe a coerência necessária, mas não privilegiando-o em relação às outras zonas carenciadas.

Para o prosseguimento dos objectivos que foram definidos, a Câmara criou em 1982 o Núcleo de Recuperação do Centro Histórico, constituído por técnicos de diversas especialidades, através do qual foram definidos diversos tipos de actuação, de que se salientam:

— Estabelecimento de um **protocolo** de financiamento com a banca especializada (CGD) especialmente destinado à recuperação habitacional dos edifícios no Centro Histórico de Évora.

— Implementação do **Plano de Circulação e Transportes,** definindo novos fluxos de trânsito, zonas de domínio de peões, sinalização, redifinição de cruzamentos, comunicação, etc.

— Produção de **regulamentação específica,** nomeadamente quanto à utilização de materiais novos.

— Elaboração de **projectos e realização de obras** de recuperação de espaços públicos: remodelação no Jardim das Canas juntando as 2 placas antes existentes e criando espaço para uma esplanada; arranjo do largo de S. Mamede. Execução de obras de arranjo de calçadas e adaptação de zonas para peões (Rua do Menino Jesus).

— Projecto, programação e execução de obras de transformação de edifícios conforme estudos de ocupação e planeamento de equipamentos: recuperação de um edifício na Rua do Fragoso, onde foram instaladas as Juntas de Freguesia Urbanas, uma zona de convívio para a 3.ª idade e um centro de actividades culturais e artísticas, recuperação de uma habitação na Rua do Armeiro, recuperação faseada do Teatro Garcia de Rezende.

— Alteração ao sistema de iluminação pública.

— Estudo sobre toponímia da cidade.

— Realização de diversas iniciativas de dinamização sociocultural (Carnaval, arraiais populares, animação do Jadim Público).

— Execução do projecto-piloto de recuperação de 5 habitações em conjunto com a UNESCO.

— Incentivação à recuperação habitacional (Programas Casa Caiada e PRID).

— Incentivação à intervenção de agentes nacionais e internacionais no processo (Fundação Gulbenkian, Conselho da Europa, etc.).

Algumas das acções citadas foram desenvolvidas no quadro de programas de sensibilização no sentido de favorecer a utilização de materiais tradicionais — por exemplo, desencorajando o recurso à utilização de alumínios em portas e janelas — e a prossecução do programa «Casa Caiada», que prevê a distribuição de cal e de outros materiais para tratamento das fachadas dos edifícios.

No caso da UNESCO, este apoio foi obtido e aquela organização internacional apoiou a intervenção que teve lugar no Largo do Chão das Covas, onde foi, nomeadamente, efectuado um seminário que contou com a participação de técnicos nacionais e estrangeiros e da população da zona.

Ainda no quadro da cooperação com aquele organismo internacional, foi encetado um processo visando a classificação de Évora como património mundial, o que, a verificar-se, como tudo parece indicar, terá consequências muito importantes, tal como a implicação directa do governo central nas responsabilidades com a manutenção e recuperação do Centro Histórico de Évora.

Quanto ao Conselho da Europa, deslocaram-se a Évora, em Outubro de 1983, 3 especialistas em questões de preservação do património histórico, que avaliaram directamente a importância do Centro Histórico, com vista à proposição de recomendações face ao projecto de recuperação proposto pela Câmara que foi considerado positivo.

Acção pioneira

Finalmente, tendo sido publicado em 22 de Janeiro um despacho da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo — Despacho n.º 4/SEHU/85, através do qual foi criado o Programa de Reabilitação Urbana para apoio técnico e financeiro aos municípios que apresentem propostas de apoio à recuperação de zonas urbanas, a Câmara de Évora desenvolveu um conjunto de esforços que levaram à assinatura de um contrato de assistência técnica com a Direcção Geral do Planeamento Urbanístico, que foi formalizado no dia 17 de Outubro.

Nos termos desse contrato, são previstos 2 tipos de apoio: apoio técnico, expresso na contratação de vários elementos provenientes quer da Direcção Geral do Planeamento Urbanístico quer da Câmara Municipal de Évora, que integrarão um Gabinete Técnico Local (GTL); e apoio financeiro de vários departamentos estatais na execução de obras de infra-estruturas, dotação de equipamento social e urbano e concessão de linhas de crédito.

O aspecto mais inovador desta iniciativa reside no facto de o programa ser da responsabilidade da autarquia, apesar de desenvolvido com o apoio estatal.

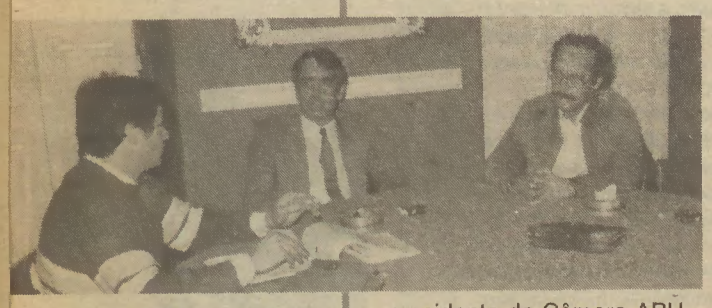
Sendo a Câmara Municipal de Évora uma das autarquias pioneiras ao nível do lançamento de programas de recuperação de centros históricos, e tendo elaborado uma metodologia de intervenção que está, desde há dois anos, a ser levada à prática, vê assim aberta uma nova possibilidade de ultrapassar as suas crescentes dificuldades financeiras e de aumentar a sua capacidade de intervenção em defesa do património e da qualidade de vida dos seus munícipes.

Mas naturalmente que esta situação está estritamente dependente duma política governamental que tenha em conta que a recuperação dos centros históricos deverá estar voltada não só para a recuperação arquitectónica, mas estar perspectivada para a melhoria da vivência da população, o que deve merecer atenção prioritária, como é o caso de Évora — o maior centro histórico homogéneo de Portugal ■

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

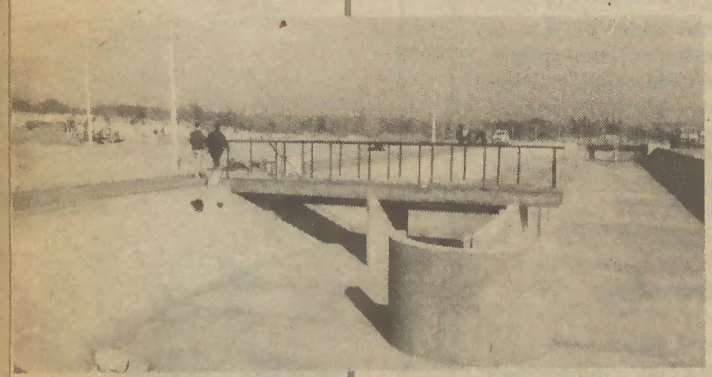
O tudo e o nada

As bolas pulavam de mão em mão, uma no bulício de partida de andebol jogada a preceito por dois grupos mistos, outras saltitando pelo vasto ringue, nas mãos e nos pés da rapaziada. Estavam apanhadas, ao vivo, as tais escolas de Vila Real de Santo António que utilizavam, diariamente das 8.30 às 17.30, o novo polidesportivo para o exercício da Educação Física. **Isto não pára durante todo o dia** — informava-nos o camarada **Alfredo José Zarcos Graça,**



Ao centro Alfredo Graça, presidente da Câmara e à direita, na foto, o vereador António José Martins

presidente da Câmara APU deste Concelho algarvio — **porque às 17.30 sai a malta das escolas e entra a das colectividades, que por aqui fica até às 23.30.** E acrescentava, sempre bem humorado: **"Se têm pressa, é**



Esta central de tratamento de esgotos, em Vila Nova de Cacela, é uma novidade, na defesa da Ria Formosa

melhor irmos andando, que ainda têm muita cultura para ver."

Tínhamos. A começar pelo complexo onde se enquadra este novo polidesportivo e que prevê, nada menos, que dois polidesportivos, três «court» de ténis, um parque infantil, um campo de futebol relvado com pista de atletismo e outro de terra batida, um conjunto de piscinas e um novo circuito de manutenção. Não, não, meus caros senhores, não se trata de megalomania linha Abecasis, prometida ao eleitorado à boca das urnas: quase metade disto já lá está em pleno funcionamento, concretamente os dois polidesportivos (um coberto e outro ao ar livre), os três «court» de ténis e o parque infantil; o resto, ou se encontra infra-estruturado ou a caminho disso. Vila Real de Santo António ganhou o direito à diferença, quando a sua Câmara se tornou APU. Em verdade vos digo que ali começa um Algarve de novo tipo!

E nem tudo o que é novo, é diferente — embora também o possa ser, obviamente. Pois o Concelho algarvio de Vila Real de Santo António prova as duas coisas, ainda que se olhe para ele de maneira parcelar, como nós o fizemos quando o visitámos na perspectiva de apreciar o trabalho cultural desta Câmara APU. Dois tipos de exemplo, antes de irmos por aí fora: a defesa intransigente do património pombalino é uma novidade na vila do Guadiana, embora resulte, nos seus aspectos práticos, em aparente «imobilismo»; por outro lado se os especuladores de todos os matizes deixaram de poder «inovar» a paisagem com torres tipo Monte Gordo a coberto de Câmaras corruptas, as populações do Concelho passaram a usufruir as vantagens, absolutamente originais, de um município que as convida e as apoia à recuperação de bairros degradados, que lhes infra-estrutura e planifica as zonas habitacionais, que lhes proporciona os equipamentos sociais que só conheciam por ouvir falar, que finalmente lhes deu a experimentar a qualidade de vida que tantos prometeram e que, afinal, sempre era possível. Com a APU. O que conduz a originalidades, como a que surpreendemos no topo de várias habitações do «Bairro do Sertão», na nova Freguesia de Monte Gordo: bandeiras da Aliança Povo Unido hasteadas, em carácter permanente, ao lado de estendedores para a roupa, vasos floridos, varandas abonecadas a preceito. **Ah é dum jornal?** — explicou-nos a dona de uma das casas embandeiradas, sem ligar nenhuma à escrupulosa identificação do «Avante!», que fizemos — **então ponha lá que aqui vota tudo na Câmara dos APUs, e o resto é conversa!**

E na conversa se pegou logo com o «senhor presidente», ela e umas quantas vizinhas, todas mais que habituadas a aproveitar qualquer altura para uma «audiência de munícipes». Vantagens de se ter autarcas sempre à mão, dentro ou fora dos edifícios administrativos. Sobretudo fora, que esta gente da APU não pára mesmo quieta, parece que tem bichos carpinteiros... Alfredo Graça, então, é dos exemplares mais óbvios que temos encontrado, no seu esquadrinhar permanente dos problemas, e respectiva resolução, da autarquia a que preside.

Algarve de tipo novo

Mas dissemos que começa ali um Algarve de tipo novo, o que exige o esboço, ainda que sucinto, de «tipo velho». Ora quem o não conhece, ou dele não ouviu falar? Degradação paisagística, atentados ao património natural e cultural, especulação imobiliária, urbanismo selvagem, turismo devorador, a par de surpreendentes carências de equipamentos sociais numa região onde o turismo de alto luxo tem cotação internacional. Tal estado de coisas, se resulta, em grande medida, da indiferença governamental pelos grandes problemas nacionais, responsabiliza igualmente a generalidade das autarquias da região (maioritariamente PS, como se sabe).

Tanto Alfredo Graça como o vereador **António José Martins**, independente pela APU e substituto do presidente sempre que este necessita ausentar-se, mostraram-nos como se pode romper com o atraso e alterar profundamente as situações. Sem falarmos do extraordinário trabalho de saneamento e equipamentos sociais realizados nas três Freguesias de Vila Real de Santo António (matéria para uma reportagem completa) e atendo-nos apenas à acção cultural desenvolvida pela autarquia, temos o que se segue:

A Câmara APU (com maioria relativa em 1980 e absoluta em 1983) criou dois gabinetes para a área da Cultura e Desporto, ponto de partida indispensável para uma acção constante e profunda. A partir daí as coisas começaram a aparecer: um coro municipal com 35 elementos, um grupo de teatro de fantoches, uma escola de iniciação à viola dos 6 aos 12 anos (através da Junta de Freguesia da vila) com dois núcleos e já com 200 crianças a utilizá-la, exposições várias, a edição de um disco de homenagem a António Aleixo, apoio às semanas culturais realizadas pelas diversas escolas do Concelho, deslocações pedagógicas subsidiadas pela Câmara, cursos de alfabetização em todo o Concelho em colaboração com a DGEA (dezenas já com a 4.ª classe), edição de estudo permenorizado de Cacela a Velha (considerada zona histórica em 1984), etc, etc. Isto como exemplos. Mas há mais. E devidamente sistematizado.

Estar «em todas»

Explicaram-nos que Vila Real de Santo António é uma terra de grandes tradições desportivas, tendo a Câmara APU dado a devida atenção ao facto. **«Não há prova desportiva no Concelho que não tenha intervenção municipal»**, pormenorizou Alfredo Graça quando nos falava do, atrás citado, complexo desportivo da vila. O que significa estreita colaboração e apoio dinâmico às colectividades. **«Subsidiamos todas, sem excepção, além de termos cedido quatro terrenos para construção das sedes de várias delas, de participarmos nessas construções ou no melhoramento de instalações já existentes. Também apoiamos as colectividades com transportes»**. Isto ajuntou António Martins, enquanto Alfredo Graça informava:

«Estamos num Concelho onde se respira progresso, com a autarquia dando condições para que os vilarealenses se sintam bem — o que constitui provado contraste com quase todo o restante litoral algarvio, nomeadamente Quarteira, Albufeira e Praia da Rocha, onde se têm praticado autênticos crimes urbanísticos, comprometendo gravemente o futuro das populações».

Voltou, assim, ao corpo da conversa, a questão do património, a defesa atenta da zona pombalina da vila e de Cacela a Velha (os dois principais núcleos históricos), o controlo rigoroso das novas construções no concelho, a defesa intransigente da paisagem e da qualidade de vida das populações.

«Em relação à Ria Formosa, por exemplo — prosseguiu Alfredo Graça — **e no que diz respeito a Vila Real de Santo António** (a Ria termina no Concelho) **impediu-se rigorosamente que aqui se verificasse a construção anárquica e selvagem, comprometedora das condições naturais da Ria, assim como se cortaram, cerces, os restantes factores de degradação consentidos noutros Concelhos com responsabilidades na Ria: extracção de areias e lançamento de esgotos urbanos e industriais.** (Em Vila Nova de Cacela visitaríamos mesmo uma obra original no litoral algarvio: uma estação de tratamento de esgotos — em acabamento — que vai «limpar» todos os detritos da área e preservar a Ria desta praga poluidora. Há por ali, sem dúvida, um Algarve novo a despontar).

O «antes» era nada...

A visita estava a chegar ao fim. Foi no meio de uma multidão de espanhóis — perfeitamente identificáveis, não apenas pelo castelhano falado com à vontade nas ruas da vila, mas sobretudo pelos amplos e atafulhados sacos de plástico preto onde (todos) dissimulavam os contornos e a substância das compras feitas no lado de cá, à sombra de uma peseta cada vez mais forte face ao escudo — que completámos a visita e recolhemos as últimas informações sobre as actividades culturais da APU neste Concelho algarvio. Alfredo Graça aproveitou o nosso espanto:

«Estás admirado? Há uns anos era o contrário, eles ficavam em Ayamonte desmotivados pela força do escudo face à peseta, enquanto os portugueses passavam o tempo no lado de lá a comprar mais barato. Hoje aqui os tens às centenas por semana, a fazer valer a peseta... e os portugueses a olhar para o câmbio e a ver que já não vale a pena correr para Ayamonte».

Ayamonte que a 13 de Maio deste ano (aniversário da fundação de Vila Real de Santo António) se geminou com a sua «parceira» portuguesa do Guadiana, oficializando, enfim, laços e relações seculares em duas cerimónias (uma para cada vila, em dias diferentes e com as respectivas autoridades visitando-se em peso) onde não faltou a pompa e a circunstância e, muito menos, calorosos espectáculos que trouxeram o flamengo à Praça Marquês de Pombal e levaram o corridinho aos estrados de «nuestros hermanos».

E foi com Alfredo Graça a dar-nos conta de mais alguns aspectos da actividade cultural da APU — apesar de já termos chegado à conclusão que ficava muita coisa por apreciar — que terminámos a visita a Vila Real de Santo António. Impressionados com a evidência de um trabalho autárquico competente e reconhecidamente criativo. A palavra, pois, para Alfredo Graça:

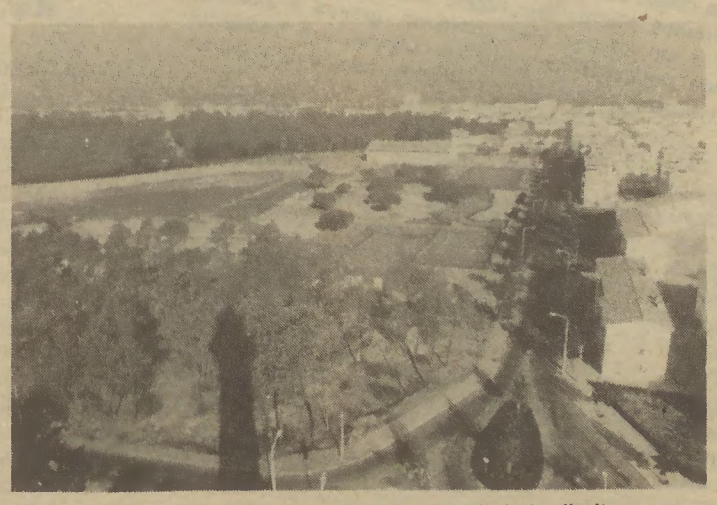
«Ainda em relação à zona histórica, nós defendemo-la mas sabemos que tal defesa vai custar muito aos proprietários, daí a Câmara ter requerido este ano que a zona fosse considerada património nacional a proteger e recuperar, exigindo ao Governo que assuma as suas responsabilidades (avançámos, inclusivamente, a candidatura a zona de património mundial, a proteger pela UNESCO). Vale também a pena referir a nossa acção noutros campos patrimoniais, nomeadamente os relacionados com igrejas, onde se tem feito muita coisa: restauros de imagens, obras de beneficiação, caiações, electrificações, etc.

«Mas, apesar de tudo, continuamos a sentir falta de espaço físico — problema que esperamos resolver no próximo mandato com a criação de um Centro de Cultura, já previsto no Plano de Actividades. A Câmara tem ainda desenvolvido, através do Conselho Desportivo Municipal (onde estão todas as colectividades do Concelho, professores e técnicos de Educação Física) variada actividade desportiva (especialmente em modalidades não agarradas por qualquer outro organismo, como o atletismo).

«Temos realizado também torneios populares de futebol (de 11 e de salão) que têm mobilizado centenas de participantes, e é sempre elaborado um programa de actividades desportivas que é submetido à apreciação do Conselho Desportivo Municipal e, depois, aprovado pela Câmara».

Ah! É verdade! Querem saber o que havia em Vila Real de Santo António **antes** da APU? É simples: Havia **nada** disto — nem do resto, que aqui não coube hoje...

■ **H.C.**



Vista geral do complexo desportivo da vila; do lado direito, as instalações já prontas e a funcionar

MUSEUS VIVOS

O trabalho da APU também está no museu. Isto dito assim pode parecer contraditório com o que dizemos da Aliança Povo Unido. Mas explicamo-nos: museus desde há muito os há, mas os museus com a marca do trabalho dos comunistas e dos seus aliados nas autarquias são realidade de hoje. E são diferentes. O trabalho da APU relativamente aos museus, como em relação a outros campos da cultura, é muito diversificado. Consoante a implantação, o local de onde irradia a sua presença.

*Isto é que é um museu? **E onde está o bafio e a meia-luz e o desinteresse? Mas com a APU é assim: o museu põe-se a viver e até as crianças gostam de o frequentar***

Como nos afirmou o camarada Fernando António, conservador do Museu de Setúbal, «não se fazem museus à-priori, mas de acordo com a sua inserção no meio, com as populações».

Aliás, como também esclareceu, os museus gerem-se, ou remodelam-se, ou criam-se. E exemplos destes há-os por toda a parte onde a APU desenvolve o seu trabalho. Experiência muito importante é a do Seixal, com um museu que foi construído a partir de um levantamento histórico-cultural do concelho.

No caso de Sesimbra, o exemplo é o do museu remodelado. Com efeito, a autarquia «herdou» um museu morto, instalado no castelo à beira do cemitério... A Câmara APU tratou de o arrancar à atmosfera mumificada e trazê-lo para a vila, para o centro da vida do concelho e da população.

Museu gerido é o de Setúbal, por exemplo. Trata-se do museu que funciona no antigo convento de Jesus, que pertencia à Santa Casa da Misericórdia e que, depois, a Câmara teve de tomar nos braços. É, no entanto, um museu nacional — mais um caso em que o Estado, o poder central, se demite das suas responsabilidades —, um museu que reúne um património valioso e histórico. A Câmara lutou para que o IPPC — Instituto que deve gerir o património cultural — dotasse o museu com pessoal especializado. Apenas conseguiu que lhe mandassem um estagiário não remunerado, do curso de Conservadores e... foi a Câmara que o contratou após o curso, abrindo no seu quadro de pessoal esse lugar indispensável.

Porta aberta

O apoio das autarquias APU é extenso. Nomeadamente a certas actividades que os próprios museus dinamizam — algumas acções deste tipo de instituições recebem o apoio indirecto das câmaras através das assembleias distritais. E outras o seu apoio directo: Palmela e Setúbal apoiam escavações arqueológicas; Mértola, Alcochete e Montijo procedem a levantamentos histórico-culturais; Almada apoia uma associação de artistas plásticos, a "Imargem", que realiza exposições de obras, algumas das quais são adquiridas com vista à formação de um museu municipal.

Uma das preocupações dos museus que nascem ou existem nas áreas administradas pela APU é a realização de actividades constantes. A preocupação, sobretudo, de que o museu seja vivo, uma casa de porta aberta e não um depósito de coisas velhas e mortas.

Em Setúbal existe uma galeria de exposições temporárias e realiza-se um conjunto de actividades ao longo do ano, que faz do museu um lugar habitual de visita da população — concertos, actividades dramáticas, dança. Em Santiago abriu recentemente uma galeria de exposições temporárias, para além da exposição permanente. Há casos de galerias de exposições que posteriormente se vêm a transformar em museus.

A «invasão» do museu

Pegando ainda nos exemplos de Santiago e de Setúbal, temos aqui dois casos modelares em Portugal. Um deles, rural, o de Santiago do Cacém; outro, o da capital do distrito, respeitante a uma área urbana, cidade com 100 mil habitantes. Ambos os museus têm realizado um interessante trabalho com as crianças e preparam assim o futuro.

Em Santiago do Cacém funciona um Grupo Infantil de Amigos do Museu (GIAM), que leva a cabo actividades para crianças, estando patentes os seus resultados ao público. Esse grupo, que existe há algum tempo, já deu origem a um grupo de jovens (JIAM), que se constituiu em núcleo de guias, gratuitos e voluntários, do museu, auxiliando nomeadamente os idosos, nas visitas destes, promovidas pela autarquia!

Em Setúbal — e tivemos oportunidade de visitar as instalações do antigo convento de Jesus, edifício de 500 anos — o museu foi primeiro às escolas. No ano passado, nada menos de meia centena foram visitadas. Não foi de mãos a abanar. Levou consigo «maletas pedagógicas». Trata-se de um conjunto de pastas de motivação didáctica, como explicou o Conservador Fernando António, com reproduções de objectos do museu, primeira fase para estabelecer o diálogo com a escola, suscitando assim a visita, para que as crianças, aguçada a curiosidade, a levem a ver os originais. E o método funcionou.

Hoje são as escolas que vão ao museu. De tal maneira o interesse se manifestou, que agora as turmas têm de entrar na «bicha». Todos os dias, uma turma de manhã, outra à tarde, invadem o museu. E as coisas são organizadas tematicamente, não há dispersão da visita pelo mundo que é o que o museu tem para oferecer.

Primeiro, a visita, orientada. Depois, as crianças dão largas à sua criatividade — mímica ou plástica — para a qual existem *ateliers* próprios — de pintura, de construção de fantoches, de espectáculos. As marcações deste tipo de actividades em que as crianças participam estão completas até Fevereiro do próximo ano! Pode dizer-se que esta é uma verdadeira experiência-piloto, que nunca se foi tão longe na relação criança-museu.

Cultura viva

Mas este museu tem ainda outras funções que o tornam mais vivo e ligado à população. Jovens e adultos têm lá *ateliers* livres de pintura com monitores que são artistas plásticos. De operários a donas-de-casa, a professores, muita gente participa interessadamente nestas actividades. E organizam-se encontros com artistas plásticos que fazem exposições em Setúbal — o exemplo mais recente é José Mouga cuja exposição se mantém na sala de exposições temporárias.

Há ainda uma oficina-escola a funcionar todo o ano, em que se ensina a fabricação artesanal — tapetes de Arraiolos e renda de bilros (esta uma actividade tradicional de Setúbal) — com a frequência de alunas que, a partir da adolescência, se dedicam à aprendizagem.

Por fim, iniciaram-se cursos de História local para professores de todos os graus de ensino e para alunos do complementar.

Não vamos aqui falar de todas as actividades de todos os museus que a APU criou, administra ou transforma. Demos estes exemplos, outros poderiam vir a lume. Só uma nota importante: tudo isto é realizado por um quadro muito pouco numeroso de pessoal, o que limita à partida o trabalho. A superar essa deficiência está a vontade, o gosto, o profissionalismo dos que lá trabalham. Com a APU, a vontade de fazer viver a cultura!

■ ***L. M.***

Um destes sábados...

Em breve depoimento, o actual vereador da Cultura da Câmara Municipal de Setúbal, José Manuel Godinho, salientou, em traços largos, a actividade do Museu de Setúbal e o apoio que obtém da administração APU.

«Queremos afirmar que hoje», sublinhou, «o Museu de Setúbal é um espaço vivo, actuante, graças à dinâmica imprimida pela APU ao trabalho cultural, e é frequentemente visitado por crianças e adultos, nacionais e estrangeiros.

«O 18 de Maio deste ano, como exemplo, contou com a participação de 200 jovens colaboradores que transformaram cada sala do Museu numa caixa de surpresas. Diversas classes da Academia de Música Luísa Todi, da Academia de Dança Contemporânea, das escolas primárias, três artistas plásticos, quatro poetas populares e o grupo de Música «Disto e Daquilo» animaram todos os espaços do Museu ao longo desse dia memorável, tendo o Museu recebido a visita de 5400 pessoas. Foi num sábado e muitas crianças, cujas escolas não funcionavam, obrigaram os pais a levá-los ao Museu e a participar com elas nas actividades aí desenvolvidas.»

cultura POVO UNIDO

■ ***José Paulo Oliveira***

PATRIMÓNIO CULTURAL EM MÉRTOLA

Câmara e população defendem uma riqueza impressionante

A antiga mesquita, localizada na parte superior da vila. Aqui funciona a igreja de Mértola, com o altar orientado para Meca, tal como acontecia com o «mihrab» muçulmano, o equivalente, numa comparação grosseira, ao altar católico. Embora transformada e em muitos dos seus aspectos já bem distante do perfil original, o edifício mantém no seu interior pormenores típicamente muçulmanos, caso dos arcos em ferradura nas portas

Sem legenda

Fernando Ribeiro Rosa, presidente da CM de Mértola: «O trabalho cultural vai continuar»

Em Mértola é assim: qualquer itinerário pela vila conduz-nos sempre a uma «referência» cultural digna de registo. Há dias atrás estivemos neste concelho do Baixo Alentejo e percorremos as ruas de Mértola na companhia do Presidente da Câmara, o camarada Fernando Ribeiro Rosa, cabeça de lista da APU para as eleições de 15 de Dezembro. «Continuar a dar o apoio da Câmara ao intenso trabalho cultural que decorre aqui no nosso concelho, particularmente na defesa e valorização do rico património histórico», é um dos objectivos da candidatura APU, como nos salientou Fernando Rosa.

Contando com cerca de 11 mil habitantes, dos quais 1200 vivem na vila, Mértola é um concelho pobre tanto nos recursos agrícolas naturais, como no sector industrial. Ao longo dos anos, designadamente com o abandono a que foi sujeita pela ditadura fascista, a sua população foi diminuindo a um ritmo impressionante. Muitos dos seus filhos viram-se obrigados a percorrer os caminhos da emigração à procura de uma vida melhor «lá» mais para baixo, no Algarve (Vila Real de Santo António, por exemplo, fica a escassos 70 quilómetros) ou então em Lisboa e noutros centros urbanos do País.

É, pois, num quadro socio-económico repleto de particularidades como as que descrevemos que a Câmara Municipal desenvolve o seu trabalho responsável, «gerindo» uma área de 1280 quilómetros quadrados e envolvendo nove freguesias: **Alcaria Ruiva, Corte do Pinto, Espírito Santo, Mértola, Santana de Cambas, S. João dos Caldeireiros, S. Miguel do Pinheiro, S. Pedro de Soliz e S. Sebastião dos Carros**.

Em tom cordial e aberto, reunindo uma experiência camarária de seis anos consecutivos, Fernando Ribeiro Rosa, vereador durante a presidência do saudoso Serrão Martins, fala-nos dos projectos para o concelho, destaca o muito que se avançou em termos de saneamento básico na vila, alerta para as dificuldades financeiras e técnicas do município, sublinha o carinho da Câmara pela juventude e imprime sempre nas suas declarações uma marca de optimismo e de vontade de prosseguir um trabalho de equipa, válido para o concelho e para a sua população. Refira-se a propósito que, com Fernando Rosa, candidatam-se pela APU **António Francisco M. Raposo**, funcionário dos CTT, vogal da AM; **José Manuel R. Horta Santana**, bancário, actual presidente da AM; **Mário Alberto F. Sousa**, professor, e **Maria Luísa M. Palma**, estudante.

Os suplentes da lista são **Inácio Rosa, Joaquim Palma** e **Manuel Garcia**. Ao acto eleitoral de 15 de Dezembro concorrem a APU, o PS e o PRD. A actual composição da CM integra 4 membros eleitos pela APU e um pelo PS.

Núcleo arqueológico da alcáçova do castelo: balneários romanos, muros e pavimentos do período muçulmano, silos dos últimos períodos da ocupação muçulmana, necrópole do período cristão... enfim, uma «viagem» fascinante que exige o prosseguimento das investigações

Marcas do tempo

Mas não nos afastemos do nosso tema. O objectivo do breve apontamento que aqui fica é algo que toca muito de perto os cidadãos do concelho de Mértola e o colectivo que trabalha na Câmara, cabendo também aqui um justo destaque para os estudantes do curso de História na Faculdade de Letras de Lisboa que no Verão têm trabalhado em Mértola e para o Dr. Cláudio Torres, docente naquele estabelecimento de ensino, que se tem dedicado com grande dinamismo ao trabalho arqueológico que decorre na vila.

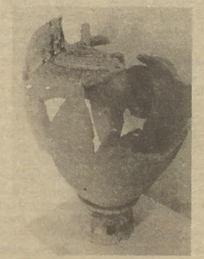
Um pouco por todo o lado, com o Guadiana a proporcionar um quadro de rara beleza neste extremo do Alentejo, encontramos presenças da história e da cultura, vestígios de velhas civilizações como a romana e a árabe, e ainda marcas do tempo da Reconquista Cristã e do período medieval. Por tudo isto e por outras coisas que vamos referir, Mértola merece uma visita.

Não falando por agora da **arquitectura popular** que domina as estreitas ruas do coração da vila, as **tradições religiosas** que têm especial relevo na Páscoa ou dos vestígios históricos na **margem direita do Guadiana** (assunto polémico a que nos referiremos numa próxima oportunidade); não falando por agora de interessantes aspectos relacionados com o património natural e a necessidade de defender o **Guadiana**, rio ameaçado pela poluição e pelo assoreamento; não adiantando pormenores ao curso já iniciado sobre **tapetes de Arraiolos** e à **escola de tecelagem** que, sob a direcção de uma mestra contratada, abrirá brevemente em instalações municipais, para um curso aberto, da iniciativa da Associação local da Defesa do Património com o apoio do campo arqueológico e da própria Câmara Municipal — enfim, deixando para outra oportunidade uma informação mais detalhada sobre todos esses aspectos, há que salientar que a vida cultural de Mértola reúne um conjunto diversificado de motivos de grande interesse não só para alunos (é já significativo o número de visitas de estudo oriundas de diferentes pontos da região) e outros estudiosos, como para o visitante comum que pára em Mértola, «fenómeno» que felizmente está a crescer e que significa um arranque para a dinamização do turismo no concelho.

Um mundo a descobrir

Referimo-nos ao **campo arqueológico** (actualmente com dois núcleos principais: na alcáçova do castelo e no Rossio do Carmo — frente à escola primária), à antiga **mesquita**, outrora espaço muçulmano, hoje local de culto católico; ao **castelo**, para onde está prevista a instalação de uma secção museológica lapidar com vestígios de arquitectura e mármores; e o **núcleo de exposição do campo arqueológico**, o museu, onde encontramos duas secções bem distintas: a islâmica e a de arte sacra, incluindo a primeira uma riquíssima colecção de cerâmica e ainda a parte de osseologia, metais, ossos trabalhados e vidros, e encontrando-se na segunda secção referida um largo conjunto de peças de arte sacra (estátuas de santos) recolhidas em todo concelho — muitos dos santos foram encontrados em péssimo estado, tendo sido devidamente recuperados nas instalações do museu, num trabalho rigoroso de especialistas na matéria.

Um outro núcleo de exposição, é constituído pela Oficina do Ti Zé Brito, onde o visitante encontrará uma colecção completa dos materiais de um ferreiro de tradição medieval.



Existe em Mértola a melhor colecção de cerâmica muçulmana do País, que pode ser apreciada no núcleo de exposição do campo arqueológico instalado na antiga igreja da Misericórdia

Projectos

Por muito rápido que seja, qualquer itinerário cultural por Mértola evidencia o apoio camarário, seja por exemplo na deslocação de funcionários a tempo inteiro para o trabalho das escavações arqueológicas (período de três meses num ano), seja na cedência de materiais diversos — das redes de protecção, aos tabuleiros para recolha de peças, seja ainda na adaptação e equipamento de edifícios para os núcleos de exposição e para o alojamento dos jovens estudantes que no Verão trabalham em Mértola nas tarefas do campo arqueológico.

Da lista de projectos para a acção futura da Câmara no sector cultural, podemos destacar a título de exemplo a implantação de uma biblioteca no edifício da antiga prisão, a preparação de um novo museu (vestígios islâmicos e parte etnográfica) num edifício restaurado pela Câmara e para o qual estão previstos apoios em equipamento por parte da **UNESCO** e da **Fundação Gulbenkian** e ainda a organização do terceiro núcleo arqueológico no rés-do-chão dos futuros Paços do Concelho, onde foram encontrados vestígios romanos durante as obras de restauro do velho edifício do século XIX. Uma rica colecção de materiais romanos (estátuas, moedas, etc.) serão deslocadas para esse terceiro núcleo arqueológico, que, contando com uma iluminação especial, dará uma espectacular sala de visitas da Câmara.

A cultura está bem defendida em Mértola. ■

O Guadiana em Mértola, via de acesso para várias civilizações, hoje motivo de preocupação pelo estado das suas águas. É o flagelo da poluição, sentido por todos e particularmente pelos pescadores. E já que se fala do Guadiana, aqui fica um velho sonho da Câmara: um trajecto fluvial regular entre Mértola e Vila Real de Santo António, para fins turístico-culturais

Em Grândola, com o Parque Municipal

O DESPORTO JÁ PASSOU A PRIMEIRA ELIMINATÓRIA

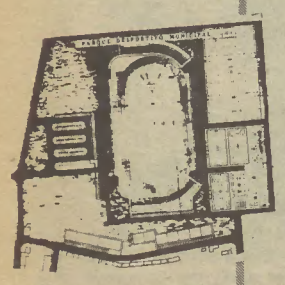
Quando o senhor Paquete, que é o guarda do Parque Desportivo Municipal de Grândola, nos diz, com certo orgulho, que ali se tomam, diariamente, mais de cem banhos, está a reflectir o desenvolvimento que o concelho registou a nível desportivo, nos últimos anos.

É verdade que bastava fazer um campo de terra batida, pintar umas marcações, pôr umas balizas, uns cestos ou mesmo uma rede de vólei para que se tivesse registado um enorme progresso para o desporto no concelho de Grândola, de tal modo eram ausentes as infra-estruturas desportivas.

Nada disso! Correspondendo aos anseios da população, o executivo da Câmara, ainda no anterior mandato e pensando em termos de futuro, deu início a uma obra que seria inaugurada em Agosto de 1984.

Estão ali investidos mais de 50 mil contos e a obra só não ficou mais cara — como nos esclarece Daniel Rodrigues, vereador do pelouro da Cultura e Desporto — porque a maior parte foi feita por administração directa da Câmara. De outro modo ficaria no dobro, ou, quem sabe?, no triplo.

Dois campos de futebol, um dos quais para treinos e que foi iluminado (tendo em conta que durante o dia as pessoas trabalham), dois polivalentes (um deles com piso apropriado para o hóquei em patins) onde se podem jogar as mais diferentes modalidades como o andebol, basquete, vólei, ténis ou futebol de salão e ainda uma pista de atletismo com as medidas olímpicas e piso de cinza constituem nesta fase o Parque Desportivo Municipal.



Num sobreiral junto ao Parque está instalado um circuito de manutenção. Entretanto, outro polivalente foi iniciado e o último balneário vai ser concluído elevando para sete o número destas instalações. Paralelamente, foi construído um tanque de natação nos terrenos anexos à Escola Preparatória.

As infra-estruturas foram um empurrão valente, outro tanto sucedendo com a vontade da Câmara em pôr as pessoas, principalmente os jovens, a praticar desporto. E hoje em dia verifica-se uma modificação sensível na participação deportiva.

Mais de 30 classes de ginástica funcionam por todo o concelho (cerca de 700 crianças no ano passado), umas dependendo directamente da Câmara que contratou técnicos, outras apoiadas pelo município e da responsabilidade de clubes locais.

No hóquei em patins, modalidade antes desconhecida no concelho, hoje, mais de 50 crianças praticam-na regularmente. No Verão, mais de 400 crianças tiveram aprendizagem de natação. No passado, segundo os dados existentes, houve mais de 1250 participantes no total de movimentação desportiva a nível do concelho.

Também o ténis começa a surgir como motivo de interesse, e o mini-basquetebol e o atletismo nas suas variantes, para só citarmos algumas.

À Câmara — faz questão de frisar o vereador Daniel Rodrigues — interessa fomentar a aprendizagem e não a competição. Esta deve caber aos clubes. Por isso a política de apoio a estes, devidamente regulamentada, e que se pode traduzir da seguinte maneira: quem tem mais atletas e mais secções a funcionar mais recebe.

Razões tem o senhor Paquete para estar orgulhoso pelos cem banhos que diariamente são tomados no Parque Desportivo. Há uns anos atrás, nem balneários com água quente, nem tão pouco instalações desportivas. E ainda há quem tenha coragem de dizer que a gestão APU nas autarquias não altera para melhor a vida das populações.

■ ***T. R.***

cultura POVO UNIDO

DIVULGAÇÃO, FORMAÇÃO E PRESERVAÇÃO

Referir a situação ou as diferenças observadas depois do 25 de Abril em qualquer das áreas que dizem directamente respeito à vida das populações (saneamento básico, electrificação, arruamentos, etc) constitui, hoje, um exercício quase dispensável tais são a força dos contrastes e a evidência dos progressos assinalados.

E na área sócio-cultural poder-se-ão também colocar as coisas nestes termos? Foram igualmente profundas e significativas as transformações operadas neste domínio? Parece-nos bem que sim, sendo mesmo justo e adequado classificar de obra notável **(as palavras, aliás, são das populações), todo o trabalho realizado, o qual permitiu modificar em larga medida o panorama existente, contribuindo para libertar e formar mentalidades apostadas no desenvolvimento local e regional e na conquista de uma vida melhor.**

Pese embora o muito que está por fazer pode-se, com efeito, legitimamente concluir ter sido muito importante e globalmente positivo o trabalho das autarquias de maioria APU no plano cultural e desportivo, actuação tanto mais relevante porquanto se desenvolveu enfrentando a incompetência e o desprezo de uma acção governativa que primou nos últimos anos pela inexistência de uma política de democratização da cultura e da cultura física e desporto, de defesa e valorização do património.

Uma expressiva afirmação desta realidade constitui o caso de Setúbal, distrito onde as autarquias democraticamente geridas pela APU têm vindo a desenvolver um trabalho persistente e continuado. Lembremos, por exemplo, a necessidade desde logo reconhecida por todos os municípios, de ter não apenas um verador responsável pelo pelouro de cultura, tempos livres e desporto, mas de criar também o respectivo serviço, apetrechado para o efeito com os necessários e adequados recursos e meios humanos, materiais e administrativos.

O próprio orçamento destinado por cada uma das autarquias para esta área é, em si mesmo, um dado significativo sobretudo se atendermos às próprias limitações que elas enfrentam, decorrentes do esbulho financeiro a que têm sido sujeitas pelo Poder central e da transferência de responsabilidades sem as correspondentes contrapartidas financeiras.

Com uma estruturação e equipamento variáveis de acordo com as suas próprias características e possibilidades, uma preocupação está no entanto presente na acção quotidiana das Câmaras: apoiar os agentes culturais do seu respectivo concelho, respeitando a sua identidade e priveligiando e promovendo a sua autonomia.

Como nos diziam Isabel Victor e Inácio Videira, técnicos dos serviços culturais da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, do que se trata é de valorizar o movimento associativo e cultural, de globalmente os apoiar técnica, financeira e logisticamente na concretização dos seus projectos e nunca em caso algum de os substituir.

Sempre orientados por este princípio, os municípios APU têm deste modo promovido no âmbito da **divulgação cultural**, variadíssimas manifestações artísticas e culturais, iniciativas que têm constituído um excelente veículo para despertar e incentivar o interesse das populações.

No plano da **formação** importa salientar a realização de acções especificamente dirigidas quer às direcções do movimento associativo, quer a professores, a jovens e a crianças.

Quanto à **preservação do património cultural**, o trabalho efectuado tem sido essencialmente dirigido no sentido de sensibilizar a população, apresentando medidas para a sua protecção, orientação esta cuja concretização é feita de acordo com a opinião e o apoio de outras entidades e associações.

Os resultados de todo este esforço e do seu impacto junto das populações não deixam de ser francamente animadores verificando-se aos mais diversos níveis uma crescente adesão das populações.

Conforme nos foi sublinhado as pessoas têm crescente consciência de que o acesso à cultura é um direito que lhes assiste e do qual não prescindem. Nesse sentido são cada vez mais exigentes na escolha do produto cultural que lhes é oferecido, não prescindindo, por outro lado, da sua própria participação a qual passa pela integração em grupos, colectividades e associações que lhes permitam realizar os seus projectos.

Não é de estranhar, pois, o espectacular alargamento deste movimento, vivo e dinâmico, que reanima ou cria museus e bibliotecas, centros culturais e desportivos, e que se manifesta nas suas mais variadíssimas expressões artísticas e culturais. ■

NEGATIVO

• Atentar no que tem sido a atitude e a acção dos governos PS, PSD e CDS e da quase generalidade das suas maiorias nos executivos autárquicos em relação ao património cultural, e especificamente em relação ao património histórico edificado, é ter um dos quadros possíveis de uma política antinacional. De Braga a Lagos e a quase toda a faixa costeira algarvia, em Lisboa ou em Vila do Conde, Viseu, Covilhã ou Santarém, sucedem-se os vandalismos que subvertem tecidos urbanísticos históricos. Se nalguns casos se trata «apenas» de incúria, não é abusivo dizer que a maior parte, a mais grave e irremediável, tem por base a especulação imobiliária, tolerada ou mesmo fomentada pelos próprios executivos camarários.

• A destruição da igreja românica de Joane (Famalicão), incluindo o seu fresco quinhentista; o desaparecimento, por roubo ou extravio, de peças de arte sacra da Biblioteca Anselmo Braamcamp Freire de Santarém, do Museu do Caramulo ou da Igreja da Serra do Bouro, Caldas da Rainha; a depredação da jeira romana do Parque Nacional da Peneda-Gerês na Portela do Homem, com o arrasamento de alguns marcos miliários do troço do viário romano, são exemplos avulsos de crime cometidos contra o património histórico em que estão envolvidos autarquias do PS, PSD e CDS e, cúmplice ou indiferente, o governo central.

• Em Braga, o centro histórico vem sendo povoado de aberrações urbanísticas, como o centro comercial Santa Cruz. Outra aberração é o edifício Granjinhos, para comércio e habitação, construído em zona de Protecção do Hospital e da Fonte do Ídolo, monumento românico. A «Antiga Creche», edifício classificado, foi destruída e substituída por outro centro comercial, o do Rechincho. Em todos estes casos, Mesquita Machado, presidente da Câmara, aparece como padrinho, quando não «agente».

• Lisboa, no que respeita também a património edificado, conheceu durante os mandados de Abecasis dos mais negros anos de toda a sua história. A destruição de zonas e edifícios históricos (Avenida da República, Saldanha, Avenida da Liberdade, Martim Moniz), alguns — como o Monumental — em bom estado de conservação, e os projectos alternativos aberrantes, descaracterizam e comprometem irremediavelmente o tecido urbano, atentam contra as condições de vida da população e expulsam-na aceleradamente da cidade.

• Outros irremediáveis atentados — como foi o caso da sala ogival do Castelo de S. Jorge, «adaptada» a restaurante de luxo e «sala de recepções» da presidência do município por determinação de Abecasis — são por outro lado claros exemplos de esbanjamento dos dinheiros municipais, em contrapartida recusados a projectos que beneficiem a população.

...etc.!

a TV

RTP ao serviço de Reagan

Raras vezes a Televisão portuguesa se terá revelado tão descaradamente sujeita ao governo americano como nos dias que precederam a Cimeira de Genebra.

Não apenas ao governo americano mas também às forças que, cegamente, conduzem o mundo a um passo do abismo.

O **Telejornal** tudo faz para envenenar a opinião pública, para a manietar num estado de prostração, de cepticismo. Empolaram as declarações provenientes de Washington, salientaram a torto e a direito os pontos (e até os **possíveis** pontos...) de divergência entre as duas potências. A **guerra das estrelas** aparecia sempre como medida de defesa tomada por Reagan enquanto as iniciativas de paz da União Soviética eram apresentadas como «medidas de propaganda...».

Pormenor curioso: nas imagens da demonstração pacífica em Genebra, Telejornal descobriu cartazes com determinadas palavras de ordem mas esqueceu-se de traduzir um cartaz que, em primeiro plano, pedia que se pusesse fim «às guerras imperialistas...».

Telejornal é uma estranha voz ao serviço das forças da guerra. Seu patrono é Reagan e está tudo dito...

Já nem a banha de cobra consegue vender...

A barragem de artilharia a favor de Freitas e Soares atinge uma inaudita violência. Não há praticamente uma emissão do Telejornal em que o assunto não venha à baila. Lá repartem o bolo irmamente, como almas gémeas que são. Isto a dois meses das eleições presidenciais e quando, antes dessas, se perfilam as eleições autárquicas...

É interessante verificar que a propaganda pró-Soares se tem revelado, até agora, altamente negativa para o «candidato friend». Ele aparece sempre em círculos restritos, em ambientes de estufa. Povo é coisa que não se vê por aqueles lados. A conta preferida de Soares é a meia-dúzia. Sempre de cabeça baixa, macambúzio, só papadas e olheiras e os vincos das noites mal dormidas. Retrato perfeito da falta de confiança. Então aquela cena da apresentação de candidatura, feita pelo Barreto, mais parecia uma apresentação de condolências, num ambiente de casa mortuária.

O próprio Soares (perdido por um, perdido por cem...) já se deixou de escusados pudores, mandou o viochene às urtigas, mostra-se agora tal qual é, um candidato da direita. Prova exuberante disso tivémo-la no comentário que fez perante as câmaras do Telejornal (claro!) a propósito da candidatura do dr. Salgado Zenha.

O seu mal chama-se seis de Outubro. E o Soares era um dos que para quem as eleições não iam resolver nada, ia tudo ficar na mesma...

... Agora, o vendedor da banha de cobra já não vende nem sequer a sua própria banha.

A emissão pirata e os cúmplices

Eles eram meia-dúzia, como sempre. A Televisão não gosta de muita gente, de povo. A sua preferência muito especial vai para um simpósio, um seminário, uma recepçãozita.

Assim foi, desta vez. Eram meia-dúzia e manejavam um brinquedo chamado Televisão. Diziam, na sua linguagem convencida, que a «televisão privada dava os primeiros passos...».

Aquilo, bem contado, daria uma anedota, um destes casos sociais de largo riso que fariam a delícia de Eça de Queirós.

Eles bem podem dizer que a tarefa não custa nada a realizar, que até está mesmo à mão. Só que emitir em regime de brincadeira é uma coisa, e emitir a sério é outra completamente diferente. É diferente a TV em circuito fechado e a TV em circuito nacional...

Então avançam com a possibilidade de ocupar o **segundo canal** da RTP... em regime de concessão. Ou seja, na impossibilidade de tornear legalmente o problema (a Constituição, esse grande obstáculo...) ou seja, na impossibilidade de impor a televisão privada por fora, pretendem impô-la... por dentro.

O Estado paga e eles usam!

A repórter encarregada do serviço pôs no fim do seu trabalho, uma pergunta: **Qual a legalidade desta emissão?**

Pergunta incómoda, é certo. Questão fulcral. Ou seja: como é que num **Estado de Direito** estas situações de facto consumado são admissíveis?...

Onde estão os cúmplices ao mais alto nível?...

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

A lógica das candidaturas presidenciais

Desinformação: eis as características básicas do que tem sido escrito nos últimos dias na imprensa portuguesa sobre eleições presidenciais. Os «analistas» — certos «analistas» — saltam de argumento para argumento com espantosa agilidade. Objectivo central: impedir a convergência e concentração de todos os votos democratas num único candidato democrático de consenso.

Objectivo: desfocagem

● «O que se pretende é, na verdade, **desfocar o debate político sobre as presidenciais** da sua verdadeira natureza, objectivos e importância.

Quando o importante e o essencial para todos os democratas é encontrar o candidato que estará em condições de recolher, pelo menos, **3 milhões de votos** capazes de garantirem a sua eleição e assegurar, assim, a continuidade de uma linha estabilizadora do regime democrático na Presidência da República, eis que — nomeadamente da parte de apoiantes da candidatura da eng. Lurdes Pintasilgo — se procura, sistematicamente, **criar e alimentar falsas alternativas e dilemas**. Primeiro foi a «rábula» entre candidato civil ou militar. Agora é o sexo e a profissão erigidos em critério de selecção política de um candidato à Presidência da República. Que outros equívocos e mistificações nos reservarão para os próximos dias?

Quando o importante e o essencial para todos os democratas é assegurar, no mínimo, uma **convergência e concentração de todos os votos num único candidato democrático** —o que implica e pressupõe, ao menos, um consenso verificado entre forças partidárias, personalidades e sensibilidades do campo democrático — eis que há quem confunda, deliberadamente, esta necessidade com hipotéticas negociações «de poderes constitucionais do futuro PR, a troco de apoios partidários para a sua eleição» ou que procure, abusivamente e ao arrepio de todas as evidências, identificar a desejável independência no exercício do cargo do Presidente da República com a ausência obrigatória de filiação partidária do seu titular.

Quando o importante e o essencial para todos os democratas é assegurar que — parafraseando o major Sousa e Castro — as eleições presidenciais não constituam um qualquer Alcácer-Quibir para o regime democrático, mas ao contrário, sejam o dobrar de mais um marco que abra à vida política nacional o caminho esperançoso da rápida construção de uma alternativa democrática, eis que há quem defenda, explicitamente ou não, que «mais importante do que uma eventual vitória nas presidenciais é haver uma candidatura que deixe um sulco, uma marca funda no tecido da Nação».

Este conjunto de equívocos e sofismas com que, a 2 meses apenas das presidenciais, elementos altamente representativos de uma candidatura e a própria candidata avançam diariamente, é em si bastante significativo de uma certa forma de conceber e estar nesta batalha política.

É que a tese de que **«perder também será ganhar»** — além de esconder uma profunda insensibilidade perante a imperiosa necessidade de vitória democrática nas presidenciais, para tornar mais fácil, curta e eficaz a solução dos angustiantes problemas económicos, sociais e políticos que afligem milhões de portugueses — explica muitos dos comportamentos que, nos últimos meses, têm sido típicos e característicos de destacados apoiantes e promotores da candidatura de Lurdes Pintassilgo.

Explica, por exemplo, a sistemática obstinação com que — ao arrepio do mais elementar bom senso político — se têm tentado colocar forças e sectores políticos essenciais para o êxito de qualquer candidatura democrática, perante **factos consumados**, esperando que, na hora de votar, os respectivos eleitorados corram atrás da miragem e da ilusão alimentada no dinamismo e simpatia pessoal de uma concreta candidata.

Explica, por exemplo —, não obstante a independência partidária da candidata e da maioria dos seus apoiantes — a **estreiteza sectária, pessoalista e pessoalizada** com que frequentemente têm reagido e reagem aos apelos que, serenamente, ao longo de meses têm sido feitos para que evitem — na crispação de afirmações e na cristalização e precipitação de decisões — prejuízos que podem ser irreparáveis para o objectivo central a atingir: **garantir a eleição de um candidato que, na Presidência da República, seja garante do respeito pela Constituição de Abril e continuador da linha de estabilização democrática que nos últimos 9 anos caracterizou, no essencial, a acção daquele órgão de soberania.»**

(V. P. Morais, «o diário», 17 Novembro)

Ângelo Veloso: «do que se trata»

● «Ângelo Veloso afirmou que as razões da sua candidatura "são claras, neste momento".

"Nós temos definido que não é uma candidatura para ir até ao fim, excepto em situações extremas", acrescentou. "É uma candidatura para alertar para o projecto extremamente perigoso da direita e para contribuir, decisivamente, para unir os democratas em torno de um democrata a eleger".

Depois de sublinhar a importante alteração do quadro partidário introduzida pelas recentes legislativas, o candidato do PCP frisou que a direita se apresenta nas eleições presidenciais "com o objectivo central de recuperar da derrota de 6 de Outubro".

(...)

"Do que se trata", frisou, "é de com lucidez, com uma grande lucidez, excluirmos questões secundárias e assumir a responsabilidade serena das opções que temos de fazer nestas duas direcções: derrotar a direita, fazer vencer o candidato democrático".

O candidato comunista lembrou que "o quadro de 6 de Outubro é o mais objectivo que existe" e disse que "o que fica claro é que os democratas têm de fazer convergir os seus votos". "Todos, porque a situação é muito perigosa".

"Temos de construir um caminho que conduza à vitória necessária, à vitória certa, à vitória da democracia", sublinhou Ângelo Veloso. "Para que esta vitória se verifique, nós dizemos, é preciso que convirjam todos os votos e, antes disso, que a gente se entenda, que se encontre em torno de um candidato aquilo que a gente tem designado por um consenso verificado".»

(«o diário», 18 Novembro)

A cada analista sua resposta

● «A candidatura de Salgado Zenha assenta em várias "situações equívocas" que provavelmente nunca se esclarecerão.

O primeiro problema é este: Ramalho Eanes apoia **convictamente** Zenha ou apenas o apoia por considerar isso uma "obrigação moral"?

A questão põe-se porque, ao decidir candidatar-se à Presidência, Salgado Zenha colocou Eanes numa situação muitíssimo difícil.

(J. A. Saraiva, «Expresso», 16 Novembro)

● «O Presidente da República, general Ramalho Eanes, exprimiu o seu "apoio aberto e sem reservas" à candidatura de Salgado Zenha.

Numa carta enviada no sábado a Zenha — um dia depois de este ter anunciado publicamente a sua candidatura — e ontem divulgada, Eanes afirma que o candidato Salgado Zenha "reúne todas as condições para exercer o cargo a que concorre com inteira competência e absoluto rigor e, segundo creio, para a maioria dos cidadãos, tal como eu, sintam orgulho em se verem representados por si".»

(«o diário», 18 Novembro)

Pontos Cardeais

Bebedeiras

Óscar Acúrsio, «graxa» que a «Chuva na Areia» exumou recentemente para o grande público, utilizou alegremente a personagem que lhe deu vida na telenovela para andar a dizer aos portugueses, em nome do CDS, que «é preciso dar uma volta a isto». Afinal foi «isto» que lhes deu uma volta — a ele e ao CDS — o que, certamente, não figurava nos cálculos nem de um, nem de outro. Acúrsio, entretanto, já tirou o cavalinho da chuva confessando, em recente entrevista recolhida pelo «Diário de Notícias»: **«embebedo-me um pouco com a minha conversa»**.
Pois é, mas o pobre do dr. Lucas Pires é que apanhou o «pifo»...

Quem manda

Comentando a carta que o general Ramalho Eanes enviou a Salgado Zenha manifestando público apoio à sua candidatura presidencial, Freitas do Amaral, segundo «O Dia», confundindo deliberadamente o cargo com a pessoa, comentou: **«O Presidente da República não manda no eleitorado, que é soberano e livre para fazer valer, pelo voto, as suas preferências»**.
O candidato Freitas disse isto na República Federal da Alemanha, onde se deslocou, conforme confessou noutra faladura, para um contacto com o chanceler Kohl **«que serviu para abordar a situação política internacional, além das perspectivas para as eleições presidenciais em Portugal»**.
Quer dizer: o «Presidente da República» não manda no eleitorado português — quem está em boas condições para isso é o chanceler Helmut Kohl...

Olé

«José Luis Sanchez — dizem os jornais — especialista espanhol de "marketing político" que tem trabalhado com o PSD, desde 1980, mantém as suas funções para as eleições autárquicas». Daí que o PSD se prepare para «autárquicas à espanhola» e mantenha tais colaboradores dado que «não se mexe numa equipa que vence».
Ao PSD já não lhe basta o «vira», que tão bem tem executado nos tablados eleitorais — agora quer-lhe acrescentar o «olé». Muito nos vamos rir quando o eleitorado se virar para os saltitantes pêpêdês e lhes disser, com aquele enviesado bordaliano: **olá**...

Apoios

Esta coisa dos apoios tem a sua importância. Até a parca inteligência do professor Freitas, no seu desassossego presidencial, o descobriu, citando: «diz-me com quem vais, dir-te-ei quem és...» Na sua peugada, Mário Soares comentou, a propósito da candidatura de Zenha, que, desde já, os apoios — que adivinhava, mais do que constatava, porque eles se não haviam tornado públicos — a reunir pelo antigo número dois socialista eram «maus». E enumerou-os: o PCP, o PRD e Eanes, os militares do ex-Conselho da Revolução...
Afirmação simplesmente retumbante. Não porque o secretário-geral actual do PS houvesse (pelo menos para já) acertado como um Zandinga nos apoios reunidos ou a reunir por Salgado Zenha. Mas pelo que revela quanto ao seu próprio — de Soares — posicionamento! Com efeito, excluindo de si o apoio do PCP, do PRD e dos militares de Abril, onde fica colocado, por sua própria mão e vontade, Mário Soares? Com a devida vénia, respondemos nós: fica colocado onde sempre desejou e onde bastas vezes demonstrou situar-se — do lado de lá de Abril. Tal como quando se retirou para o silêncio, em silêncio apoiando Soares Carneiro à presidência...

Tem graça ouvi-los

O secretário-geral dos trabalhadores pêpêdês da UGT de Coimbra desatou aos pulos por causa das posições que o secretariado executivo da UGT tem vindo a tomar, desde 6 de Outubro, com destaque para o secretário-geral, o socialista Torres Couto, cujo, imagine-se!, utiliza **«uma linguagem e assume posições claramente distintas das que vinha adoptando, face ao anterior governo»**.
Verifica-se, mais uma vez, que, na UGT, os respectivos dirigentes não discutem por causa de linhas de estratégia sindical em defesa dos interesses dos seus filiados — embrulham-se nos apoios a dar ou a não dar aos governos; que na UGT não se reivindica, em nome dos trabalhadores, face a qualquer governo — anda-se à sarrafada para se decidir qual deles anda mais beneficiado de apoios, para uma distribuição correcta, uma melhor «justiça social»...
Já cá se sabia. Mas tem graça ouvi-los...

Já não é sem tempo

O «novo» secretário de Estado da Administração Escolar, Simões Alberto, revelou durante uma visita **a obras** em várias escolas algarvias, que **«o Governo vai adjudicar até ao final do corrente ano um pacote de 60 novas escolas em todo o País»**.
Pelas nossas contas, e assim muito por alto, estas perfazem umas 10 000 escolas prometidas por governantes do PSD, de há seis anos para cá. A este ritmo, e se a Educação continuar mais uns tempos nas mãos «sociais-democratas», teremos em breve uma escola para cada filho, o que é, sem sombra de dúvida, um caso único no mundo!

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

O embaixador ianque
fala sempre de palanque
quando está em Portugal.
Que é que ele pensa, afinal
pra falar desaustinado?
A julgar pelo que diz
pensa que o nosso país
é um país... ocupado...

O governo soarista
e o governo cavaquista
vão fazendo a continência.
Que pensam da independência?
Não perguntem: está à vista...

II

O Freitas, o Cavaco e Companhia
enchem a boca com democracia...

Democracia onde cabem, pela peneira,
mais o Júdice, o Eurico e o Moreira,

o Soares, o Barreto, o Valente Guedes
e outros tubarões que vêm nas redes...

Quanto ao povo, enfim, isso não conta,
falar-se dele até lhes cheira a afronta...

Eles, os tais, que finda a empreitada,
são cinza, pó e nada...

III

Diz o Soares assim
cabecinha leve e tonta:
«O povô, votando em mim,
já sabe bem com o que conta...»

Cabecinha leve e tonta
reforça mais o chinfrim:
«O povo sabe o que conta
se quiser votar em mim...»

E o povo que não é tonto,
diz como quem o repele:
— Por já saber com o que conto
é que eu cá não voto nele...

IV

Da Direita segue o curso
o Cavaco. E o seu discurso
tem a voz, o gesto, a traça
de uma mensagem farsista.
Aquilo, está mesmo à vista,
não é discurso: é ameaça...

Mal anda e sempre desanda
quem pensa que a História anda
à moda de alguém! De novo
— há que trazer à memória... —
Cavaco não faz a História
quem faz a História — é o Povo!

Agenda

Avante!
Ano 53 – Série VII
N.º 621
21 de Novembro de 1985
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Quinta 21

• **V. FRANCA DE XIRA**
Sessão de esclarecimento, em Povos, com a participação do presidente da Junta de Freguesia, 21.00 h.

• **MONTIJO**
Sessão de esclarecimento no Águias Negras Futebol Clube, seguida de espectáculo com artistas locais, 21.30 h.
Sessão de esclarecimento na Sociedade Recreativa Areias com a participação de candidatos, 21.30h.

• **SANTIAGO DO CACÉM**
Às 15.00, plenário da APU em Ermidas-Aldeia.

Sexta 22

• **LISBOA**
Comício no Pavilhão dos Desportos, com início às 21.30, promovido pela DORL do PCP sob o lema «Trabalho, Honestidade, Competência – Autarquias ao Serviço das Populações de Lisboa». Intervenções de **Álvaro Cunhal**, secretário geral do PCP, Carlos Carvalhas, candidato da APU à presidência da CM de Lisboa, e Martins Coelho, da DORL.

• **MATOSINHOS**
Sessão de esclarecimento na Escola do Bairro dos Pescadores, 21.30 h.

• **BRAGA**
Sessão de esclarecimento em Aveleda, na Escola Primária do Lugar do Monte, 21.00 h.

• **CORUCHE**
Em Santana do Mato, sessão para apresentação dos candidatos da APU à Assembleia de Freguesia, 21.00 h.

• **CHAMUSCA**
Reunião geral de militantes em Vale de Cavalos, com a participação do camarada Raimundo Cabral, 21.00 h.

• **SETÚBAL**
Apresentação dos candidatos à Câmara e à Assembleia Municipal — sessão no Salão Nobre da CM, com intervenções dos cabeças de listas e do camarada Carlos Ramildes, 21.15 h.

• **BARREIRO**
Sessão com os candidatos da freguesia de Palhais.
Na colectividade. Sessão com os candidatos de Santo André. No Clube Recreativo da Quinta da Lomba.

• **MONTIJO**
Sessão de esclarecimento, seguida de espectáculo, na Soc. Recreativa Atalaiense.
Em Pegões, e também seguida de espectáculo, sessão na Soc. Recreativa Cruzamento, 21.00 h.

• **SEIXAL**
Sessão de apresentação dos candidatos. Independente Fut. Clube Torrense, 21.30 h.

• **SESIMBRA**
Apresentação dos candidatos da APU e espectáculo com Sérgio Godinho. A partir das 21.00, na Soc. Musical Sesimbrense.

• **SINES**
No Salão Nobre da Câmara, 21.00, sessão da APU dedicada a construtores civis.

• **GAIA**
No Espaço APU no edifício Pão de Açúcar, debate sobre saúde, 21.30.

Sábado 23

• **LISBOA**
Carlos Carvalhas em Marvila — visita à freguesia e encontros com a população.
Sessão de apresentação dos candidatos da APU à AF de Santo Condestável. Às 21.00, na Escola Manuel da Maia. Espectáculo com «Fado de Abril».

• **VILA FRANCA DE XIRA**
Ângelo Veloso em sessão de esclarecimento promovida pela organização local do PCP, às 21.30 h.
Na Castanheira, a partir das 9.30, convívio com os candidatos da freguesia no Lugar da Vala. Participação do camarada Abílio Martins.
Sessão de esclarecimento em Trancoso-S. João dos Montes, com o camarada José António Veríssimo, 21.30 h.

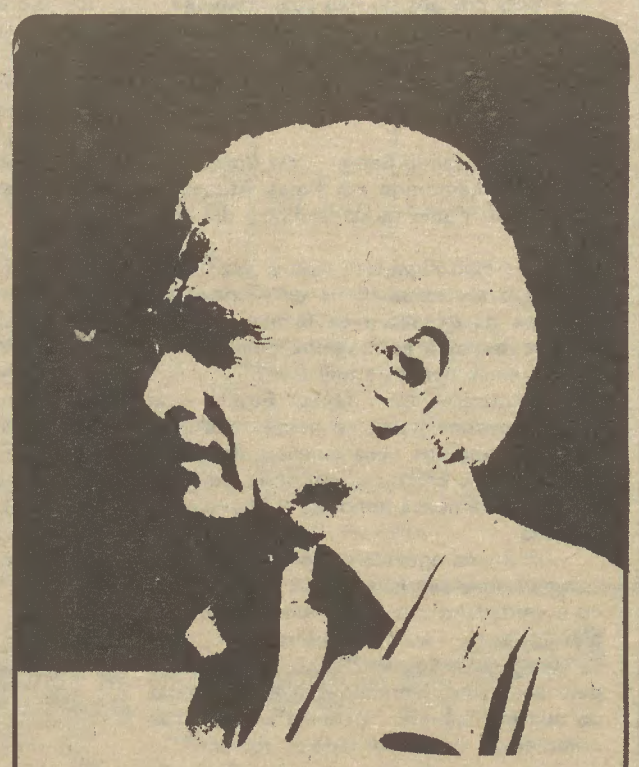
• **ALVERCA**
Sessão de apresentação dos candidatos. Em A-dos-Melros, 21.30.

• **VIALONGA**
Sessão de esclarecimento na Fonte Santa, 21.30 h.

• **PAÇO D'ARCOS**
Porta-a-porta no Bairro J. Pimenta.

• **AMADORA**
Plenário de militantes das empresas da zona industrial de Queluz de Baixo. No CT da Amadora, às 15.00, com a participação de José Casanova.

• **ALMADA**
No CT do Feijó, às 21.00, plenário da organização local do Feijó.



Álvaro Cunhal

COMÍCIO

LISBOA

PAVILHÃO DOS DESPORTOS

Sexta-feira, dia 22 — 21.30 h

• **LOURES**
Sessão de apresentação dos candidatos à Assembleia de Freguesia de Loures, com a participação de José Brás, presidente da Junta, e de Severiano Falcão, presidente da Câmara. Espectáculo com Carlos Mendes. A partir das 21.00, no refeitório da CM.
Sessões de apresentação dos candidatos às respectivas Assembleias de Freguesia em **Lousa, S. Julião do Tojal, Fanhões** (21.30) e Moscavide (18.00). Porta-a-porta e recolha de fundos em **Apelação.** Sessões de esclarecimento na **Pontinha**, às 21.30: no Casal do Rato e em Porto-Paiã.

• **ALENQUER**
No **Carregado**, comício com a participação do camarada **Octávio Pato.** Apresentação dos candidatos da APU. Associação Desportiva do Carregado, 21.00 h.

• **QUELUZ**
Sessão com a presença dos candidatos à Assembleia de Freguesia. Participação do gen. Vasco Gonçalves, no Salão dos Bombeiros Voluntários, 21.00.

• **S. DOMINGOS DE RANA**
Sessão de esclarecimento em Matocheirinhos, 21.30 h.

• **GAIA**
Sessão de apresentação dos candidatos, no Liceu, 21.30 h.

• **MAIA**
Sessão de apresentação dos candidatos à Câmara e Assembleia Municipal. Escola Preparatória, 15.30.

• **VALONGO**
Apresentação dos candidatos à Ass. de Freguesia de Campo. Salão da Junta de Campo, 15.00.

• **SANTO TIRSO**
Apresentação dos candidatos. Convívio, magusto e espectáculo. Na escola junto à Igreja do Foral, 16.30 h.

• **TROFA**
Convívio para apresentação dos candidatos. Espectáculo com Maria Guinot. Escola do Ciclo, 20.30 h.

• **MATOSINHOS**
Comício de apresentação dos candidatos. Liceu, 15.30.

• **GONDOMAR**
Comício de apresentação dos candidatos. Espectáculo com Samuel. S. Cosme, 15.00 h.

• **PORTO**
Apresentação do programa eleitoral da APU para a cidade do Porto: sessão às 16.00, Cooperativa dos Pedreiros.

• **FEIRA**
Sessão de apresentação dos candidatos aos órgãos concelhios. Espectáculo com Fernando Tordo. Esc. do Ciclo Preparatório de Sta. Maria da Feira, 21.30

• **BRAGA**
Sessão para apresentação dos candidatos à Ass. de Freguesia de Celeiros. Convívio. Escola Nova de Celeiros, 15.00 h.

• **BARREIRO**
Reunião com naturais da zona do Pinhal do distrito de Castelo Branco (Proença-a-Nova, Sertã, Oleiros, Vila de Rei). CT do Barreiro, 16.00.

• **SEIA**
Encontro de candidatos e activistas da APU.

• **MARINHA GRANDE**
Encontro concelhio, aberto à população, de candidatos e Comissões Eleitorais de apoio à APU. Salão do Sport Império Marinhense, 15.00. Convívio com magusto.

• **SANTARÉM**
Romagem ao cemitério de Santarém, de homenagem a Humberto Lopes, às 11.00.
Encontro de candidatos do concelho de Santarém, 14.30, Escola Primária de Olivença.
Sessões em **Manças-Coruche** (16.00), **Vale Verde** (18.30) e **Carreguelra-Chamusca** (21.00). Distribuição de propaganda no mercado de Coruche (8.00) e porta-a-porta em Tramagal, S. Facundo, Chainça e Abrancelha-Abrantes.

• **ALCOCHETE**
Em S. Francisco, apresentação dos candidatos e discussão do programa eleitoral, 21.00 h.

• **MONTIJO**
Sessão na Soc. Recreativa Progresso Afonsoeirense, 21.00.

• **SESIMBRA**
Almoço-convívio promovido pela APU na Soc. Musical Sesimbrense a partir das 13.00. Com Carlos Ramildes.

• **AZEITÃO**
Apresentação dos candidatos das freguesias de S. Simão e S. Lourenço e candidatos da juventude aos órgãos municipais. Espectáculo com Paulo de Carvalho. Casa do Povo de Vila Nogueira de Azeitão, 21.30.

• **SINES**
Sessão de esclarecimento dedicada às mulheres. Centro Recr. Sineense, 16.00.

• **FAMALICÃO**
Sessão de esclarecimento na escola de S. Miguel o Anjo, Calendário. Participação de Margarida Malvar, candidata da APU à presidência da Câmara, 21.30.

Domingo 24

• **LISBOA**
Visita de Carlos Carvalhas à Musgueira (Norte e Sul), de manhã; de tarde, visita à Ameixoeira e participação numa sessão de apresentação dos candidatos da freguesia.

• Reunião de naturais da Zona do Pinhal do distrito de Castelo Branco residentes em Lisboa. No CT Vitória, 15.00.

• **VIALONGO**
Sessão de esclarecimento com **Octávio Pato**. Na Casa do Povo, 17.00.

• **OEIRAS**
Visita dos candidatos ao Bairro da Independência.

• **LOURES**
Convívio em **Santo Antão**, de tarde; porta-a-porta em **Camarate, Santa Iria, Fanhões, Pontinha.**

• **S. PEDRO DA COVA**
Sessão de apresentação dos candidatos à Ass. de Freguesia, 15.00 h.

• **BRAGA**
Em Cabreiros, encontro dos candidatos com a população para discussão do programa eleitoral, 9.00 h.

• **SANTARÉM**
Encontros com a população e porta-a-porta em freguesias de Torres Novas, Chamusca e Abrantes e em Foros de Salvaterra.

• **ALCOCHETE**
Apresentação de candidatos e discussão do programa eleitoral no Samouco, 15.00 h.

• **MONTIJO**
Sessão de esclarecimento em Pegões Velhos, 20.00 h.

• **SEIXAL**
A partir das 16.00, convívio da APU em Miratejo.

• **SINES**
Sessão para pescadores na Sala de Sessões da Câmara, 10.30 h.

• **FAMALICÃO**
Apresentação dos candidatos à Ass. de Freguesia, com a participação de Margarida Malvar, candidata à Presidência da Câmara. Magusto e festa popular com o Grupo de Cavaquinhos de Braga.

• **S. PEDRO DO SUL**
Encontro concelhio dos candidatos da APU. Nas instalações do Cénico, 15 h.

Terça 26

• **LISBOA**
Sessões de esclarecimento com o camarada **Álvaro Cunhal** na Charneca (19.00) e nos Olivais (21.30).

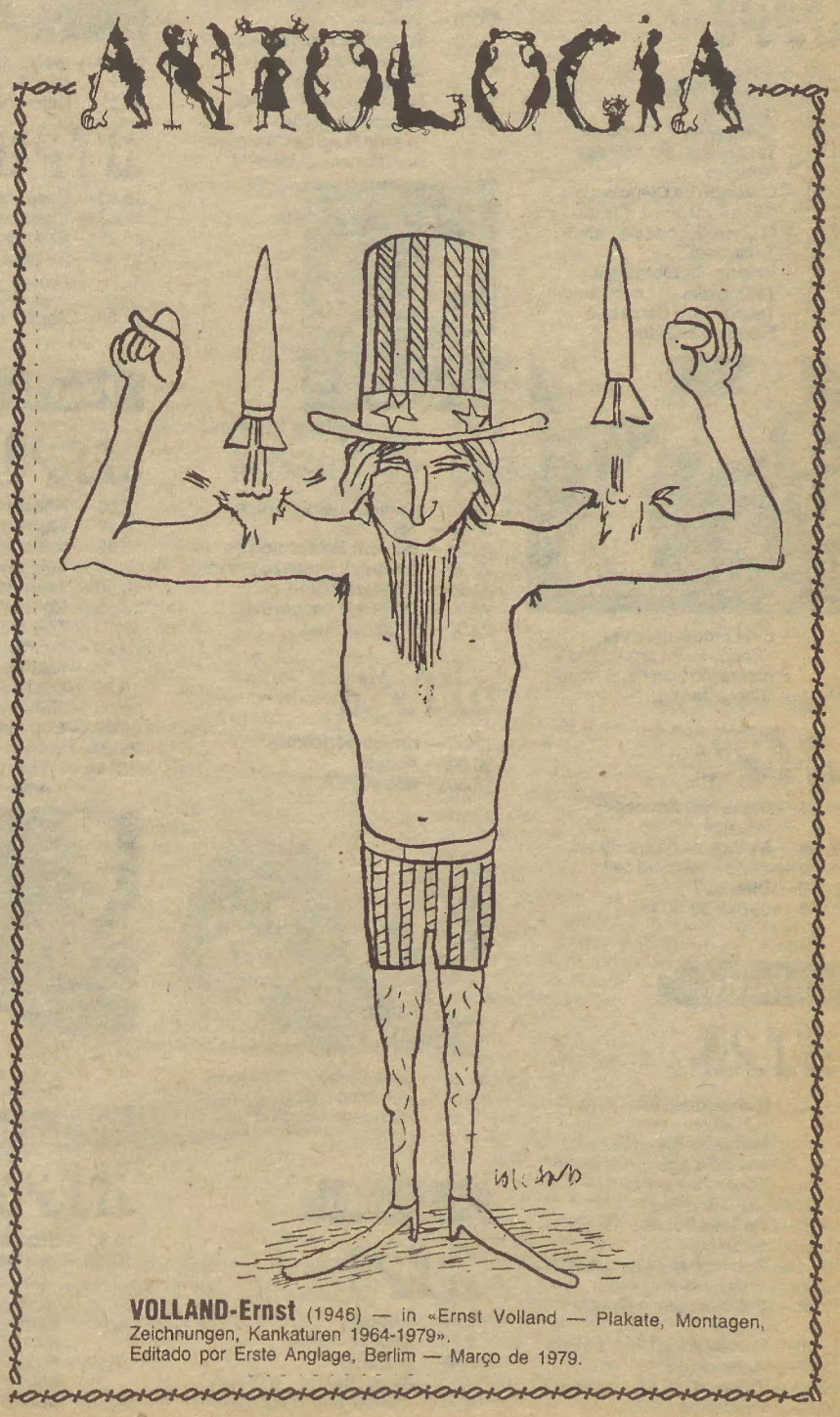
SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

Álvaro Cunhal
Terça, dia 26
Lisboa (Charneca-19 horas; Olivais — 21.30 h)

Ângelo Veloso
Sábado, dia 23 — 21.30 h
Vila Franca de Xira

Octávio Pato
Sábado, dia 23 — 21 horas
Carregado

ANTOLOGIA



VOLLAND-Ernst (1946) — in «Ernst Volland — Plakate, Montagen, Zeichnungen, Kankaturen 1964-1979».
Editado por Erste Anglage, Berlim — Março de 1979.

TV O Programa

Quinta 21

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **Espaço 12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela** – «Origens», 37.º Epis.

18.00 — **Tempo dos Mais Novos** – «As Aventuras de Marco Polo»
18.35 — **Notícias**
18.55 — **Follow Me**
19.20 — **Desporto** – Debate
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «Louco Amor», 99.º Epis.
21.15 — **Série** – «Crime, Disse Ela»
22.20 — **Panorama**
22.30 — **Último Jornal.**

RTP2

19.30 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Conheça Melhor**
20.30 — **Série** – Horizontes de Glória
21.40 — **Da... Música** – Sinfonia n.º 2 («Ressurreição») de Mahler, Orquestra de Jovens da Comunidade Europeia, dir. Claudio Abbado
22.30 — **Jornal da Noite.**

Sexta 22

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **Espaço 12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela** – «Origens»
18.00 — **Tempo dos Mais Novos**
18.35 — **Notícias**
18.50 — **O Mundo da Ciência**
19.20 — **Série** – «O Mar e a Terra»
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «Louco Amor»
21.30 — **Televisão, a Caixa que Mudou o Mundo**

22.30 — **Em Lisboa, uma Vez** – «Happy End», argumento e realização Luís Filipe Costa
23.30 — **Último Jornal.**

RTP2

19.30 — **Desenhos Animados** – «Ferdy»
20.00 — **Medicinas Alternativas**
20.30 — **Série** – «Godard 6x2»
21.30 — **Directo/2**
22.30 — **Jornal da Noite.**

Sábado 23

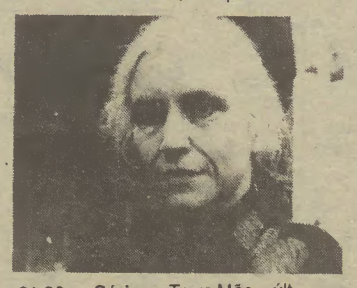
RTP1

11.30 — **Tempo dos Mais Novos** – «O Canteiro dos Malmequeres», «Era uma Vez o Espaço», «Vidas em Perigo» e «Jornalinho»
14.00 — **Dar e Receber**
14.25 — **Os Três Dukes**
15.25 — **Sport Billy**
16.00 — **Retrospectiva da Semana**
16.30 — **Programa Musical**
17.30 — **O Dia em que o Mundo Mudou**
18.15 — **Museu do Louvre**, 3.º Epis.
19.05 — **Parlamento**
19.45 — **Totoloto**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Série** – «A Grande Barraca»
21.10 — **Série** – «Rabo de Saia»

22.00 — **Aplauso** – Diana Ross
23.00 — **Último Jornal**
23.15 — **Sábado Especial** – «A Noite dos Mortos-Vivos», real. George Romero (EUA/1968).

RTP2

18.30 — **Troféu**
20.00 — **RTP/Brasil**
20.30 — **Série** – «O Tempo dos Cardeais», 1.º Epis.



21.30 — **Série** – «Terra Mãe», últ. epis.

Domingo 24

RTP1

10.30 — **70 Vezes 7**
11.00 — **Missa**
12.00 — **Tempo dos Mais Novos** – «Sítio do Picapau Amarelo»
13.00 — **TV Rural**
13.30 — **Tempo dos Mais Novos** – «Maestro e Comp.ª» e Concurso Arco Iris
15.00 — **No Mundo do Fraggles**
15.30 — **Sessão da Tarde** – «A Grande Noite de Casanova», real. Norman Z. McLeod

17.00 — **A Amazónia de Cousteau**, 1.º Epis.
18.00 — **O Outro Lado da Crise**
19.00 — **Top Disco**
19.50 — **Como, Quem, Porquê?**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Boletim Meteorológico**
20.30 — **Portugal, Passado Presente**
21.00 — **Badarosissimo**
22.00 — **Domingo Desportivo**
23.00 — **Último Jornal.**

RTP2

19.30 — **Novos Horizontes**
20.00 — **Adágio**
20.30 — **Nós por Cá**

21.30 — **Cine-Clube** – «O Deserto Vermelho», real. Michelangelo Antonioni (1964).

Segunda 25

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **Espaço 12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela** — «Origens»
18.00 — **Tempo dos Mais Novos**
18.35 — **Notícias**
18.50 — **Desportivamente**
19.15 — **Série** — «A Revolução Liberal», 1.º programa
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Bol. Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** «Louco Amor»
21.15 — **Concurso 1 – 2 – 3.** Tema: «A Rádio»
23.30 — **Último Jornal**

RTP2

19.30 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Teatro para Sempre** — «Rei Lear», de Shakespeare, encenação de Giorgio Strehler/1977
23.15 — **Jornal da Noite.**

Terça 26

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **Espaço 12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela** — «Origens»
18.00 — **Tempo dos Mais Novos**
18.35 — **Notícias**
18.50 — **Século XX** — «China em Marcha»
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Bol. Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** — «Louco Amor»
21.30 — **Imagens em Movimento** — «Os Irmãos Lumière»
22.00 — **Programa da Direcção de Informação**

23.10 — **Série** — «O Homem Invisível»
23.35 — **Último Jornal**

RTP2

19.30 — **Desenhos Animados**
19.55 — **Videopolis**
20.25 — **Falar de Macau**
21.00 — **Sessão das Nove** — «Muriel», real. Alain Resnais/1963
22.30 — **Jornal da Noite.**

Quarta 27

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **Espaço 12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela** — «Origens»
18.00 — **Tempos dos Mais Novos**
18.35 — **Notícias**
18.50 — **Trânsito**
19.20 — **Opinião Pública** — «A Escola que Queremos»
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Bol. Meteorológico**
20.30 — **Vamos Jogar no Totobola**
20.40 — **Telenovela** — «Louco Amor»

21.30 — **Noite de Cinema** — «Fitas Loucas», real. Stanley Donen
23.00 — **Informação Desportiva**
23.15 — **Último Jornal**

RTP2

19.30 — **Desenhos Animados**
19.50 — **Artistas Portugueses** — «Jorge Barradas — Uma poética para a Cerâmica»
20.30 — **Série «A História do Petróleo», 5.º Epis.**
21.30 — **Filmoteca TV** — «Os Fidalgos da Casa Mourisca»
22.30 — **Jornal da Noite.**

Livros

«Quando Quero Chorar Não Choro», de Miguel Otero Silva. Editorial Caminho, colecção «Na estrada do futuro». Preço de capa: 600$00.

«**O magistrado** (da Roma imperial) **impõe silêncio batendo com o malho de madeira, punho censório do poder judicial.**

— Sois cristãos ou não sois cristãos? – desta vez o togado não está com rodeios.

— Cremos em Deus Padre Todo-Poderoso – diz Severo.

— E no seu filho Nosso Senhor – diz Severiano.

— E no Espírito Santo — diz Carpóforo.

— E cagamo-nos em Palas Ateneia e nos demais inquilinos do Olimpo – diz Vitorino.

(...) — Isso significa – diz o juiz – que vos declarais maus filhos da pátria, destruidores da religião e da família, agentes de uma teologia estrangeira, deslustradores da vossa honra de militares?

— Declaramo-nos – replica Severo – os mais autênticos filhos da pátria, mas cristãos, os membros mais amantes da nossa família, mas cristãos, os mais zelosos guardiães da nossa honra de militares, mas cristãos.

— E nunca agentes de uma teologia estrangeira mas sim fiéis servos do Deus único e verdadeiro que não é estrangeiro mas sim universal – atira Carpóforo.

Apaga-se o sorriso do juiz, abandonado pelo sarcasmo socrático que era o carcaz da sua inteligência. Ficam-lhe as pedradas aristotélicas do orador estóico romano».

Esta cena passa-se em plena Roma do imperador Diocleciano, o que, segundo registos históricos e a interpretação do autor do presente texto, procurou salvar o império partindo-o aos bocados e repartindo-o por tetrarcas (uma coisa tipo «coligação imperial»), atacando, simultaneamente e com todo o vigor, o que ele considerava o inimigo principal: o cristianismo florescente. Ele próprio o explica, mais adiante, quando adverte que «**o cristianismo já não é aquele punhado de pregadores andrajosos, não a escória de que Celso falava, mas uma maquinaria compaginada e recalcitrante, sectária como os judeus, filosofante como os gregos, casmurra como os árabes, visionária como os hindus, sofredora como os chineses, colonizadora como os romanos. E virtuosos, os grandes cabrões, para nos chatearem ainda mais**». E ele próprio o constata, ao se alarmar nos seguintes termos:

«**Quando chegou aos meus ouvidos que Sebastião, o tribuno da primeira coorte pretoriana, colocava os sermões do seu pontífice acima das ordens do seu imperador; que Maurício, chefe da Legião Tebana, se negava a sacrificar aos deuses desacatando as ordens do seu imperador hierárquico; quando vi milicianos de pêlo no peito, ontem panteras para combater, cada um com cem cadáveres de bárbaros a seu crédito, quando os vi submetidos a um catecismo bobalhão que lhes ordenava: ama o teu inimigo, oferece a outra face, compreendi que a minha obra de reconstrução estava a dois dedos do abismo, porque o exército sem disciplina não é exército, exército sem fúria também não é exército, e se Roma chega a perder o seu exército, arrivederci Roma**».

Sabendo-se, como se sabe, que o autor destas saborosas incursões «históricas», respigadas do «Quando Quero Chorar não Choro», é o venezuelano Miguel Otero Silva, deixa de parecer implícita, para se tornar óbvia, a metáfora que, no texto e através duma hilariante reconstrução da época de Diocleciano, ataca ferozmente a degradante situação político-social da quase generalidade da América Latina. Só que o livro não se esgota aí — em rigor, **começa por aí**. A rábula histórica é apenas um «**Prólogo cristão com abomináveis interrupções de um imperador romano**» a introduzir um texto que, como acertadamente se anuncia na apresentação da badana, «transcreve, na história de três jovens homónimos — Vitorino Pérez, Vitorino Perdomo e Vitorino Peralta — uma vigorosa imagem da realidade social e política venezuelana, através de uma técnica variadíssima, segura e eficaz, que não recua perante as mais ousadas rupturas da estrutura novelística tradicional».

E fá-lo numa linguagem surpreendente, estruturando imaginários prodigiosos, trilhando, connosco, uma ficção onde as cumplicidades não têm limites. E onde, na esquina de mais um parágrafo de tirar o fôlego, se abandona por momentos o cálice de humor apaixonado que nos vai servindo a história, para derramar na mesa de leitura referências como esta:

«**Diz outro parágrafo do relatório: "determinar se o defunto saltou voluntariamente da janela do quarto andar como asseveram as declarações do senhor ministro do Interior, ou se foi empurrado por terceiros, em qual caso se trataria de um homicídio, é questão que por falta de elementos de prova escapa à possibilidade de conclusão desta Comissão. É indubitável que a versão do suicídio, tendo em consideração em que se encontrava o defunto "algemado com as mãos atrás das costas", momentos antes de produzir-se a sua morte, assim como a localização e altura do peitoril da janela por onde dizem que se lançou, e algumas outras circunstâncias mais, tornam duvidosa a versão do suicídio. Mas, a seriedade deste juízo obriga a uma cabal apreciação das provas e, como no direito comum, a ater-se ao alegado e provado nos autos, sem poder tirar conclusões para além disso**».

Conclusões, mesmo, tirarão os leitores ao lerem «Quando Quero Chorar não Choro». E das boas, podem crer.

Cinema — A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Amantes	★★★	★★★★	★★★★	—	★★★★
B A Companhia dos Lobos	★	★★	★★	—	—
C Eu Vos Saúdo Maria	★	★★★	★★★	—	★
D História Interminável	★	—	★	—	★★
E O Justiceiro Solitário	★★★	—	—	—	—
F A Rosa Púrpura do Cairo	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
G Siberíada	★★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★★	—

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. John Cassavetes – **Quarteto/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.15, 23.30) — **Lisboa**.
B — Real. Neil Jordan — **Alfa/3** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 23.45) — **Berna** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Mundial** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Nimas** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa.**
C — Real. Jean-Luc Godard – **N'Gola** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.45) – **Lisboa**.
D — Real. Wolfgang Peterson – **Alfa/Clube** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 23.45) — **Amoreiras/2** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 23.45) — **Caleidoscópio** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Fonte Nova/1** (14.15, 17.00, 19.15, 21.45) — **Lisboa**.
E — Real. Clint Eastwood – **Castil** (15.30, 18.30, 21.30) — **Império** (15.15, 18.30, 21.30) — **Lisboa.**
F — Real. Woody Allen – **Hollywood/2** (14.15, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — **S. Jorge/2** (15.00, 17.00, 19.00, 21.45) — **Lisboa**.
G — Real. Andrei Kontchalovski – **Estúdio 444** (15.30, 18.30, 21.30) — **Lisboa**.

Teatro — O Cartaz

• LISBOA

Comuna, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb. 21.30; dom. 17.00; **Amadis**, de Abel Neves, enc. João Mota.

Sala-Dois: De segunda a sáb./22.00; dom/15.30. **O Túnel.**

Maria Vitória, Pq. Mayer. **Não Batam Mais no Zezinho**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.30.

Nac. D. Maria II, De 3.ª a sábado, às 21.30, sábado e domingo às 16 h **O Morgado de Fafe em Lisboa**, de Camilo Castelo Branco, enc. Ruy de Matos.

Sala Experimental, de 3.ª a sáb., 21.45; sáb. e dom. 16.30; **O Marinheiro ou Hamlet e o Pavor do Desconhecido**, textos de Pessoa e Shakespeare, enc. Norberto Barroca — Grupo Fernando Pessoa (Até 24/11).

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00. **Tu e Eu**, de F. Karl Waechter, enc. João Lourenço.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a Sáb/21 h; Dom/16 h. **Páscoa** de August Strindberg, enc. Luís Miguel Cintra — Cornucópia.

Teatro do Século, R. do Século, 41. De 3.ª a Sáb./21.30; Dom./16.45. **Embalagem Perdida**, de Vera Feyder, enc. Ricardo Marques.

Teatro da Trindade – Festival Grupo de Campolide. De terça a domingo às 21.30; sáb. e dom./16.00. **«O Capote»**, de Nicolau Gogol, enc. Joaquim Benite.

Teatro Vasco Santana, Entrecampos (Feira Popular). 3.ª a Sáb./21.30, Dom./16.00. **Jardim de Outono**, de Lillian Hellman, enc. Luzia Maria Martins – Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom./16.00 e 21.30. **Pouco Barulho**, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

• PORTO

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.ª a sáb./21.45; Dom. 16.00. **«Os Amorosos da Foz»**, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca – Seiva Trupe.

Para crianças

• LISBOA

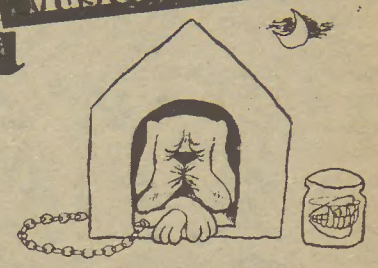
A Barraca, R. Alexandre Herculano, 70. Sáb e dom. 15.30. **Ó Mãe Deixa-me ir Ver as Outras Mães**. enc. Ana Mourato – Grupo Joana.

Comuna, Praça de Espanha. Sáb. e Dom./15.00. **Os Cágados** texto de Almada Negreiros. Adapt. e enc. João Brites – Grupo de Teatro «O Bando».

Salão das Furnas, R. Raul Carapinha. 3.as, 5.as, 6.as/9.30, 11, 13.30. **Bola de Sabão**, enc. Mário Jorge — Grupo os Papa-Léguas.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb./16.00 – **O Canteiro Vaidoso**, de Soledade Martinho da Costa; Dom./16.00 – **Graças e Desgraças d'El Rei Tadinho**, de Alice Vieira.

...e ainda — Música, debates, etc.



Encontro Alvalade

Cinema – Ciclo «Memória do Fascismo»

5.ª/dia 21 às 17 h e 21.30 h — **Roma, Cidade Aberta**, real. Roberto Rosselini.

6.ª/dia 22 às 17 h e 21.30 h — **Nu Entre os Lobos**, real. Frank Beyer.

2.ª/dia 25 às 17 h e 21.30 h — **A Noite de S. Lourenço**, real. Paolo e Vittorio Taviani.

3.ª/dia 26 às 17 h e 21.30 h — **Fuga para a Vitória**, real. John Houston.

4.ª/dia 27 às 17 h e 21.30 h — **Julgamento de Nuremberga**, real. Stanley Kramer.

Café-encontro

5.ª/dia 21 — **Rui Rocha e Isabel.**

6.ª/dia 22 — **Discoteca.**

Sáb./dia 23 e 4.ª/dia 27 — Pedro Branco.

Dom./dia 24 e 3.ª/dia 26 — **F. Potier e Manolo Potier.**

2.ª/dia 25 — **F. Potier e Luísa Ortigoso.**

Homenagem a Aquilino Ribeiro

Sáb./dia 23 às 21 h — Debate sobre Aquilino Ribeiro. **Inauguração da Exposição documental.**

Encontro com o policial negro americano.

Dom./dia 24 a partir das 11 h. **Cinema** (sessões contínuas) com **Hammett** e **Cliente Morto Não Paga a Conta**; exibição de **vídeos**; exposição-venda de **livros policiais**; no Café-Encontro, música dos anos 30 com Fernando Potier e Manolo Potier; às 21 h, **Jazz ao Vivo** com o **Quinteto de David Larsen.**

Ópera

Teatro Nacional de S. Carlos.

5.ª/dia 21 às 20 h e Dom./dia 24 às 16 h — **O Cavaleiro da Rosa**, de Richard Strauss.

Outros espectáculos musicais

Sérgio Godinho — 6.ª/dia 22, 21 h, Soc. Musical Sesimbra (espect. promovido pela APU).

Io Apolloni — 6.ª/dia 22, 21.30, com o espect. «De Corpo Inteiro». Biblioteca de Instrução Popular, Vieira de Leiria (APU).

Carlos Mendes — sáb./dia 23, à noite, refeitório da Câmara Municipal de Loures (APU).

Maria Guinot — sáb./dia 23, à noite, escola do Ciclo Preparatório, Trofa (APU)

Samuel — sáb./dia 23, 15 h, S. Cosme, Gondomar (APU).

Fernando Tordo — sáb./dia 23, 21.30, escola do Ciclo Preparatório, Feira (APU).

Paulo de Carvalho — sáb./dia 23, 21.30, Casa do Povo, Azeitão (APU).

Fausto — 3.ª/26, 21.45 — «O Despertar dos Alquimistas». Teatro Gil Vicente, Coimbra.

Júlio Pereira — sáb./dia 23, 21 h, Cinema de Mourão.

Telectu — 5.ª/dia 21, 21.30, Auditório Nac. Carlos Alberto, Porto.

Coro da Academia de Amadores de Música dirigido por Lopes-Graça — 6.ª/dia 22, 18 h, concerto na Biblioteca Nacional.

Associação dos Coros Amadores de Lisboa — 5.ª/dia 21, 18.30, concerto na estação Metro da Rotunda.

Hot Clube — dias 21, 22 e 23, às 22.30: **Miso Ensemble.**

Música e Bailado

Temporada 85/86 da Fundação Gulbenkian.

5.ª/dia 21 às 18.30 h, 6.ª/dia 22 às 21.30 h e Sáb./dia 23 às 16 h e 21.30 h — **Ballet Gulbenkian**, dir. Jorge Salavisa: **Hero, Nova coreografia de Vasco Wellenkamp sobre música de Scriabine** e **Danças dos Espíritos** — Grande Auditório.

6.ª/dia 22, às 18.30 h — **Concerto de Tang Yun**, violino, e **João Paulo Santos**, piano; obras de Tartini, Betthoven, Szymanowsky e de música chinesa. Grande Auditório.

Teatro Municipal de S. Luiz

5.ª/dia 21, 6.ª/dia 22, Sáb./dia 24 e Dom./dia 25 às 21.30 h — **Companhia de Dança de Lisboa: Loop Condition, Cinco Canções do Mar** e **Sete Situações à Volta da Mesa.**

Cinemateca

Homenagem a Orson Welles

5.ª/dia 21, às 21.30 h — **The Magnificent Ambersons**/1942.

6.ª/dia 22, às 18.30 h — **Journey into Fear**/1942. Às 21.30 h — **The Sranger.**

Sáb./dia 23, às 21.30 h — **Le Procés/The Trial**/1955.

2.ª/dia 25, às 18.30 h e 21.30 h — **F for Fake**/1973.

3.ª/dia 26, às 18.30 h — **Macbeth**/1948. Às 21.30 h — **Chimes at Midnight/Falstaff**/1966.

4.ª/dia 27, às 18.30 h — **Jane Eyre**/1944.

Homenagem a um compositor: Bernard Herrmann

4.ª/dia 27, às 21.30 h — **The Magnificent Ambersons**, de Orson Welles.

Encontros com o cinema português

5.ª/dia 21, às 18.30 h — **O Movimento das Coisas**, de Manuela Serra.

Outras sessões

Sáb./dia 23, às 15.30 h — **Correntes do Cinema Experimental** apres. de Cecille Starr e Aram Boyajian. **Richter on Film**/1972, de Cecille Starr; **Rythum 23**/1923 e **Filme Study**/1926, de Hans Richter; **Alexeieff at the Pinboard**/1960, **The Nose**/1963, **A Talk with Carmen d'Avino**/1969 e **The Room**/1959 • Às 18.30 h — **Opus II-IV**/1922-25, de Walter Ruttmann; **Rythum 21**/1921, de Hans Richter; **Diagonal Symphony**/1924, de Viking Eggeling; **Squares**, de Oscar Fischinger; **Composition N.º 1: Thomis**/1940, **Color Sequence**/1943, **Composition N.º 4: 3 Temes in Variation**/1945, de Daniel Grant; **Mood Constrasts**/1953, de Mary Ellen Bute; **Cubits**/1977, de Al Jornow; **«3/78»**/1978 (animação por computador), de Larry Cuba.

Nicarágua

Semana de Solidariedade com a Nicarágua na Faculdade de Letras promovida pela AE e pela Com. Port. de Solidariedade com a Nicarágua e pela Paz na América Central: exposição fotográfica de Carlos Gil, banca de livros e documentação, banca de recolha de material escolar e donativos — Inauguração hoje às 17 h. Até 5.ª/28. Amanhã, 15 h, projecção do filme «Alcino y el Condor», de Miguel Littin (Chile). 3.ª/dia 26, 18 h, debate com a participação entre outros de Piteira Santos, Miguel Urbano Rodrigues, ten-cor. Artur Baptista: «Nicarágua, experiências da revolução sandinista».

«Guerra das Estrelas»

Seminário promovido pelo CPPC no próximo sábado, a partir das 14.30, no Hotel Diplomático. Três painéis de debate. Entre outros farão comunicações o marechal Costa Gomes, Frederico Carvalho, Helena Rato, Silas Cerqueira e Dieter Dellinger.

Venda do MDM

Na sede central do MDM (Av. Duque de Loulé, 111, 4.º) abriu já a Exposição-Venda de Natal. Artesanato português e estrangeiro e objectos de utilidade. A iniciativa enquadra-se na campanha nacional de fundos «Por um MDM mais forte e actuante na vida das mulheres portuguesas».

Exposições

Alberto Carneiro, «Árvores, flores e frutos» — escultura. Galeria EMI/Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a Dom./15 às 19 (Até 25 Nov.).

António Carvalho, desenho e pintura. Junta de Freguesia de Alcântara, R. dos Lusíadas, 13. Das 15 às 19 (Até 24/11).

António Palolo, pintura. Galeria Altamira. 3.ª a 6.ª/10 às 19.30 (Até 25/11).

«Artes em Movimento», pintura e escultura. Teatro Ibérico, R. de Xabregas. De 3.ª a dom/15 às 20 (Até 7/12).

Aquilino Ribeiro, exposição biblio-iconográfica. Biblioteca Nacional. De 2.ª a 6.ª/10 às 20 (Até fins de Novembro).

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas, 3.as, 4.as, 5.as e dom./10 às 17; 6.as e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém.

Augusto Barros, pintura. Espaço Alliance, R. Braancamp, 13, 1.º (Até 29/11).

II Bienal Nacional de Desenho organizada pela Cooperativa Árvore. SNBA, R. Barata Salgueiro, 35. Das 14 às 20 (Até 24/11).

Bussab, pintura, SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14 às 20 (Até 29/11).

David Hockney, fotografia. Galeria Exposições Temporárias da Gulbenkian, Av.ª Berna. 3.ª, 5.ª, 6.ª, Dom/10 às 17; 4.ª e Sáb/ 14 às 19.30.

Eduardo Nery, fotografia e pintura. Galeria Quadrum, R. Alberto de Oliveira. De 2.ª a 6.ª/10 às 13 e 15 às 19; sab/15 às 19 (Até 7/12).

Gil Teixeira Lopes, pintura. Galeria S. Bento, R. do Machadinho, 1. De 2.ª a sab/11.30 às 13 e 15 às 20.30 (Até 30/11).

Os grandes Projectos Arquitectónicos de Paris1979--1989. Museu do CAM/Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e Dom./10 às 17; 4.ª e Sáb./10 às 19. (Até 30/11).

Helena San Payo, pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10 às 13 e 15 às 19; Sáb./10 às 13.

Hilário Teixeira Lopes, pintura. Espaço Alvalade, Av. de Roma

Hilário Teixeira Lopes

História dos Transportes Terrestres e Metropolitanos do Mundo, Centro Comercial Amoreiras, das 10 às 24.

A Imagem Holográfica – Oito Artistas na Era do Laser, na Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, quartas e sábados das 14 às 19.30, restantes dias, das 10 às 17. (Até 24/11).

Intergravura 85, Galeria S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10 às 13 e 15 às 19; Sáb./10 às 13 (Até 30/11).

Isabel Mendes Ferreira, pintura. Gal. Altamira, das 10 às 24 (Até 29/11).

Isabel Torres, pintura e **Laranjeira Santos**, escultura. Galeria Palma, Calçada de Palma de Baixo, 6 (S. Domingos de Benfica). Das 14 às 20 (Até 1/12).

Larry Fink, fotografia. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º Drt. 2.ª a sab/16 às 20 (Até 4/12).

Manuela Mourato, pintura. Gal. Paulino Ferreira, R. Nova Trindade, 18-B (Até 28/11).

«O Mar», colectiva de pintura. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda, 111, 1.º (Até 23/11).

Maria Teresa Folha, pintura, técnicas mistas. Atelier 15, R. Freitas Gazul, 24-D. 2.ª a 6.ª/18. Às 22; Sab/ 15 às 19.

Mostra da Cultura Indiana, pintura, gravura e artesanato. Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. 2.ª a 6.ª/13 às 23; sab e dom/15 às 23 (Até 30/11).

Pintura, de Mário Botas, Jorge Martins, Eduardo Nery, João Hogan e outros. Casa Museu Anastácio Gonçalves, Av. 5 Outubro. De 3.ª a Dom/10 às 17.

Projectos de Escultores. Galeria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42, 1.º. 3.ª a 6.ª/15 às 20; sab. e dom/16 às 19 (Até 7/12).

Rafael Bordalo Pinheiro, faianças. Palácio Galveias, Campo Pequeno. De 3.ª a dom/ 14.00 às 19.00 (Até 30/11).

Ruy Leitão, pintura. Galeria Exposições Temporárias da Gulbenkian, Av.ª Berna. 3.ª, 5.ª, 6.ª, Dom/ 10 às 17; 4.ª e Sáb./ 14 às 19.

Scarlatti e Portugal, Galeria Almada Negreiros, Av.ª República, 16.

Teresa Magalhães, pintura e serigrafia, Galeria Gemini, Centro Comercial Gemini na R. Sousa Lopes.

Vestir 1955-85 e **Traje Romântico**. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor ao Lumiar. 3.ª a Dom/ 10 às 17.

Augusto Canedo, pintura. Gal. EG, R. do Castro 210. De 3.ª a Sáb./16 às 19.30. PORTO.

Mário Bismarck, pintura. Galeria EG, R. do Castro, 210. 3.ª a sab/16 às 19.30 PORTO.

Marilyn Bridges, fotografia. Módulo, Av. da Boavista, 854. 2.ª a sab/16 às 20, até 29/11 PORTO.

Colectiva (pintura, desenho, escultura) — Gunter Grass, João Cutileiro, Jorge Mealha, José de Guimarães, Susan Uzzell. Centro Cultural S. Lourenço ALMANSIL.

Escultura em Madeira dos Sécs. XIV e XV, arte sacra. Mosteiro da Batalha. 3.ª a dom/9 às 17, até 29/12 BATALHA

Isabel Mendes Ferreira, pintura. Gal. Altamira (Pão de Açúcar), das 10 às 23, até 29/11 CASCAIS.

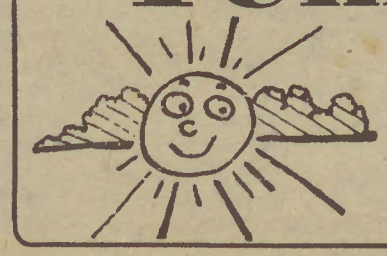
Joaquim Bravo, pintura. Teatro Garcia de Resende ÉVORA.

José Mouga, pintura. Convento de Jesus/ Gal. de Exposições Temporárias do Museu de SETÚBAL.

D. Fernando II e a Ópera do Séc. XIX. De 5.ª a 3.ª/ 10 às 17, até 15 Dezembro. Palácio Nacional SINTRA.

Exposição Nacional — Ano Internacional da Juventude e da Música (pintura, serigrafia, desenho, etc.) na Casa Museu Teixeira Lopes, de terça a sábado, das 9 às 12 e das 14 às 19, domingos, das 14 às 18. Até 30 de Novembro. VILA NOVA DE GAIA.

Tempo — Fim de Semana



Segundo a antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, no Continente o céu vai continuar limpo. Descida de temperatura. Vento fraco.

Variedades & utilidades

O legado filosófico de Hegel

■ *José Barata-Moura*

1. Pensar o Todo na base idealista de um Espírito

Georg Wilhelm Friedrich Hegel morreu a 14 de Novembro de 1831. Tinha pouco mais de 60 anos. Era professor de Filosofia em Berlim, pontificando na sua Universidade desde 1818.

Deixava atrás de si uma obra filosófica imponente. Em livros, em artigos, em lições. Na sua produção avultam, já como etapas maduras, entre outras, a **Fenomenologia do Espírito** (**Phänomenologie des Geistes**, de 1807), a **Ciência da Lógica** (**Wissenschaft der Logik**, de 1812-1816), a **Enciclopédia das ciências filosóficas** (**Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften**, com edições importantes em 1817, 1827 e 1830) e a **Filosofia do Direito** (**Rechtsphilosophie**, de 1820).

Desde cedo, Hegel se havia proposto pensar — e, de algum modo, expor — o **Todo** na sua conexão e no seu desenvolvimento, como a grande história do Espírito que, enquanto liberdde e racionalidade, tem de manifestar-se, tem de exteriorizar-se, para poder ganhar consciência de si mesmo (através dos homens, dos povos, das culturas), recuperando e dissolvendo em si toda a objectividade e toda a subjectividade numa suprema concreção espiritual.

Estes são traços fundamentais, ainda que abreviados e simplificados, da concepção filosófica global de Hegel. No entanto, não se esgotam neles os aspectos relevantes que marcam a importância histórica do pensamento hegeliano.

Apesar de todo o seu idealismo — que acaba por diluir o real na «substância» espiritual que dele se apropria — **através** de todo o seu idealismo, Hegel procurou pensar o real, surpreender a sua unidade, penetrar na sua historicidade, detectar os caminhos ínvios e contraditórios da sua racionalidade.

Foi neste contexto que a **dialéctica** se lhe foi revelando cada vez mais, não apenas como o instrumento teórico subjectivo mais adequado às tarefas da compreensão, mas igualmente como estrutura ontológica do próprio real.

2. Um instrumento dialéctico para tornar inteligível uma realidade dialéctica

O legado fundamental de Hegel à posteridade filosófica é o seu intento de compreensão dialéctica do real, que é simultaneamente um reconhecimento da dialecticidade intrínseca do real.

Esta dialecticidade, tanto do próprio real como da nossa maneira de dar conta dele em termos de inteligibilidade, liga-se directamente à concepção hegeliana da **racionalidade**. «O que é real é racional, mas nem tudo o que existe é real», afirmou precisamente Hegel, uma vez mais, na última lição que proferiu, apenas três dias antes de morrer, e da qual conservamos os apontamentos de David Strauss.

A filosofia pergunta por uma racionalidade do real que tem de determinar-se em termos, e num contexto, dialécticos. A compreensão (e a transformação) do mundo e da vida têm, assim, que contar no seu próprio âmago com a dialéctica como dimensão essencial, constitutiva.

O real não é algo de estático, de morto, de fixo, de estabelecido de uma vez por todas. O real está em devir, está em desenvolvimento — é um processo. A história não é algo de «exterior» que — de fora — se vem aplicar à substância imutável das coisas. A história perpassa as próprias coisas; as próprias coisas são mais ou menos duráveis e transformáveis, são históricas.

Por outro lado, o real não é também um simples aglomerado fluente de coisas díspares e sem conexão, não é uma multiplicidade «caótica». O real é fundamentalmente um processo uno, uma totalidade em devir, em desenvolvimento, de que é possível dar conta racionalmente, não sobre-impondo-lhe uma «ordem abstracta» fabricada de encomenda nos recantos recuados da especulação, mas descortinando as estruturas, o sistema funcional do seu jogo de contradições.

A razão não se opõe, assim, à dialéctica. A razão tem ela própria que ser dialéctica para poder dar conta do real em termos de inteligibilidade. A razão é ela própria dialéctica já no seu modo de proceder.

A racionalidade não é, portanto, inimiga da contradição. Não a expulsa nem a proíbe. A racionalidade tem, pelo contrário, precisamente que tornar inteligível a contradição, porque e na medida em que ela está inscrita no coração, no cerne, do próprio real.

A dialéctica é, deste modo, o sistema dinâmico ou funcional das contradições, e estas organizam, na polaridade que as define, a unidade e a luta dos contrários que as integram.

3. A dialéctica não tem obrigatoriamente que ser idealista

Para pensar tudo isto em termos de sistema coerente, Hegel julgou necessário envolver o real numa aura de espiritualidade, antepor-lhe uma condição espiritual de possibilidade e rematá-lo com um coroamento igualmente espiritual.

Para Hegel, se o real é sujeito — isto é, se é algo que se desenvolve a partir de si próprio, algo que tem uma mediação que lhe não é exterior — então o real tem que ser Espírito. Para deixar bem vincada a dialecticidade do real, Hegel crê ser necessário proclamar a sua espiritualidade.

Se, por sua vez, o pensar é capaz de — colectivamente, culturalmente — **compreender** o real na sua concreção e desenvolvimento, então o pensar, assim discorre Hegel, como momento final de recuperação autoconsciente de toda a diversidade, de todos os conteúdos objectivos e subjectivos, tem ele próprio de se afirmar como a grande expressão da realidade.

São estes supostos ontológicos, entre outros, que definem estruturalmente o idealismo de Hegel, a dependência em que ele coloca o real face a um Espírito — não transcendente, mas imanente — de que ele é revelação e em que ele acaba por se diluir.

Estes supostos não são, porém, uma fatalidade com que tenha de arcar quem quer que pretenda pensar o real como totalidade dialéctica em desenvolvimento. A dialéctica hegeliana tem, por certo, uma base idealista, mas nem toda a dialéctica tem obrigatoriamente que ser idealista.

A partir da unidade material do real é igualmente possível pensar uma dialéctica e determinar dialecticamente todo um comportamento prático — materialmente transformador — dos homens e das classes sociais.

Foi esta a perspectiva fundamental por que Marx, Engels ou Lénine agarraram o legado filosófico hegeliano. Foi esta a direcção materialista que imprimiram à dialéctica, na base de uma sua fundamentação igualmente materialista.

4. A presença material da dialéctica na prática e na teoria

As categorias e as leis da dialéctica — que Hegel aprofundadamente analisou, ainda que sem muitas vezes se desembaraçar da forma mística que os supostos idealistas do seu pensamento lhe impunham — são instrumentos teóricos da maior importância para a nossa orientação teórica e **prática** no real.

É recorrendo a categorias e a leis elaboradas pela dialéctica que conseguimos discriminar, na variedade de factos, elementos e processos em que o nosso viver se dá e com que a cada passo depara, uma diversidade de planos, de estruturas e de contradições que, ritmando e organizando o múltiplo (só na imediatez da aparência «caótico»), lhe conferem inteligibilidade e possibilitam o delineamento de tácticas e estratégias, de natureza e âmbito variável, cujo cumprimento a prática assumirá.

A dialéctica não é, por conseguinte, um mero entretenimento diletante para intelectuais ociosos ou um «xadrez filosófico» para animação de salões e tertúlias bem-pensantes.

A dialéctica, enquanto processo objectivo, está **materialmente** presente no real. E, portanto, no nosso viver e na nossa prática, independentemente do grau e do ajustamento da consciência que dela tenhamos.

A dialéctica, assumida na consciência como instrumento teórico, constitui, por sua vez, um equipamento **indispensável** para uma correcta avaliação de situações e de processos, tanto na perspectiva da mera compreensão como na do lançamento de iniciativas práticas.

Aprofundar o nosso domínio da dialéctica é, por conseguinte, reforçar a nossa capacidade de intervenção no real. É elevar o nível da nossa consciência teórica e, desse modo, preparar uma prática tendencialmente mais frutuosa. É enriquecer a nossa liberdade.

5. O legado hegeliano

Hegel, no seu tempo — e, naturalmente, com todas as limitações que lhe eram correspondentes — deu um poderoso impulso à possibilidade de todos estes desenvolvimentos. Por aquilo que pensou e, sobretudo, por aquilo que deu a pensar e fez pensar.

Marx, Engels e Lénine não deixaram nunca de reconhecer esta dívida para com Hegel. Uma dívida que não passa pela tomada de empréstimo de doutrinas hegelianas, mas pelo legado de uma nova maneira de ver (dialéctica) que, desenvolvida em base materialista, haveria de colocar na pista da formulação e da resolução de muitos problemas da humanidade.

A denúncia frontal do idealismo de Hegel — «o meu método de desenvolvimento **não** é o de Hegel, pois eu sou materialista, Hegel é idealista», como Marx escreve em 1868 em carta a Ludwig Kugelmann (MEW, vol. 32, p. 538) — nunca deixou, por isso, de se ver também acompanhada por palavras de admiração e apreço pela obra realizada. Como Engels refere em carta a Friedrich Albert Lange, de Março de 1865: «Naturalmente, já não sou mais um hegeliano, mas contudo ainda tenho sempre um grande respeito e devoção por esse velho tipo colossal» (MEW, vol. 31, p. 468).

É tudo isto que se encontra também aludido no famoso aforismo que Lénine insere nas suas observações de leitura da **Ciência da Lógica** de Hegel: «Não se pode compreender totalmente **O Capital** de Marx, e em particular o seu capítulo I, sem se ter estudado muito e sem se ter compreendido **toda** a Lógica de Hegel» (**Oeuvres**, t. 38, p. 170).

Uma concepção dialéctica do real pode, por certo, não se apresentar obrigatoriamente como materialista. Um materialismo consequente, porém, não pode deixar de ser dialéctico.

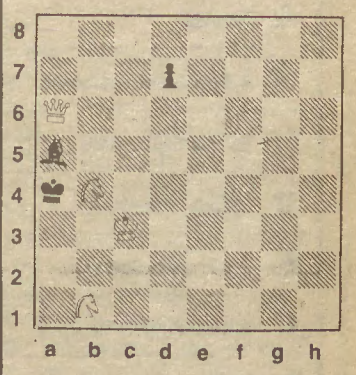
O legado filosófico de Hegel passa, precisamente, pela posição e pela resolução deste problema.

É por isso também que, hoje em dia, particularmente na litertura filosófica burguesa, boa parte dos debates em torno de Hegel são simultaneamente debates em torno do marxismo, quando não mesmo tentativas dissimuladas ou abertas de combater o marxismo. Isto, no entanto, já poderia constituir matéria para outro conto... ou seja, tema de um outro artigo.

Xadrez

XXVII – 21 de Novembro de 1985

Proposição N.º 27
Por E. Wolf
Menção honrosa, Concurso Temático Miniaturas
«Magyar Sakkvilag», 1933



Pr. (3): Pd7 – Ba5 – Ra4

Br. (4): Cs, b1, b4 – Da6 – Rç3

Mate em 2 lances

Jogo n.º 27
Torneio de Candidatos de Montpellier, 1985
Br. Portisch – Pr. Kortchnoi

1. d4, Cf6; **2.** ç4, e6; **3.** Cf3, b6; **4.** a3, Bb7; **5.** Cç3, d5; **6.** çxd5, Cxd5; **7.** Dç2, ç5; **8.** e4, Cxç3; **9.** bxç3, Cd7; **10.** Bf4, çxd4; **11.** çxd4, Tç8; **12.** Db3, Be7; **13.** Bd3, 0-0; **14.** 0-0, Cb8; **15.** Tad1, Bd6; **16.** Bd2, Tç7; **17.** Tfe1, Ba6; **18.** Bb1, Te8; **19.** h4, Cd7; **20.** Cg5, Cf8; **21.** e5, Be7; **22.** Df3, Bxg5; **23.** Bxg5, Da8; **24.** Dg4, Rh8; **25.** Te3, Cd7; **26.** Df4, Dç8; **27.** Tg3, Tg8; **28.** h5, Be2; **29.** De4 e as Pr. abandonam, pois as Br. ameaçam: **30.** Dxe2 ou Dxh7 mate!

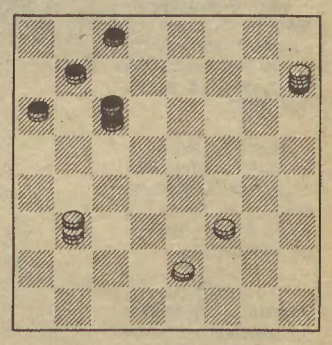
Soluções (21. XI. 85)

Chave: 1. Dç4! bloqueio!
1. ..., Bxb4+; **2.** Dxb4 mate
1. ..., B algures; **2.** Cç6 mate
1. ..., d ad lib.; **2.** Dç6 mate

■ **A. de M. M.**

Damas

XXVII — 21 de Novembro de 1985
Proposição N.º 27
Por Manuel Arrenega Padeiro
Chamusca
«Vida Mundial Ilustrada» 22.III.45



Pr. (23) — 24-28-31
Br. 6-10-(12)-(25)
Jogam as Brancas e ganham
JOGO N.º 27
Almada, 17 de Janeiro de 1974

Br. António Pereira da Costa
Pr. Hermínio Medalha da Silva

1.10-14, 24-20; **2.** 12-16, 28-24; **3.** 8-12, 32-28; **4.** 14-18, 21-14; **5.** 11-18, 22-13; **6.** 9-18, 20-15; **7.** 12-19, 23-14; **8.** 6-10, 26-21; **9.** 10-19, 21-14; **10.** 7-12, 25-21; **11.** 12-15, 21-18; **12.** 5-9, 14-10; **13.** 9-13, 18-9; **14.** 2--5, 9-2; **15.** 19-22, 27-18; **16** 4-7, 2-20; **17.** 16-32, 18-14; **18.** 7-12, 30-27; **19.** 12-15?!?, 24-20; **20.** 12-24, 10-6; **21.** 3-19, 27-23; **22.** 19-28, 29-26; **23.** 1-5, 26-22; e G. Br.

GOLPE N.º 27
de Carlos Almeida Francisco

1. 10-14, 22-18; **2.** 5-10, 23-20; **3.** 12-15, 27-22; **4.** 7-12, 20-16; **5.** 3-7, 28-23; **6.** 15--19, 22-15; **7.** 12-28, 32-23; **8.** 1-5, 26-22; **9.** 14-19, 22-15; **10.** 11-27, 30-23; **11.** 10-13, 18-14; **12.** 13-18, 29-26 ??? e, por diversas vezes, esta posição foi atingida por C. A. Francisco contra bons jogadores!!! Jogam as Br. e ganham. **(Br. 2-4-5-6-7-8-9-18 Pr. 14-16-21-23-24-25-26-31 J. Br. G.)**

SOLUÇÕES (21.XI.85)
N.º 27 (M.A. Padeiro): 12-16 e 6-10 e 25--29 G. Br.
Golpe N.º 20 (C.A.F): **13.** 5-10, 14-5; **14.** 6-10, 21-24; **15.** 10-28, 5-1=D; **16.** 28-32=D G. Br.

A. de M.M.